

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – MAPSI

**ASPECTOS SUBJETIVOS DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO QUE
VIVEM EM UM ABRIGO DE RONDÔNIA**

KEILA RENATA DE BRITO FREDERICHI

PORTO VELHO

2013

KEILA RENATA DE BRITO FREDERICHI

**ASPECTOS SUBJETIVOS DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO QUE
VIVEM EM UM ABRIGO DE RONDÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado /MAPSI como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Linha de Pesquisa: Saúde e Processos Psicossociais

Orientadora: Dra Melissa Andréa Vieira de Medeiros.

PORTO VELHO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

F8522a

Frederichi, Keila Renata de Brito

Aspectos subjetivos de adolescentes do sexo feminino que vivem em um abrigo de Rondônia / Keila Renata de Brito Frederichi. Porto Velho, Rondônia, 2013.

118f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Melissa Andrea Vieira Medeiros

1. Subjetividade 2. Adolescência 3. Abrigo – Rondônia I. Medeiros, Melissa Andrea Vieira II. Título.

CDU: 159.9.07-053(811.1)

Bibliotecária Responsável: Ozelina Saldanha CRB11/947

FOLHA DE APROVAÇÃO

ASPECTOS SUBJETIVOS DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO QUE VIVEM EM UM ABRIGO DE RONDÔNIA

KEILA RENATA DE BRITO FREDERICHI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia – MAPSI da Universidade Federal de
Rondônia como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Saúde e Processos Psicossociais

Orientadora: Dra Melissa Andrea Vieira de
Medeiros

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Melissa Andrea Vieira de Medeiros

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Assinatura:

Prof. Dr. José Juliano Cedaro

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Assinatura:

Prof. Dra. Maria Lúcia Tiellet Nunes

Pontifícia Universidade Católica – PUCRS

Assinatura:

Dissertação aprovada em 27/08/2013

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes que vivem em abrigos e em especial às que tive o privilégio de conhecer. Vocês foram minha fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e bênçãos concedidas, sendo o mestrado um sonho que se tornou em realidade.

A meus pais pelo carinho e cuidado. Por terem me incentivado, desde sempre, a trilhar pelo caminho do conhecimento e educação.

A UNIR através do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – MAPSI, por proporcionar aprimoramento profissional a tantas pessoas e com excelência.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Melissa Andrea Vieira de Medeiros pela direção e apoio durante a elaboração deste trabalho.

À Prof.^a Dra. Vanessa Aparecida Alves de Lima e ao Prof.^o Dr. José Juliano Cedaro por participarem da banca de qualificação e pelas preciosas contribuições. À Prof.^a Dra. Maria Lúcia Tiellet Nunes pela disponibilidade em participar da banca de defesa e contribuir com sua vasta experiência.

A todos os mestres que passaram pela minha trajetória acadêmica, em especial os professores do MAPSI. Vocês são meus exemplos.

A todos os amigos e colegas do MAPSI que compartilharam comigo, tristezas, angústias e alegrias nesta jornada. Em especial, a Anélia de Souza Monteiro, obrigada pelo imenso apoio. Você é uma grande amiga.

Ao Dr. Evanir Antônio de Borba, pela hospitalidade durante minha estada em Porto Velho.

Às amigas Vanessa Milani e Mônica Andreasi Cassetari por me incentivarem a fazer o mestrado. E à Claudia Moreira Alves, coordenadora do CREAS, por me apoiar na busca desse sonho.

Aos queridos alunos do curso de Psicologia da FAAr, fonte de motivação constante para a busca de aprendizado e conhecimento.

A todos que de forma direta ou indireta colaboraram e me apoiaram na realização deste trabalho.

*“Nada sei dessa vida, vivo sem saber
Nunca soube, nada saberei, sigo sem saber
Que lugar me pertence, que eu possa abandonar
Que lugar me contém, que possa me parar”.*
(Nada sei – kid Abelha)

FREDERICHI, Keila Renata de Brito. **Aspectos subjetivos de adolescentes do sexo feminino que vivem em um abrigo de Rondônia**. Porto Velho, 2013. p.118. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado/ MAPSI, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

RESUMO

Este trabalho se propôs a refletir sobre a subjetividade de adolescentes inseridas em contexto de acolhimento institucional. Para tanto buscou compreender o processo do adolescer e a singularidade da experiência de viver em abrigo. A prática do acolhimento institucional no Brasil existe desde o período colonial, contudo através de novas legislações vigentes, apresenta-se com outros moldes na atualidade. Muitas leis surgiram para garantir a assistência e o direito de crianças e adolescentes, mas há ainda muito por fazer principalmente no que tange aos estigmas subjetivos relacionados à condição de ser de abrigo. Com base no referencial teórico da Psicologia do Desenvolvimento, utilizou-se a contribuição de autores psicanalistas como Bowlby, Winnicott, Aberastury, Knobel, Matheus dentre outros, a fim de analisar o que significa adolescer na contemporaneidade e o papel das figuras parentais ou substitutas na formação da personalidade do sujeito. Para isso, adotou-se como método a abordagem qualitativa, e como instrumento a entrevista aberta com três adolescentes do sexo feminino com idade entre 14 e 15 anos que estavam institucionalizadas há mais tempo em um abrigo no estado de Rondônia. A análise dos dados foi organizada em categorias temáticas conforme relatos das adolescentes. Constatou-se que atrelado à condição de viver em abrigo está a vergonha e o estigma de serem sujeitos com problemas familiares. Através dos discursos foi possível observar histórias de vida peculiares, porém com vivências semelhantes em relação ao abandono, desamparo, privações, violências e rupturas dos vínculos familiares.

Palavras-chave: Subjetividade. Adolescência. Abrigo.

FREDERICHI, Keila Renata de Brito. **Subjective aspects of adolescents girls living in a shelter Rondonia**. Porto Velho, 2013, p. 118. Thesis (Master). Graduate Program in Psychology – Master/ MAPSI, Federal University of Rondonia.

ABSTRACT

This paper proposes to reflect on the subjectivity of adolescents placed the context of institutional care. The purpose of this dissertation aims is to understand the process of adolescence and the uniqueness of the experience of living in shelter. Since the colonial period in Brazil there is the practice of institutional care, but through new legislations, presents with other molds today. Many laws have emerged to ensure the care and rights of children and adolescents, but there is still much to do especially in regard to subjective stigmas related to the condition of being under. Based on the theoretical framework of Developmental Psychology, used the contribution of psychoanalysts as Bowlby, Winnicott, Aberastury, Knobel, Matheus among others, to understand what it means in the contemporary adolescence and the role of parental figures or substitute training the subject's personality. So, then, we adopted a qualitative approach as a method and as a tool open interviews with three teenagers girls aged between fourteen and fifteen years old, that was institutionalized in a shelter in the State of Rondônia. Data analysis was organized into thematic categories as the adolescents told. It was found that linked the condition to live in a shelter is the shame and stigma of being subjected to family problems. Through the speeches was observed peculiar life histories, but with similar experiences in relation to abandonment, helplessness, deprivation, violence and disruption of family bonds.

Keywords: Subjectivity. Adolescence. Shelter.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS- Centro de Apoio Psicossocial

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS- Centro de Referência Especializada de Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM- Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

LBA- Lei Brasileira de Assistência

MAPSI- Mestrado em Psicologia

PIA- Plano Individual de Atendimento

PNBEM- Política Nacional do Bem Estar do Menor

SGD- Sistema de Garantia de Direitos

SEMDES- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SAC- Serviço de Ação Continuada

SAM- Serviço de Atendimento do Menor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 SOBRE O MÉTODO.....	15
1.1 Objetivos.....	16
1.2 Sobre o lugar da pesquisa.....	17
1.3 Sobre as colaboradoras da pesquisa.....	17
1.4 Sobre os procedimentos da pesquisa.....	19
1.5 Sobre a análise dos dados.....	20
2 INSTITUCIONALIZAÇÃO	22
2.1 O abrigo em questão.....	27
3 O DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO	34
3.1 A família e suas funções.....	42
3.2 O incesto e o abuso sexual intrafamiliar.....	47
4 ADOLESCÊNCIA.....	54
4.1 Adolescência como crise.....	55
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	66
5.1 Categorias Temáticas.....	66
5.2 Bianca.....	67
5.3 Yasmim.....	77
5.4 Camila.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	103

ANEXOS.....	112
--------------------	------------

Anexo A- Comitê de Ética.....	113
-------------------------------	-----

APÊNDICES.....	114
-----------------------	------------

Apêndice A- Autorização do juiz.....	115
--------------------------------------	-----

Apêndice B- Autorização da diretora do abrigo.....	116
--	-----

Apêndice C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	117
---	-----

Apêndice D- Modelo da Entrevista.....	118
---------------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática deste trabalho se deu a partir da experiência profissional como psicóloga do Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS, atuando em dois abrigos no estado de Rondônia no período de fevereiro de 2008 a julho de 2011. Um dos abrigos atendia crianças de zero a sete anos e o outro abrigo atendia crianças e adolescentes na faixa etária entre sete e dezoito anos incompletos¹.

Nesse percurso de atuação profissional pude perceber que a institucionalização² de crianças e adolescentes seguiram inicialmente a práticas importadas da Europa para o Brasil no período colonial. Ao longo do tempo, o país esforçou-se em construir políticas de assistência à criança e ao adolescente tanto aos considerados “desvalidos” quanto aos considerados na época como “delinquentes ou desajustados”. O que vimos, contudo, é que apesar de leis terem sido criadas e das políticas de atendimento, ainda há questionamentos sobre os desdobramentos ocorridos quanto ao acolhimento institucional. Além disso, a família tem passado por transformações, configurando-se em novos arranjos nos quais crianças e adolescentes estão inseridos e necessitam se adaptar.

Tanto a sociedade quanto o Estado vivem numa dicotomia em relação às famílias destes infanto-juvenis ora considerando-as como responsáveis e culpadas, ora como vítimas de uma sociedade marcadamente desigual.

Ao discutir sobre o acolhimento institucional há sempre muitos olhares advindos das diversas áreas como a Sociologia, o Direito, a Educação e as Políticas Públicas. O nosso olhar é na perspectiva da Psicologia com contribuições teóricas de autores psicanalistas como Bowlby (1984, 1985, 1990, 2006a, 2006b) e Winnicott (1975, 1983, 2005a, 2005b, 2011), dentre outros. Esses autores discorrem sobre a constituição psíquica dos sujeitos e as influências do apego nas figuras parentais ou substitutas neste processo de desenvolvimento.

¹ Vale ressaltar que no período da pesquisa não atuava mais como psicóloga dos abrigos e a pesquisa ocorreu em apenas um abrigo, a saber, o que acolhia adolescentes.

² Atualmente os termos “institucionalização” e “abrigo” foram substituídos por “acolhimento institucional” conforme a Lei 12.010 (2009), contudo os dois termos serão utilizados aqui como sinônimos, devido ao amplo uso da palavra “abrigo” tanto pelos sujeitos da pesquisa quanto pela sociedade de modo geral.

Outro motivo que me impulsionou para a realização desta dissertação foi a escassez de estudos sobre a subjetividade de adolescentes institucionalizados, uma vez que as pesquisas encontradas versavam em sua maioria sobre temas como: políticas públicas para a infância (JANCZURA, 2008, LIMA, 2008, GLENS, 2010), o direito a convivência familiar e comunitária (LOPES, 2012, CHRISPI, 2012), sobre o desligamento institucional (BENETTI, 2012, ROSA et al, 2012), sobre adoção (FERREIRA, 2010, OLIVEIRA, 2010), o apadrinhamento de crianças em situação de abrigo (SOUSA, 2010, SOUSA; PARAVIDINI, 2010), sobre os cuidadores de abrigo (CAVALCANTE, CORREA, 2012, CARETA, 2011), dentre outros.

Entende-se que o processo do adolecer é uma experiência singular que evoca um turbilhão de mudanças e expectativas necessárias para a passagem do mundo infantil para o adulto. A adolescência é um período também denominado de crise, não necessariamente negativa, mas que demanda o afastamento das figuras parentais para a aquisição da independência e autonomia. Diante desse cenário, questionamos: como acontece a passagem da adolescência dentro de um abrigo?

Desta forma, numa perspectiva teórica psicanalítica, esta dissertação objetivou, compreender a singularidade de adolescentes que vivem em um abrigo de Rondônia com o intuito de conhecê-las a partir de seus próprios depoimentos viabilizando a escuta das nuances de suas subjetividades e também compreender como se reconhecem enquanto sujeitos, como se processa o adolecer feminino em um contexto de abrigo, que relações estabelecem com outras pessoas, o que dizem sobre o abrigo e o que esperam do futuro.

Esta dissertação se organiza em cinco seções, na **primeira** é abordado sobre o método de pesquisa e os percursos empreendidos para a execução deste trabalho. Na **segunda seção** discorremos sobre a história da institucionalização no Brasil e o abrigo propriamente com suas características. Na **terceira seção** será discutido o desenvolvimento psíquico numa vertente da psicanálise. Na **quarta seção** trataremos sobre a adolescência, suas relações com a família, e também a questão do incesto e do abuso sexual intrafamiliar. Na **quinta seção**, trataremos da análise dos dados, realizada segundo a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) com o levantamento de categorias temáticas articuladas com os discursos dos colaboradores da pesquisa e do referencial teórico abordado.

1. SOBRE O MÉTODO

Esta dissertação teve como método de pesquisa, a abordagem qualitativa, escolha que se justificou por se tratar da investigação de significados dados pelos próprios sujeitos participantes. Conforme Minayo (2010) a pesquisa qualitativa é um método que se aplica “ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções, e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam [...]” (MINAYO, 2010, p. 57).

Desta forma, tratou-se de analisar os significados subjetivos da experiência das adolescentes em um contexto institucional, sem deixar de levar em consideração o ambiente natural como fonte dos dados e a figura do investigador como principal instrumento. Para o embasamento teórico recorreu-se a dados históricos da institucionalização bem como a contribuições psicanalíticas a respeito da adolescência e das relações afetivas.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa foi de analisar os aspectos subjetivos de adolescentes do sexo feminino que vivem em um abrigo de Rondônia. A partir disso, buscou-se como objetivos específicos investigar como as adolescentes veem o abrigo e o modo como vivenciam a adolescência dentro de um contexto institucional. Buscou também investigar as relações vinculares dessas adolescentes.

Para concretizar os objetivos propostos, optou-se por fazer um breve histórico da institucionalização no Brasil, de modo a proporcionar um panorama dos abrigos, passando pela reflexão sobre a adolescência e as implicações desta fase para a identidade do sujeito. Por fim, os relatos das adolescentes sobre o que sentiam e vivenciavam no contexto de abrigo.

É importante destacar, que nos estudos encontrados sobre abrigos verificou-se diversidade de temas como acesso à educação, apadrinhamento, adoção, sobre cuidadores de abrigo, direito à convivência familiar e comunitária dentre outros, porém com escassez de pesquisas que tratam sobre a passagem da adolescência em abrigo, sendo este o foco deste trabalho.

1.2 SOBRE O LUGAR DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em um abrigo misto, no estado de Rondônia criado em 1993, que atende crianças e adolescentes de sete a dezoito anos incompletos³. O abrigo se caracteriza por uma entidade não governamental, filantrópica e religiosa (evangélica) mantida por doações da sociedade civil e de repasse financeiro da esfera municipal e federal. Recebe crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar e da Vara da Infância e Juventude. Já atendeu aproximadamente 2.000 crianças e adolescentes desde 1993 até o momento.

Quanto ao espaço físico, o abrigo pesquisado se apresenta com o aspecto de uma ampla residência, sem placa de referência institucional na fachada da construção, não se diferenciando das demais casas do bairro. Entretanto, chama a atenção seus muros altos, cercas elétricas, impedindo qualquer visibilidade.

Conta com cinco dormitórios grandes que contém até quatro camas cada um, sendo apenas um dormitório que além das quatro camas possui também três berços. São acomodadas no máximo quatro crianças e/ou adolescentes por dormitório. Normalmente a divisão dos quartos é realizada em função da faixa etária, do sexo e de irmãos. Os quartos dispõem de camas e espaço individual para guarda de objetos pessoais, porém sem nenhuma porta, chave ou qualquer outra ferramenta que possibilite a privacidade de seus pertences pessoais.

Ainda sobre os aspectos físicos, o abrigo pesquisado apresenta em seu interior, além dos dormitórios, dois banheiros de uso coletivo, sendo um dos meninos e outro das meninas, uma sala de televisão, onde tem bancos e a TV. Há também uma sala de jantar com uma mesa ampla e com cadeiras que não são utilizadas, preferindo as funcionárias utilizarem a mesa e os bancos que ficam na área externa (varanda) para as refeições. O abrigo conta também com cozinha, despensa e lavanderia, porém o acesso é exclusivo às funcionárias. Na área em anexo ao prédio, existe um pátio coberto, com televisão fixada no alto da parede, onde as crianças e adolescentes passam boa parte do tempo assistindo televisão ou conversando neste espaço. Os banheiros coletivos (mistos) na área externa são em número de quatro.

A área da administração é composta pela sala da recepção que funciona também a secretaria, a sala de estudos com computadores e internet, com uso restrito e com

³ Justificamos a não identificação do local da pesquisa para preservar o anonimato do abrigo e das colaboradoras.

horários delimitados, a sala da direção e a sala de atendimento individual que são usadas pela assistente social e pela psicóloga. Este abrigo conta ainda com um jardim na entrada do portão, com uma quadra de esportes e um parquinho que é muito pouco utilizado e que necessita de reparos. Para ter acesso à quadra e ao parquinho é necessário pedir permissão à funcionária para abrir o portão que dá acesso a este espaço de lazer.

Quanto aos recursos humanos, o abrigo conta com uma diretora, uma secretária, uma cozinheira, uma lavadeira e uma funcionária para monitorar as atividades das crianças e adolescentes durante o dia. Durante a semana no período noturno o abrigo conta com apenas duas funcionárias e duas que fazem plantão nos fins de semana. De modo que durante a semana nos períodos matutino e vespertino, há mais funcionárias, e no período noturno e fim de semana apenas duas funcionárias que desempenham as funções de cuidadoras e são responsáveis pelos serviços de alimentação e limpeza.

O abrigo conta ainda com uma assistente social e uma psicóloga que são funcionárias municipais e prestam serviço para os abrigos desenvolvendo atividades no Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS. Dentre as atividades incluem: visitas domiciliares às famílias, acolhimentos das crianças e adolescentes, encaminhamentos a outros serviços, e elaboração de relatório ao Poder Judiciário sobre acompanhamento dos casos atendidos. Em casos de atendimento psicológico em grupo ou individual, são realizados em dia e horário determinados.

A rotina dos abrigados consiste em estar na escola um período do dia e no outro ficar no abrigo. Alguns adolescentes participam de cursos de capacitação como de manicure, aula de violão, pintura em tela e bordado. Esses cursos são gratuitos e de curta duração oferecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES.

1.3 SOBRE AS COLABORADORAS DA PESQUISA

Participaram da pesquisa três adolescentes do sexo feminino, na faixa etária entre catorze e quinze anos, que se encontravam abrigadas. No período de realização da pesquisa (maio de 2012 a abril de 2013) ⁴, a instituição contava com o número de onze adolescentes institucionalizados, de ambos os sexos, embora neste abrigo em específico,

⁴ As entrevistas estavam previstas para ocorrerem apenas no ano de 2012, no entanto, a partir da análise dos dados levantados e por sugestão da banca de qualificação, estenderam-se as entrevistas as adolescentes até o mês de abril de 2013.

a presença do sexo feminino é sempre maior. Vale ressaltar que por ser o abrigo uma medida protetiva, vez por outra ocorrem estadias de curto período, embora existam os que vivam na entidade há muitos anos.

A escolha por adolescentes do sexo feminino justificou-se pelo pouco referencial teórico na área, ou seja, há nas pesquisas encontradas mais referências de crianças e adolescentes abrigados do sexo masculino e também pela predominância (demanda espontânea) deste abrigo em acolher mais adolescentes do sexo feminino.

Assim, após delimitarmos a escolha por adolescentes do sexo feminino, destacamos que entre todas do abrigo às três designadas como colaboradoras dessa pesquisa foram escolhidas pelos critérios: 1) maior tempo de abrigamento; 2) estar entre catorze e quinze anos e 3) disponibilidade em participar.

Às adolescentes foi proposto que escolhessem um nome fictício para representar cada uma na pesquisa, deste modo, chegou-se aos nomes: Camila, Bianca e Yasmim. A seguir será exposto um breve relato sobre a vida de cada adolescente, a partir de informações contidas em seus prontuários (documentos arquivados no abrigo) e sobre os relatos delas.

Sobre Camila – No período de maio de 2012 a abril de 2013 em que foram realizadas as cinco entrevistas, a adolescente encontrava-se com quinze anos. Vivia no abrigo desde quando tinha oito anos de idade, juntamente com seus cinco irmãos. Seus pais brigavam muito e depois que os filhos foram institucionalizados, separaram-se. Com o passar do tempo, dois irmãos menores foram adotados por famílias de municípios diferentes. Uma adoção não obteve sucesso, e logo sua irmã retornou ao abrigo. Tinha dois irmãos que saíram do abrigo para viverem em casa de parentes e sua irmã mais velha vivia no abrigo, mas ficou grávida⁵ e foi morar com o namorado. Na época, Camila tinha um namorado de dezenove anos e soube recentemente que também estava grávida, fazendo planos de sair do abrigo. No ano passado (2011) reprovou o oitavo ano e atualmente parou de estudar. Sua mãe tem transtorno mental e não seguia corretamente o tratamento médico indicado por profissionais do Centro de Apoio Psicossocial – CAPS. Seu pai é alcoólatra e já passou por tratamento em centro de recuperação, mas depois voltou a beber. Durante o período em que o pai de Camila

⁵ Este foi o primeiro caso de adolescente institucionalizada que engravidou no período que viveu no abrigo. Vale ressaltar que as adolescentes podem sair da instituição quando desejarem desde que tenha autorização da diretora.

estava em tratamento, todos os filhos criaram expectativas de que pudessem sair do abrigo e recomeçar nova vida junto com o pai, o que nunca aconteceu.

Sobre Bianca – Ela tinha catorze anos e chegou ao abrigo com doze anos juntamente com sua irmã mais nova. Residiam em outro município, o que dificultava ainda mais a convivência com a família e a sua reinserção. Neste período de institucionalização já retornou para sua família, porém os conflitos familiares, especificamente com a mãe e o padrasto, a trouxeram novamente ao abrigo. A sua irmã tinha doze anos e vivia em constantes brigas com Bianca. Em seu município, residia em um sítio com a família, onde fazia trabalhos pesados na lavoura e passava necessidades financeiras. Para frequentar a escola tinha que percorrer a pé uma distância de 12 km. Outro motivo da institucionalização foi devido seu padrasto ter tentado abusar de sua irmã. Foram realizadas seis entrevistas no período de maio de 2012 a abril de 2013.

Sobre Yasmim – A adolescente tinha quinze anos e já ficou institucionalizada durante um ano em outro abrigo no Estado, por ter sofrido abuso sexual praticado por seu genitor no período dos oito aos doze anos de idade. Depois foi morar com uma tia materna, no qual o tio, também abusou sexualmente da adolescente e que veio a engravidar. No período de maio de 2012 a abril de 2013 foram realizadas cinco entrevistas com Yasmim. Estava no abrigo há seis meses e grávida por igual período. Parou de estudar no sexto ano, mas pretendia retomar os estudos. Teve uma menina e as duas permanecem no abrigo.

1.4 SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

No primeiro momento foi realizada uma visita ao abrigo para conversar com a direção a fim de solicitar autorização para a realização da pesquisa e explicar seus objetivos. Posteriormente, foi agendada outra visita ao abrigo para acesso às pastas com o histórico das adolescentes institucionalizadas há mais tempo para saber quais seriam as possíveis colaboradoras. Três adolescentes foram selecionadas e convidadas uma vez que atendia aos critérios, e se disponibilizaram a participar da pesquisa que seguiu os procedimentos éticos.

Também foi agendada uma visita ao juiz da Vara da Infância e Juventude para solicitar autorização para a realização da pesquisa no abrigo com as três adolescentes. A todos os envolvidos na pesquisa foram explicados os objetivos da pesquisa e entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que assinassem. Ficou acordado que

as entrevistas seriam gravadas em áudio para a transcrição dos dados e posteriormente apagadas. Também foi esclarecido sobre o sigilo profissional das informações obtidas pelas colaboradoras, bem como da liberdade em desistirem a qualquer tempo, se desejassem.

O projeto de pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética da UNIR em março de 2012, dando prosseguimento a pesquisa propriamente com as adolescentes nos meses de maio de 2012 a abril de 2013, por meio de entrevistas individuais com as três adolescentes em dias e horários combinados previamente, na sala de psicologia do abrigo.

As entrevistas foram iniciadas com uma questão disparadora quanto à experiência de viver em um abrigo, no qual as adolescentes falavam livremente e a pesquisadora intervinha com questões quando necessário, até o momento da saturação das informações. A respeito das entrevistas, Bleger (2001) esclarece:

a entrevista pode ser de dois tipos fundamentais: aberta e fechada. Na segunda, as perguntas já estão previstas, assim como a ordem e a maneira de formulá-las e o entrevistador não pode alterar nenhuma destas disposições. Na entrevista aberta, pelo contrário, o entrevistador tem ampla liberdade para as perguntas ou para suas intervenções, permitindo-se toda a flexibilidade necessária em cada caso particular [...] (BLEGER, 2001, p. 3).

Desta maneira, a entrevista aberta contemplou os objetivos da pesquisa, pois ofereceu liberdade para as adolescentes exporem suas histórias de vida e os modos de subjetivação frente ao contexto institucional.

Cabe ressaltar que a diferença entre o número de entrevistas realizadas com as adolescentes se deve à disponibilidade das colaboradoras em exporem suas histórias de vida bem como do ponto de saturação das informações coletadas.

1.5 SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo de Bardin (2011) que pode ser definido como:

Um conjunto de técnicas de análises de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos, e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições da produção / recepção destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 42).

Deste modo, a análise de conteúdo proporciona autonomia ao pesquisador em fazer recortes em qualquer conteúdo, apontando as inferências percebidas a partir dos

discursos dos colaboradores além de apresentar diversas categorias viabilizando estilos de análise. O estilo de análise escolhido para esta dissertação foi à categoria de análise temática, definida como aquela que, a partir do material transcrito, lido e relido, permite ao pesquisador observar os temas que ressaltam do conteúdo, que se destacam no discurso e que foram articulados com as inferências da pesquisadora e com o arcabouço teórico desenvolvido durante a pesquisa.

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO

*“Eu vejo a vida melhor no futuro
Eu vejo isto por cima do muro
De hipocrisia, que insiste em nos rodear (...).
Eu vejo um novo começo de era
De gente fina, elegante, sincera
Com habilidade pra dizer mais sim do que não”
(Tempos Modernos – Lulu Santos)*

Falar em institucionalização de crianças e adolescentes no país é refletir sobre as raízes históricas da assistência à infância, que nos remete ao período de colonização do Brasil, da influência da Coroa Portuguesa, e da transição entre a vida no campo para a vida nas cidades. A esse respeito, Ermel apud Rizzini (2008) ⁶ comenta:

o “novo modo de vida”, a vida urbana, em contraste com a vida rural, exigia outro ritmo, demandava novos hábitos, desafiava a tradição, fomentava rupturas, e impunha nova ordem. A cidade, protótipo do moderno, do culto à civilização, exercia um fascínio no imaginário das pessoas, principalmente da elite política e econômica. Isto era prerrogativa do novo projeto político, que deveria livrar o Brasil de suas amarras coloniais, elevando-se à categoria de “nação civilizada”, a exemplo dos países europeus e dos Estados Unidos (ERMEL apud RIZZINI, 2008, p.12).

A questão era como fazer a nação crescer e se desenvolver com crianças marginalizadas, pobres, filhos de indígenas, escravos e de relações condenadas pela Igreja. De acordo com Marcílio (2006), desde a antiguidade a prática de abandonar os filhos era aceita, associadas à ideia de proteção e assistência, quando os pais não dispunham de condições para cuidá-los. Esta prática iniciou-se no Velho Mundo e foi estabelecida no Brasil no período colonial.

A história social da América Latina está marcada pela presença da pobreza, marginalidade social, da criança ilegítima ou da criança abandonada. A ilegitimidade e o abandono de crianças são fenômenos de grande amplitude nas Américas católicas, desde o início da colonização do país até os dias atuais. “Em toda a América, espanhola e portuguesa, o concubinato, a mestiçagem, a ilegitimidade e o abandono de bebês foram fenômenos de larga difusão e, em grande parte, inter-relacionados” (MARCÍLIO, 2006, p. 128).

De acordo com Pineda (2012, p. 15) a história da institucionalização da infância no Brasil começa após o início da colonização portuguesa, aproximadamente na década de 1550 com a criação das “Casas dos Muchachos”. O intuito era de civilizar crianças indígenas por meio da catequização jesuíta.

⁶ Livro: “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil” (RIZZINI, 2008).

Neste período de colonização do Brasil, mulheres, crianças e adolescentes estavam entre a população desprivilegiada e excluída, principalmente os mais pobres e marginalizados. Consequentemente, a infância passou a ser alvo da assistência sendo divididas por quatro fases distintas conforme as transformações econômicas, sociais, culturais de cada época. Deste modo, as fases da assistência infantil no país compreenderam: 1) Fase Caritativa; 2) Fase da Filantropia; 3) Fase do Bem Estar Social e 4) Fase da Doutrina de Proteção Integral (MARCÍLIO, 2006; RIZZINI, 2008; OLIVEIRA, 2011).

A primeira fase de assistência à infância foi denominada de **fase caritativa**, que teve início no período colonial até meados do século XVIII. O assistencialismo dessa fase teve forte inspiração religiosa. O modo de acolher crianças e órfãos ocorreu com a Roda dos Expostos⁷, que foi inventada na Europa sendo instituída no país a partir do período colonial, passando pelo período do império, e da república, sendo extinta na década de 1950. As Câmaras Municipais eram as únicas oficialmente responsáveis pela tarefa de prover a assistência aos pequenos enjeitados. Contudo, através da Lei dos Municípios de 1828, foi estendida a responsabilidade também às Santas Casas de Misericórdia com o dever de cuidar dos expostos (MARCÍLIO, 2006).

Outro modo de proteção à infância desvalida ocorreu na informalidade, quando recém nascidos deixados nas portas de casas ou igrejas eram adotados pelas famílias, sendo chamados de filhos de criação. Com o tempo, o modelo proposto na fase caritativa tornava-se inadequado e incompatível. Coube aos médicos higienistas e juristas da época criticar o modelo existente da Roda dos Expostos, pois acabava por incentivar uniões ilícitas e incentivava os pais a entregarem seus filhos. Além disso, o amontoamento de crianças nos asilos feriam os preceitos de higiene e causava grande mortalidade dentro desses estabelecimentos (RIZZINI, 2008).

A segunda fase denominada de **filantropia** ocorreu entre meados do século XIX até meados do século XX. Profundas transformações sociais marcaram o país e as políticas públicas voltadas à infância desvalida. Dentre as mudanças ocorridas nesta fase, destacam-se o fim da escravidão, a queda da monarquia, a separação da igreja e do Estado, o estatuto legal da adoção e as reformas do ensino. Assim a sociedade brasileira foi desenvolvendo uma nova ordem econômica (industrial e capitalista) e neste

⁷ “A Roda tinha uma forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, e era fixada no muro ou na janela de uma instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criança, girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar o vigilante ou a rodeira, e o expositor ia embora” (ARRUDA, 2006, p.23).

contexto, muitas crianças e adolescentes perambulavam nos grandes centros urbanos trazendo a questão do “menor”. Exigiam-se com isso políticas públicas renovadas que dessem conta desta nova demanda. Em 1855 emergia um projeto em favor dos menores inspirado na mentalidade filantrópico-científica. “A ideologia que fundamentou essas novas instituições incluía a instrução elementar, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças desvalidas” (MARCÍLIO, 2006, p.193).

A Medicina por meio dos higienistas, e o Direito através dos juristas reelaboraram propostas de políticas assistenciais com o uso de técnicas científicas. A união entre a Medicina e o Direito trouxera mudanças no modo de conceber a criança e desta forma, passou-se a utilizar o termo criança para se referir ao filho das famílias respeitadas e o termo *menor* para designar a infância desfavorecida e abandonada.

A filantropia era vista como uma solução racional e técnica para lidar com as questões sociais das crianças e adolescentes abandonados. Com isso criaram-se novas instituições assistenciais onde crianças e adolescentes recebiam o ensino elementar e profissionalizante.

[...] retirada da família e da sociedade, nas instituições totais a criança encontraria a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que a preparariam para a vida em sociedade, para o bem constituir sua família dentro do amor e do preparo para o trabalho. Pelo menos essas eram as expectativas utópicas dos teóricos filantropos (MARCÍLIO, 2006, p. 207).

Ainda nestas instituições de assistência infanto-juvenil, incluía-se a criança abandonada que inspirava proteção da sociedade e por outro lado, as crianças delinquentes que necessitavam de uma “reforma civilizadora” (RIZZINI, 2008, p. 116). Deste modo, a sociedade não sabia lidar com dois públicos distintos (a criança abandonada e a delinquente) e aplicava a mesma medida que era a institucionalização. “A naturalização da pobreza e a patologização da delinquência reinavam nos discursos científicos convivendo com a institucionalização de abandonados e infratores, que misturava assistencialismo e dura repressão, com largo uso do confinamento” (ROMAN, 2009, p.42).

Neste contexto o discurso dos juristas se apoiava no viés médico-filantrópico de intervenção sobre os pobres. Os juristas ou operadores do direito, buscavam comprovar que as famílias eram as maiores responsáveis pela negligência e abandono dos filhos e indicavam como solução ao problema social a criação de legislação específica que permitisse a livre tutela do Estado em relação a essas crianças, e o controle da ação

social com a dupla função – filantrópica e jurídica de assistência e proteção da infância (RIZZINI, 2008).

Com efeito, em 1927 o Estado criou o Código de Menores⁸ sendo considerado como um marco na história da Assistência à Infância por ser um projeto jurídico e institucional. Revisado em 1979⁹ foi o primeiro documento legal sobre a infância e a adolescência desamparadas. Consideravam-se as crianças e adolescentes como “menores” e estabelecia estratégias de controle e disciplina para os “desviados”. Ingressavam-lhes em instituições de grande porte com atendimento coletivizado sem a preocupação com o desenvolvimento, os direitos e deveres destes (SIQUEIRA, 2012, p.438).

A assistência à infância teve suas atividades ampliadas em 1941, com a criação do Serviço de Assistência ao Menor – SAM, que foi o antecessor direto da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM de 1964 (MARCÍLIO, 2006).

Segundo Ferreri (2011), o período Vargas foi o responsável pela cientificação e profissionalização da assistência social. Porém, a modernização da assistência implicava na instauração de uma política pública de assistência social. A Legião Brasileira de Assistência- LBA criada em 1942, foi à primeira instituição pública federal de assistência social. Devido ao quadro de denúncias de violência, corrupção e ineficiência do SAM, foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM e a Política Nacional do Bem Estar do Menor – PNBEM, que pretendia ser inovadora, porém “não foi mais do que a modernização do sistema assistencial ultrapassado calcado na internação” (FERRERI, 2011, p. 58). Vale ressaltar, que nesse período a prática psicológica era vista pelos dirigentes das instituições assistenciais, como serviço que deveria consistir em diagnóstico, orientação e solução de problemas de ajustamento uma vez que considerava os menores como carentes e desajustados.

Somente a partir da década de 1960, é que o país passava para a terceira fase da assistência na área da infância e juventude desvalida, denominada de **Fase do Bem Estar Social**, onde se ampliava a responsabilidade do Estado, e este período durou até a década de 1980.

Segundo Oliveira (2011), após movimentos sociais que reivindicavam a humanização no atendimento ao “menor”, em meados de 1960, o SAM foi substituído por outro sistema, chamado de Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM).

⁸ Decreto nº 17.943/27

⁹ Lei nº 6.697/79

As sucessivas e graves críticas à Política Nacional do Bem Estar do Menor na década de 1970 fez com que movimentos sociais e as organizações não governamentais - ONGS se expandissem. Com o final da ditadura em meados de 1980, as reivindicações por mudanças organizaram a sociedade em discussões que elegeram como prioridade a luta pela democracia e por mudanças tanto no cenário legislativo quanto de políticas públicas, trazendo como uma de suas consequências à discussão e aprovação de uma nova Constituição Federal com consequentes alterações nas legislações pertinentes de forma a atender o princípio de garantia de direitos (OLIVEIRA, 2011, p. 25-26).

As ações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR e da Pastoral do Menor em 1986, foram significativas para uma nova organização do movimento social da infância. “O protagonismo juvenil surgiu no Brasil na década de 1980, por meio de ações que teriam como aspecto principal a participação de jovens em espaços institucionalizados de formulação política” (FERRERI, 2011, p. 77).

Entre 1988 e 1990 houve intensa mobilização de organizações que visavam salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes, que eram frequentemente violados. Desta forma, em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a assistência à criança e ao adolescente tornaram-se legalmente prioridade absoluta, sendo responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. O Estatuto trouxe distinções reconhecidas legalmente como sujeitos que possuem direitos e que se apresentam em situação peculiar de desenvolvimento. Aboliu-se o uso do termo “menor” e a criança ficou sendo a pessoa de até doze anos incompleto e adolescente aquele que se apresenta com idade entre doze e dezoito anos.

De acordo com Janczura (2008) surgiu assim a **Fase da Doutrina da Proteção Integral**, que consistia em um novo ordenamento no campo do Direito da Infância e Juventude no Brasil oriundo da Doutrina das Nações Unidas de Proteção à Criança (1979) adotada em nosso país, através da Constituição Federal de 1988 e que orientou o texto do ECA em 1990.

Desta forma, o Estatuto propõe três eixos de atenção: Promoção, Controle e Defesa de Direitos. Também estrutura-se em sistemas de garantias nos níveis primário, secundário e terciário. O Sistema Primário está relacionado às políticas públicas de atendimento à criança e adolescente. O Sistema Secundário trata das medidas de proteção em situação de risco pessoal ou social e o Sistema Terciário aplica, executa e atende as Medidas Sócio-Educativas aos adolescentes em conflito com a lei (JANCZURA, 2008). Posteriormente, foi elaborado o Plano Nacional de Promoção,

Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária (2004) bem como o Manual de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Acolhimento Institucional (2009).

Trataremos a seguir de uma das medidas de proteção que se refere ao acolhimento institucional e as questões relacionadas ao tema.

2.1 O ABRIGO EM QUESTÃO

*“Quando tá escuro, e ninguém te ouve
Quando chega a noite, e você pode chorar
Há uma luz no túnel, dos desesperados
Há um cais de porto, pra quem precisa chegar
Eu tô na lanterna dos afogados
Eu tô te esperando
Vê se não vai demorar”
(Lanterna dos Afogados – Herbert Viana)*

Segundo Rizzini et al (2007) a institucionalização de crianças e adolescentes sempre esteve presente na história criando uma verdadeira cultura construída e consolidada até o final do século XX. As crianças nascidas em situação de pobreza ou em família com dificuldades de criarem seus filhos, ao buscarem o apoio do Estado tinha como solução a institucionalização.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente a ênfase está na responsabilidade da família, da sociedade e do Estado para o pleno desenvolvimento infanto-juvenil, considerando primordial o direito à convivência familiar e comunitária. “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (BRASIL, 1990, Art. 19).

Deste modo, a institucionalização de crianças e adolescentes tornou-se uma Proteção Social Especial de Alta Complexidade no âmbito da Política de Assistência Social. Os serviços de acolhimento institucional passaram a ser ofertados em diferentes modalidades como: os abrigos institucionais, casas-lares, famílias acolhedoras e repúblicas. A organização dos diferentes serviços de acolhimento tem como objetivo responder de forma mais adequada às demandas da população infanto-juvenil (BRASIL, 2009).

O abrigo institucional é um serviço que oferece acolhimento provisório familiar por meio de medida protetiva em função de abandono, negligência, maus tratos ou quando às famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de

cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. O ECA no artigo 92 determina os princípios e critérios norteadores do atendimento em abrigo, a saber:

I- preservação dos vínculos familiares; II- integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III- atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV- desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V- não desmembramento de grupo de irmãos; VI- evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII- participação na vida da comunidade local; VIII- preparação gradativa para o desligamento; e IX- participação de pessoas da comunidade no processo educativo (BRASIL, 1990, Art. 92, p.34).

Neste contexto, toda situação de afastamento familiar deve ser tratada como excepcional e provisória, sendo imprescindível investir no retorno ao convívio da família de origem. Deve-se recorrer ao acolhimento institucional quando esgotados todos os recursos para a manutenção da criança ou adolescente na família de origem, extensa ou comunidade. Estes serviços de acolhimento institucional devem cumprir uma função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento do potencial das crianças e jovens atendidos e o empoderamento de suas famílias (BRASIL, 2009).

Com o ECA mudanças importantes passaram a ser realizadas nas instituições de acolhimento como a prioridade na manutenção dos vínculos afetivos das crianças e adolescentes com seus familiares e a intervenção da equipe das instituições com o intuito de promover e preparar os processos de reinserção familiar (SIQUEIRA, 2012).

Contudo, na prática não é o que ocorre, como assinala os autores (MARCÍLIO, 2006; RIZZINI, 2008; JANCZURA, 2008; LIMA, 2008, NASCIMENTO, 2012) em se tratando de acolhimento institucional, é a medida constantemente utilizada sob a justificativa de pobreza ou vulnerabilidade social, por longos períodos, até que os laços familiares fragilizam-se e distanciam-se ainda mais, repetindo às velhas estratégias de assistência a população infanto-juvenil brasileira.

Segundo Rizzini (2007), o termo vulnerabilidade social pode ser assim definido:

Famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural, sexual, desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso as demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal, estratégias e alternativas

diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social (RIZZINI, 2007, p. 42).

Cabe ressaltar que, conforme preconiza o ECA no Artigo 23, a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar. Porém, segundo o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, em 2003, foi identificado o descompasso entre a legislação vigente e a realidade dos serviços prestados. Em primeiro lugar, a pesquisa analisou o perfil de 589 instituições e percebeu que se trata majoritariamente de entidades não governamentais, orientadas por valores religiosos, dirigidas por voluntários e que dependem fundamentalmente de recursos próprios e privados para o seu funcionamento. Com isto, podemos considerar que o Estado tem se omitido com relação a entidades de acolhimento institucional, deixando a responsabilidade para as entidades não governamentais assumirem este serviço.

Outro dado relevante observado na pesquisa do IPEA¹⁰ aponta que a grande maioria da população infanto-juvenil abrigada não é órfã, pois cerca de 90% tem família e mantém vínculos com eles. Há também predominância de meninos afrodescendentes com idades entre sete e quinze anos, e o tempo de permanência nos abrigos ultrapassa os dois anos, tendo alguns que se encontram institucionalizados há mais de dez anos.

De acordo com Silva (2003) as consequências de um período de institucionalização prolongado já são conhecidas e afetam a sociabilidade e manutenção dos vínculos afetivos na vida adulta. Ainda segundo a autora, a pesquisa do IPEA revelou também que os principais motivos do abrigamento das crianças e adolescentes pesquisados são: a carência de recursos materiais da família; o abandono pelos pais ou responsáveis; a violência doméstica; a dependência química de pais ou responsáveis, o abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis, a orfandade, e vivências de rua. Estes motivos respondem pela institucionalização de mais de 84,8% do universo da pesquisa (o que equivale a 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos pesquisados em todo o Brasil).

Com a nova Lei Nacional da Adoção¹¹ diretrizes mais específicas quanto à permanência da criança e do adolescente em instituições de acolhimento foram propostas, reiterando o direito à convivência familiar e comunitária. A família extensa

¹⁰ IPEA (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para crianças e adolescentes.

¹¹ Lei nº 12.010/2009

ganhou destaque na medida em que a cooperação dos membros da família extensa pode evitar a institucionalização. As equipes técnicas dos abrigos ganharam novas atribuições como a elaboração obrigatória de um Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada criança e adolescente que ingressar no acolhimento, a mediação entre a criança e o adolescente e a autoridade judiciária e a emissão de relatório ao judiciário a cada seis meses com recomendação ou não do desligamento institucional e do retorno à família, entre outras funções (SIQUEIRA, 2012). Outra inovação que a nova lei trouxe, foi a limitação para dois anos do tempo de permanência da criança e do adolescente em instituição de acolhimento que deverá realizar avaliação periódica dos casos.

Glens (2010, p.15) ao analisar as políticas públicas existentes no Brasil, revela que a situação se apresenta paradoxal, uma vez que o abrigamento acontece devido à ocorrência de algum tipo de violência, mas ao mesmo tempo este tipo de intervenção contribui para outro problema. “A grande dificuldade quando se pensa em abrigos é que a violência é, ao mesmo tempo, sua causa e consequência; ela foi o motivo do encaminhamento, mas a própria separação familiar, essência desses serviços, é novamente uma violência”.

Ainda segundo o autor, os abrigos vivem um momento de transição no qual não são mais o que eram e não são ainda o que deveriam ser. O abrigamento por pobreza “legitima a afirmação de que o avanço idealizado na lei ainda não ocorreu” (GLENS, 2010, p. 201).

[...] para haver abrigamento, é preciso que haja violência. É claro que a pobreza em si mesma pode ser considerada uma violência: uma violência da sociedade em geral contra o pobre. Mas é uma violência necessária em alguns casos. É por isso que, mesmo quando ela é necessária, deve ser excepcional e provisória. O abrigamento é, na verdade, um cálculo de violências (GLENS, 2010, p. 205).

Para Nascimento (2012) mesmo com a existência de leis que defendem a introdução de novas medidas de proteção destinadas ao público infanto-juvenil, as intervenções jurídicas e sociais continuam a punir os pais negligentes e pobres, com a destituição do poder familiar, abrigamentos apressados e imposição de normas de conduta. Segundo Rosseti-Ferreira et al (2012) as famílias são culpabilizadas mesmo quando a ausência de políticas públicas é em grande parte responsáveis pelas dificuldades vivenciadas por elas. A própria organização dos horários de visita nos abrigos, restringindo-os a períodos curtos em horas e dias de trabalho, dificulta as visitas dos familiares que trabalham e serve ao mesmo tempo de argumento para avaliar o seu grau de vinculação e interesse pelos filhos.

Conforme Siqueira e Dell'Aglio (2006), dentre os fatores que dificultam o caráter provisório da medida de abrigo estão a falta de integração das políticas públicas sociais existentes, a escassez dos recursos humanos nos abrigos, tanto na quantidade como na sua qualificação, e a fragilidade das famílias que se posicionam passivamente frente às ações que poderiam resultar no desabrigo de seus filhos.

Ainda sobre a violência que pode representar o abrigo, para Pineda (2012, p. 107) ela só é “necessária” quando é usada para romper com a repetição de outras violências consideradas mais graves e prejudiciais à vítima. Além da violência da institucionalização, “quando a provisoriedade assume um caráter definitivo, entram em jogo mais instabilidades e incertezas na vida destes jovens”, opera-se uma espécie de cristalização de um lugar subjetivo, pelo estigma de “ser de abrigo”.

Segundo a autora, parece existir entre os abrigados uma impossibilidade de lembrar o passado, com a reprodução de um automatismo em relação ao comportamento aliado a uma rotina impessoal e solitária. Os funcionários são referidos como tio/tia demonstrando serem pessoas indiscerníveis entre si. Também as regras da instituição e suas transgressões marcam o tom das relações, ao mesmo tempo em que o abrigo se configura na produção de acessos como a escola, curso, parque, cinema etc., portanto como possibilidades de novas experiências. Por fim, os abrigados indicam que são sujeitos sempre de passagem e com uma marca indisfarçável que o configura o “ser de abrigo”, ainda que fora do ambiente (PINEDA, 2012, p. 106).

Consideramos relevante à discussão sobre a origem do conceito de estigma no qual Erving Goffman (1988) explica que o termo foi criado pelos gregos para representar uma pessoa marcada e evitada devido algum defeito, fraqueza ou desvantagem. O estigma, portanto, tem um efeito de descrédito e de depreciação, geralmente relacionado a deformidades físicas, ou relativo ao caráter individual ou ainda aos estigmas ligados à raça, nação e religião. Logo, ser uma criança ou adolescente abrigada foge ao padrão da maioria da população e torna-se um grupo restrito e diferente. Conforme Arpini (2003), ser reconhecido como alguém que vive em uma instituição de abrigo evoca forte estigma social porque as pessoas julgam que estes apresentam algum problema e são por isso, marginalizados.

Ainda acerca das instituições, Goffman (2003) retrata as *instituições totais* e define as mesmas como um local de residência e trabalho onde se concentra grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade por considerável período de tempo, e levam uma vida fechada e administrada por outras pessoas. Assim

segundo o autor, há cinco tipos de instituições totais: 1) local que cuida de pessoas inofensivas e incapazes (abrigo e lares); 2) local que cuida de pessoas incapazes de cuidarem de si mesmas e transmitem perigo à sociedade de forma não intencional (sanatórios e leprosários); 3) local que cuida de pessoas perigosas (penitenciárias); 4) local que executam tarefas de trabalho de modo ordenado e uniforme (quartéis e escolas) e; 5) local destinado a serem refúgio e lugar de instrução (mosteiros e conventos).

Um dos objetivos das *instituições totais* era cuidar de pessoas incapazes e inofensivas, tal como as crianças e adolescentes institucionalizados. Contudo a convivência em alguns estabelecimentos era permeada pela violência, regras rígidas da instituição e que desconsiderava as necessidades dos internos. Possuíam horários fixos para acordar, tomar banho, fazer as refeições, brincar e estudar. Também compartilhavam de peças do vestuário e objetos pessoais e impunham restrição da liberdade. Segundo Siqueira (2012), tais características podem causar danos ao desenvolvimento como problemas de comportamento e psicopatologias.

Conforme Arpini (2003, p.72) os novos modelos de instituições de acolhimento não garantem que alguns dos “vícios, abusos e violências característicos das instituições totais não tendam a se reproduzir no novo modelo”. Além disso, de acordo com Oliveira (2012) o acolhimento institucional representa muitas vezes uma parada, um suspense na história de crianças e adolescentes e mesmo sendo estratégia provisória e excepcional, é necessária a promoção de saúde e da cidadania viabilizada por um projeto em que o adolescente se perceba como autor e ator de sua história.

Outro ponto que chama a atenção e que apresenta poucos estudos é sobre a ocorrência de evasão nas instituições de acolhimento devido a busca por uma situação de liberdade e autonomia em contraposição à rotina e regras da instituição, principalmente para os que já estiveram nas ruas (ROSA et al, 2012).

Também como assinala os autores (SALINAS-BRANDÃO, WILLIAMS, 2008, DALBEM, DELL’AGLIO, 2008), em contexto institucional existe indicadores que mostram a presença ou ausência de fatores de proteção institucionais que podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento de crianças e adolescentes não sendo possível estabelecer, *a priori*, o abrigo como essencialmente negativo ou positivo, sendo necessária à incursão no espaço para a reflexão acerca do cenário institucional. Contudo, certas famílias possuem um ambiente tão caótico que o abrigo passa a ser

visto como um ambiente com melhores condições de promover a saúde física e mental desses atores (CARLOS, et al, 2013).

Partindo dessa premissa, alguns autores como Dalbem (2005) e Marzol (2009) comentam que os abrigos podem dificultar ou favorecer o desenvolvimento de crianças e adolescentes, dependendo da qualidade das interações e disponibilidade emocional entre as pessoas, notadamente entre os funcionários da instituição e sua clientela. O afastamento familiar imposto pela institucionalização pode ser compensado por interações de qualidade. Os cuidadores de crianças e adolescentes podem se tornar figuras significativas para os mesmos (MARZOL, 2009). Caberia, portanto aos profissionais de abrigos, oferecer possibilidades de escuta, expressão e de elaboração desta ruptura. O adolescente precisa rever sua história, uma vez que a historicização de cada um dos sujeitos abrigados é fundamental para o processo de subjetivação (SANTOS 2007).

Careta (2011) aborda a importância da intervenção psicoterápica com as cuidadoras uma vez que o próprio trabalho desempenhado no abrigo produz sofrimento psíquico e o contato emocional das cuidadoras com a sua interioridade, acaba por melhorar também, o contato com os próprios afetos e com as crianças e adolescentes. A necessidade e o medo do estabelecimento de vínculos com as crianças que podem ser rompidos a qualquer momento, dado o caráter transitório do abrigo, contribuiu para o sentimento de desamparo dos profissionais e por interações empobrecidas com as crianças e adolescentes.

Diversos autores como (VECTORE, TOMÁS, 2012, CAVALCANTE, CORREA, 2012, SIQUEIRA, 2012, CARETA, 2011, DALBEM; DELL'AGLIO, 2008) sugerem a necessidade de cursos de capacitação continuada para os profissionais que trabalham em contexto de acolhimento institucional.

Diante do exposto, pode-se pensar que há muitas crianças e adolescentes que se encontram abrigados e que as repercussões emocionais do “ser de abrigo” marcarão para sempre suas vidas tanto de forma positiva ou negativa. Na próxima seção, será abordado sobre o desenvolvimento psíquico do sujeito.

3. O DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO

*“Das muitas coisas do meu tempo de criança
Guardo vivo na lembrança
O aconchego do meu lar
No fim da tarde
Quando tudo se aquietava
A família se ajuntava
Lá no alpendre a conversar”
(Utopia- Padre Zezinho)*

A fim de compreender melhor a experiência de adolecer em instituição de acolhimento institucional e os motivos que levam a tal situação, faz-se necessário refletir sobre como se desenvolve a constituição psíquica do sujeito. Com base nos estudos de diversos autores psicanalíticos como Brazelton e Cramer (1992), Bowlby (1984, 1985, 1990, 2006a, 2006b) e Winnicott (1983, 2005a, 2005b, 2011), ficam evidentes a importância da família, notadamente na infância, para o desenvolvimento mental saudável de seus filhos.

Segundo a psicanálise a formação do sujeito tem como ponto central as relações estabelecidas com aqueles que venham a exercer as funções maternas e paternas não importando apenas o aspecto genético e sim o plano simbólico dessas funções. Neste sentido, mais do que fatores biológicos, destaca-se a representação psíquica. Desta forma, tornar-se pai ou mãe acontece num processo gradual antes mesmo da gestação, pois implica também a repercussão desse evento para quem se vê em tal situação com o desejo ou não de ter filhos (BORGES, 2005).

Para Rappaport (1993), a criança ao nascer vem ocupar um lugar na vida fantasmática dos pais, pois já existe uma história na tradição familiar e no imaginário dos pais. Dessa forma, os filhos ocupam um lugar, uma missão no discurso familiar. O processo de constituição psíquica ocorre na interação entre a trama familiar e o vivido pelo sujeito de modo peculiar.

Neste contexto, Brazelton e Cramer (1992, p.4) afirmam que “as forças biológicas e ambientais que levam homens e mulheres a desejar ter filhos, bem como as fantasias suscitadas por esses desejos, podem ser consideradas a pré-história do apego”. Além disso, a gravidez de uma mulher reflete toda a sua vida anterior à concepção, faz emergir lembranças de suas experiências com os próprios pais, sua vivência do conflito edipiano e sua posterior separação dos pais, influenciando para a adaptação ao novo papel.

Deste modo, o desejo que move uma mulher a ter um filho é alimentado por diversos motivos entre os quais destacam a identificação, a satisfação de várias necessidades narcisistas e a tentativa de recriar velhos laços no novo relacionamento

com o bebê (BRAZELTON, CRAMER, 1992). Ainda segundo os autores, entre os motivos narcisistas que alimentam o desejo de ter um filho está o desejo de duplicar a si mesma ou espelhar-se, de realizar os próprios ideais e de conservar uma imagem idealizada de si.

A criança é vista como o elo seguinte numa longa cadeia que vincula cada pai com seu próprios pais e ancestrais. A potência dessa filiação cria um sem número de expectativas: a criança será portadora das características e do nome da família, poderá instruir-se na profissão típica da família ou receber o nome de um ancestral famoso [...] (BRAZELTON, CRAMER, 1992, p.15).

A ligação entre as gerações proporciona o fortalecimento da família em sua função social e psicológica além de ser um indicativo quanto ao nível e qualidade das relações. Neste contexto, as funções materna e paterna implicam em atribuições concretas como é o caso das tarefas práticas de higiene, alimentação e afeto dirigidos à criança e as funções simbólicas necessárias na estruturação da personalidade dos sujeitos (BORGES, 2005).

Partindo dessa premissa, podemos ver concordância com Winnicott (2005a) ao enfatizar que o desenvolvimento emocional tem lugar desde os primeiros dias de vida da criança, sugerindo que a mãe torna-se particularmente qualificada para proteger seu filho na fase de maior vulnerabilidade até o primeiro ano de vida e de contribuir positivamente com as necessidades da criança. Contudo, ressalta que a mãe só é capaz de desempenhar tais funções e papéis se sentir segura e amada na relação com o pai da criança, com a própria família e sociedade. “Os pais têm sentimentos muito diferentes, e agem de modo diferente, em relação a cada um dos filhos. Muito disso depende do relacionamento dos pais na época da concepção, durante a gravidez, quando do nascimento e depois” (WINNICOTT, 2005a, p. 63).

Vale lembrar que enquanto o compromisso da mulher inicia-se com a gravidez, o pai por sua vez, começa a sentir-se como tal após o nascimento ou mais tarde quando é possível uma interação mútua (COSTA; PENSO; ALMEIDA, 2007). De maneira especial nos interessa analisar as funções materna e paterna no desenvolvimento subjetivo do sujeito, no qual desempenham relevante importância. A esse respeito, Winnicott (1975) comentou:

O termo paternal tem de vir necessariamente depois do termo maternal. Gradativamente o pai, como indivíduo do sexo masculino, torna-se um fator significativo. Depois, segue-se a família, cuja base é a união de pais e mães, numa partilha de responsabilidade por aquilo que fizeram juntos, aquilo que chamamos de um novo ser humano, um bebê (WINNICOTT, 1975, p. 191).

Com base nos estudos de Winnicott (2005a, p. 21), após o nascimento do filho, desenvolve-se na mãe a capacidade de desviar o interesse de seu próprio *self*¹² para o bebê. A isso se dá o nome de *preocupação materna primária*, que consiste no período no qual todas as energias e atenções estão dirigidas ao seu filho. “Só na presença dessa *mãe suficientemente boa* pode a criança iniciar um processo de desenvolvimento pessoal e real” e que dentre as funções maternas estão: o *holding*¹³, a capacidade de conter e prover cuidados básicos e a apresentação de objetos novos à criança.

O desenvolvimento, portanto, é um processo de maturação, e da acumulação de experiências de vida; mas que só pode ocorrer num ambiente propício que vai do período de dependência absoluta para a independência. Contudo para Winnicott (2005a) a independência nunca é total ou completa, pois estamos sempre inseridos em um ambiente com outras pessoas.

Em relação aos cuidados maternos, o *holding* implica numa forma de amar, uma vez que é possível observar a qualidade dos cuidados maternos dispensados à criança. A *mãe suficientemente boa* consegue satisfazer as necessidades de seu filho de tal forma que na saída da criança da fusão mãe-bebê, é capaz de ter uma breve *experiência de onipotência*. Isto ocorre quando a mãe conseguiu ser um agente adaptativo para o bebê. Contudo, se o apoio do ego da mãe não existe ou é fraco, surgem colapsos ambientais que tendem a provocar padrões de comportamento como inquietude, estranhamento e apatia (WINNICOTT, 2005a).

Deste modo, é o ambiente que rodeia a criança que vai favorecer ou não seu crescimento por meio da confiança.

A família contribui [...] para a maturidade emocional do indivíduo: de um lado dá-lhe a oportunidade de voltar a ser dependente a qualquer momento; e de outro, permite-lhe trocar os pais pela família mais ampla, sair desta em direção ao círculo social imediato e abandonar esta unidade por outras ainda maiores. Esses círculos tornam-se agrupamento político, religioso, social e talvez o próprio nacionalismo, são o produto final de um processo que se inicia com o cuidado materno e se prolonga com a família [...] (WINNICOTT, 2005a, p.137).

Neste processo ocorrem duas tendências: a primeira é o indivíduo afastar-se da mãe, do pai e da família adquirindo maior liberdade de pensamento e ação. A outra tendência é a necessidade de conservar ou retomar o relacionamento com o pai e a mãe.

¹² *Self* é um termo que implica uma diferenciação entre eu e o não-eu numa crescente integração, até permitir uma imagem unificada de si mesmo e do mundo exterior (ZMERMAN, 2001, p. 376).

¹³ *Holding* é um termo inglês utilizado por Winnicott que se traduz por sustentar, segurar com o qual ele significa literalmente a função de como a mãe sustentava fisicamente seu bebê incluindo o sustentar emocional das necessidades e angústias de seu filho nos primórdios do desenvolvimento emocional primitivo (ZIMERMAN, 2001, p.197).

Esse movimento de afastar-se e aproximar-se conduz a busca pela integração. Gradativamente a criança se afasta dos vínculos parentais para ampliar o social e com isso desenvolver a integração da personalidade. Conforme Mota e Rocha (2012), o distanciamento físico e temporal dos pais consiste na oportunidade de desenvolvimento do processo de individuação.

O processo de integração da personalidade desenvolve-se gradualmente a partir de um estágio não-integrado. De acordo com Winnicott (2005a, 2011), a integração vai se delineando a partir de experiências emocionais mais definidas no qual se afirma um status de indivíduo. Uma pessoa plenamente integrada assume a responsabilidade pelas ideias e sentimentos que acompanham o processo de estar vivo.

Também merece atenção, a discussão sobre o desenvolvimento do *self* da criança, uma vez que a pessoa saudável é aquela que consegue desenvolver um ego forte em decorrência das primeiras experiências seguras proporcionadas pela maternagem. Inicialmente o *self* da criança é apenas potencial, pois se encontra fundido com o *self* da mãe. Gradativamente com um ambiente propício desenvolve-se o *self* verdadeiro da criança. Porém, se os cuidados maternos não forem bons, “a criança torna-se um acumulado de reações à violação; o *self* verdadeiro da criança não consegue formar-se, ou permanece oculto por trás de um *falso self*”¹⁴ (WINNICOTT, 2005a, p.24).

Neste processo de desenvolvimento psíquico é possível perceber a função do apego na infância como sinal da necessidade de ser cuidada por alguém. Conforme Bowlby (1990) a manifestação do comportamento de apego pode variar de um dia para o outro, além de variáveis orgânicas e ambientais como fome, fadiga, dor ou infelicidade. No período de latência o comportamento de apego continua sendo um traço predominante. Já durante a adolescência o apego dos filhos aos pais sofre mudanças uma vez que outros adultos podem assumir importância igual ou maior do que a dos pais. Durante a adolescência e vida adulta o comportamento de apego pode ser dirigido para outros grupos e instituições. “[...] o alicerce sobre o qual se constrói uma personalidade estável e autoconfiante é a certeza [...] de contar com a presença e o apoio das figuras de apego” (BOWLBY, 1984, p. 340).

¹⁴ *Falso self* funciona como uma fachada, uma defesa contra o verdadeiro *self*, nos casos em que falha a função materna e a continuidade existencial sente-se ameaçada. (WINNICOTT, 2011; ZIMMERMAN, 2001).

Desta forma as pessoas estáveis e autoconfiantes receberam não apenas o apoio dos pais quando necessitaram, mas ainda um estímulo constante à crescente autonomia. Os padrões de interação familiar vão sendo transmitidos de geração em geração, que podem ser a herança para a saúde mental ou para a enfermidade.

Quando um sujeito tem a certeza de possuir uma figura de apego acessível estará menos propenso ao medo intenso ou crônico. Além disso, a confiança ou a falta de confiança tendem a persistir mais ou menos alterada pelo resto da vida como também as expectativas de acesso às figuras de apego são reflexos das experiências afetivas individuais. A capacidade de tornar-se seguro e autoconfiante é resultado da certeza de pessoas que confiam em seus talentos e potenciais. Essas pessoas representam uma base segura para o indivíduo (BOWLBY, 1984).

A maturidade e a capacidade de estar só supõe que o indivíduo haja tido a oportunidade, graças a cuidados maternos adequados, de adquirir confiança em um ambiente benigno... Gradativamente, o ambiente de apoio para o ego é introjetado e se incorpora à personalidade do indivíduo, de modo a fazer surgir à capacidade de estar só. Ainda assim, teoricamente, há sempre a presença de alguém, alguém que, em última análise e inconscientemente, é equiparado à mãe... (WINNICOTT, 1983, p34).

Em outras palavras, a maturidade e a *capacidade de ficar só* significam que o indivíduo teve oportunidades através da maternagem suficientemente boa de desenvolver-se enquanto seguro e confiante. Desta forma há possibilidade de desenvolver um ego forte, capaz de manter integridade durante períodos em que lhe falte apoio.

Além da *capacidade de ficar só*, Winnicott (2011) pontua que a criatividade também é outra característica de quem está bem integrado. Indicando a manutenção da vida e a capacidade de criar no mundo e se adaptar. “O indivíduo que não tenha sido demasiado distorcido por uma introdução no mundo defeituosa, dispõe de muitas oportunidades para fomentar esse atributo tão desejável” (WINNICOTT, 2011, p. 26).

A “internalização de modelos de base segura dos pais em adolescentes e jovens adultos acontece como um dos facilitadores no processo de autonomia” (MOTA, ROCHA, 2012, p. 358). A partir disso pode-se então questionar como fica a situação e o desenvolvimento de crianças e adolescentes que não puderem ter uma mãe suficientemente boa, ou figuras substitutas que oferecessem uma base segura?

Vimos na seção anterior que circunstâncias como a negligência, o abandono, e várias formas de violência são tragédias infringidas no cotidiano de muitas crianças e adolescentes e que acabam resultando em abrigo. Podemos questionar então,

quais são as repercussões dessas vivências na vida desses sujeitos? Para tentar responder aos questionamentos levantados, optou-se por discorrer sobre teóricos que abordam a questão do desamparo, do apego e de privações ocorridas na infância.

Segundo Albornoz (2006, p.20), as privações resultam da falta de um cuidado suficientemente bom nos primeiros anos de vida. “As circunstâncias das privações na infância registrarão suas marcas e edificarão a subjetividade nesse sentido, e seus efeitos possivelmente constituirão o futuro da sociedade”. Para Winnicott (2005b), a privação consiste na falta de certas características essenciais da vida familiar. Os sentimentos que permeiam são de dúvida e incerteza. Ainda segundo o autor, existe uma relação direta entre privação e tendência anti-social. Bowlby (2006b) esclarece que a privação do amor materno na primeira infância pode ter efeitos duradouros sobre a saúde mental e depende da idade em que a criança perde os cuidados maternos, o tempo em que ficou privada e o grau em que eles lhe faltaram.

Na ausência da mãe, outra pessoa pode desempenhar o papel da figura materna e isto demonstra que na ausência dos pais como figuras de apego, busca-se figuras substitutas estáveis (BOWLBY, 1984). No entanto, quando não existe uma figura substituta, a criança torna-se cada vez mais egocêntrica e inclinada a estabelecer relações superficiais e passageiras com as pessoas. Nesses casos, surge o desapego como resultado de um processo defensivo que são “[...] elementos regulares do luto em qualquer idade, e o que caracteriza a patologia não é a sua ocorrência, mas as formas que tomam e, especialmente seu grau de reversibilidade [...]” (BOWLBY, 1985, p.18).

Neste cenário a Teoria do Apego esclarece a propensão dos indivíduos em estabelecer fortes laços de afeição com pessoas específicas e de explicar as muitas formas de conflito emocional como ansiedade, raiva, depressão e desapego diante da separação involuntária ou perda dos objetos significativos. O comportamento de apego representa a busca da manutenção de vínculos com uma pessoa preferida, que transmite segurança. O desenvolvimento de laços afetivos surge inicialmente entre filhos e seus pais e posteriormente entre outras pessoas ao longo da vida. De modo que o comportamento de apego que se organiza dentro do indivíduo constitui o padrão de laços afetivos estabelecidos durante toda a vida (BOWLBY, 1985).

Crianças que sofreram privações tendem a manifestar comportamentos de protesto, desespero e desligamento, que correspondem a processos básicos de luto. Neste momento, a raiva pode ser vista como uma resposta imediata à perda, “a função

dessa raiva parece ser a de reforçar o ímpeto dos esforços vigorosos tanto para reaver a pessoa perdida como para dissuadi-la” (BOWLBY, 2006a, p.76).

É o que Winnicott (2005b) aborda ao tratar sobre privação e delinquência, descrevendo a necessidade de termos a quem amar e odiar, para saber amar e odiar a si mesmo e assim descobrir o sentimento de culpa e o desejo de restaurar e recuperar. Isto só é possível com a existência de um ambiente estável, de receber cuidados individuais e ter continuidade desses cuidados. Ainda segundo o autor, o amor e o ódio constituem os elementos principais das relações humanas. Já a agressividade pode ser um sintoma de medo, pode significar reação à frustração e também fonte de energia. Desta forma, os sintomas anti-sociais nada mais são que busca por um ambiente sadio e sinais de esperança.

“Sabemos, portanto, que a criança carente é uma pessoa doente, uma pessoa que viveu uma experiência traumática em sua história passada e que desenvolveu um modo pessoal de combater as ansiedades assim criadas” (WINNICOTT, 2005a, p. 199). Logo, o que podemos inferir é que independentemente da criança e do adolescente ter vivido em ambiente suficientemente bom ou não, pode sobreviver, contudo, com relações superficiais e passageiras e sem um olhar de otimismo quando ao mundo e ao futuro. Cabe ressaltar que para Winnicott (2005a), nos casos em que os pais apresentam problemas psiquiátricos, a separação dos filhos só deve acontecer em situações em que a crueldade ou a negligência são flagrantes.

Em se tratando do vazio que surge diante da ausência de figuras maternas e paternas estruturantes, Albornoz (2006, p. 24), comenta que além de não protegerem o sujeito ainda, oferecem inadequados objetos de identificação e danos ao aparelho psíquico. “A ausência marcante de objetos continentais na história de um indivíduo é vivenciada como uma perda irremediável pelo psiquismo e produz um sentimento de abandono”.

Ainda a esse respeito, Pinheiro (2005) ressalta que a ausência de amor materno e paterno acarreta ao sujeito um sentimento de vazio e de baixa vitalidade, características observadas em casos de vítimas de maus-tratos e abuso sexual. Vale ressaltar que esses aspectos podem ser observados em crianças e adolescentes institucionalizados.

É importante destacar que a subjetividade é construída através das relações interpessoais estabelecidas num contexto sócio-histórico-institucional e cultural. O grupo familiar é o primeiro núcleo onde ocorrem as relações que podem favorecer ou prejudicar a saúde mental de seus membros. Em casos de maus-tratos, negligência e

violência praticada dentro da família contra crianças e adolescentes seus efeitos são extremamente nocivos.

Albornoz (2006) comenta sobre os diferentes tipos de violências (abuso físico, sexual, maus-tratos e negligência) contra crianças e adolescentes e suas repercussões no emocional desses sujeitos. O abuso físico envolve punições com o uso da força física que normalmente deixam marcas no corpo e no psíquico da criança. O abuso sexual consiste em envolvimento em atividades sexuais com ou sem contato físico no qual a criança não compreende ou não tem maturidade para elaborar a situação. Os maus-tratos psicológicos referem-se à rejeição, depreciação e desrespeito, sendo de difícil detecção. A negligência corresponde a falhas em prover as necessidades básicas dos filhos praticados por seus pais ou responsáveis, nesses casos, as relações de cuidado são inexistentes ou inadequadas.

As agressões físicas sofridas pelas crianças “resultam num incremento de impulsos hostis que fazem com que elas sejam agressivas com outras crianças e estejam mais propensas a atos anti-sociais na adolescência [...]” Esse estado de sofrimento leva a grande possibilidade de reprodução do ciclo de violência através das gerações ou entre grupos (ALBORNOS, 2006, p. 32). Ainda segundo a autora, dentre os prejuízos ocasionados pela situação de violência na infância está a obstaculização do pensamento. Em outras palavras, o pensamento e o conhecimento ficam prejudicados, pois o não-aprender pode ser um processo ativo de contra-inteligência em que a criança busca não ser inteligente, evita pensar para não ter contato com conteúdos dolorosos e intoleráveis advindos de seu sofrimento anterior.

Neste cenário, crianças e adolescentes traumatizadas podem apresentar amnésia com relação a eventos intoleráveis. O terrível não é sentido e nem registrado na consciência, os sentimentos são isolados e negados. As marcas que ficam geram prejuízos no desenvolvimento emocional, determinando seus destinos. Os traumas criam um senso de antecipação e medo e contaminam o processo de decodificação de novas experiências sendo integrada ao psiquismo a mesma lógica das experiências traumáticas anteriores (ALBORNOS, 2006).

Crianças e adolescentes vítimas de abandono, negligência e maus tratos (vivências aniquiladoras) apresentam dificuldades para investirem em si mesmos e nos outros. Essas características peculiares geralmente tornam-se impeditivas ou dificultadoras da adaptação pessoal, escolar, institucional, social e familiar desses indivíduos, gerando por vezes novas vivências de rechaço e de segregação (ALBORNOS, 2006, p. 37).

A gravidade das situações de vitimização levam crianças e adolescentes a serem afastados de suas famílias e encaminhados às instituições de proteção, evidenciando a necessidade de abrigos com estratégias de cuidados para que as marcas do passado não prejudiquem maciçamente as vivências do presente e do futuro.

3.1 A FAMÍLIA E SUAS FUNÇÕES

*“Minha dor é perceber, que apesar de termos feito tudo, tudo,
Tudo o que fizemos,nós [...] Ainda somos os mesmos e vivemos
Como nossos pais...”
(Como nossos pais – Elis Regina)*

Falar sobre família não é tarefa simples, uma vez que se trata de uma organização social que existe desde sempre e que tem passado por transformações ao longo da história da humanidade. Phillipe Ariès (1981) em sua obra *História Social da Criança e da Família* aponta as mudanças que a unidade familiar sofreu a partir do século XV:

A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome e assumiu uma função moral e espiritual passando a formar corpos e almas. O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XV exprimiu com insistência e gosto: o sentimento moderno da família (ARIÈS, 1981, p.277).

Fica evidente que a família transformou-se com o tempo imprimindo características específicas de seu tempo histórico, social e político. Contudo, vale ressaltar que não se pretendeu analisar o conceito de família profundamente, nem situá-lo em cada época da história com todas as suas implicações, mas refletir sobre as transformações da família brasileira e situar o adolescente neste momento da contemporaneidade.

Através dos aportes teóricos que tratam deste tema, verifica-se que não é possível tratar de um único modelo de família brasileira, visto que a “diversidade étnico-cultural formada pela mistura de imigrantes europeus, escravos africanos, povos nativos (índios) e tantos outros, impõe diferenças, muitas vezes regionais, de estrutura, costumes e tradições as famílias” (DESSEN, 2010, p. 204). Portanto, podemos inferir que nas famílias brasileiras além da diversidade étnica, outros fatores contribuíram decisivamente para a mudança na sua estrutura.

A fim de compreender a evolução da estrutura familiar brasileira, Dessen (2010) nos esclarece que no período de 1920 a 1940 predominava a família nuclear, com muitos filhos e uma hierarquia clara, com divisão de tarefas em função do gênero. Tanto

a mãe como os filhos obedeciam ao pai econômica e afetivamente (DESSEN, 2010). De forma gradativa, houve a modificação do pensamento social em relação à participação social da mulher, graças ao movimento feminista, a revolução técnico-científica e ao desenvolvimento das ciências humanas, assim essas mudanças do pensamento trouxeram repercussões para a divisão de papéis, tanto no espaço público quanto no privado. Vale ressaltar que as transformações no papel feminino só modificaram expressivamente no final da década de 1960, trazendo mudanças no interior da família.

As relações tornaram-se mais igualitárias entre os cônjuges e entre pais e filhos, como também a mulher ganhou uma participação mais ativa no contexto político, social e econômico do país. Mesmo com o ingresso no mercado de trabalho ainda assim, tinha o compromisso com a educação dos filhos. Entre os anos de 1960 até os anos de 1980, houve uma diminuição significativa no número de filhos relacionado aos fatores como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a crise econômica dos anos 80 e os novos valores de criação dos filhos (DESSEN, 2010). Além dos fatores citados, outros também contribuíram para as mudanças como o uso da pílula anticoncepcional, a regulamentação do divórcio, o aumento da escolaridade feminina e maior possibilidade de acesso à informação. Ao mesmo tempo surgia o aumento no número de casais sem filhos e de uniões consensuais.

Neste cenário de mudanças, as relações familiares foram afetadas drasticamente, alterando o modelo de família hierárquica das décadas de 1950 para o modelo de família igualitária da década de 1980, onde homem e mulher passam a exercer papéis e autoridades não tão definidos, as relações parentais tornam-se mais igualitárias e a “identidade calcada na posição, sexo e idade da pessoa, como a autoridade paterna inquestionável, passa a ser baseada mais nas diferenças pessoais do que nas sexuais, etárias e posicionais, dando início à chamada crise da autoridade da família” (VIEIRA, 1998, apud DESSEN 2010, p. 206).

É importante destacar que o aumento do número de divórcios contribuiu para a construção de novas configurações familiares. Desses arranjos fez-se surgir as famílias monoparentais, que são constituídas por apenas um dos pais e os filhos e as famílias cangurus que compreendem um dos cônjuges e seus filhos que voltaram a morar com os pais. O cenário social ficou marcado, desde então, por reformulações de projetos e aspirações sociais refletindo os novos valores, crenças e práticas sociais que resultaram tanto em divórcios quanto em recasamentos (DESSEN, 2010).

Nesse período, o cuidado e a socialização dos filhos passaram a ser compartilhados com outros grupos sociais (creches, escolas etc.), dependendo de condições econômicas, uma vez que quanto mais recurso financeiro disponível maiores são os serviços contratados para o cuidado dos filhos por terceiros. O pai continuava sendo o provedor do sustento material com a participação das mães, embora novas configurações familiares surgissem.

Outra característica que se evidencia são os possíveis tipos de arranjos familiares no qual Dessen (2010) cita os seguintes exemplos: pessoas solteiras que vivem sozinhas, cônjuges não casados que habitam a mesma casa, a convivência temporária antes da tomada de decisão de oficializar o casamento, os casais homoafetivos, as famílias recasadas, os cônjuges que moram em casas diferentes e pessoas que vivem com parentes que exigem cuidados constantes. Exemplos esses de construções de vida familiar baseadas nos sentimentos nutridos pelas pessoas envolvidas. Deste modo, variáveis como a consanguinidade, continuidade ao longo da vida, relacionamento heterossexual, divisão da mesma casa, não servem mais para definir família.

Como a percepção de família e dos papéis de mãe e pai, sejam eles papéis ideais ou reais, é influenciada pelas alterações na estrutura e na dinâmica das relações familiares, isso nos leva não só a questionar o conceito de família, e as ideias de normalidade relacionadas a ela, mas também a tentar compreendê-la como um sistema complexo, influenciado por múltiplos fatores e eventos internos e externos, que sofre variações em função dos contextos cultural, social e histórico em que está inserida (DESSEN, 2010, p.210).

Assim, num conceito mais abrangente de família, podemos dizer que se trata de um grupo social composto por pessoas que estão vinculadas de modo afetivo e intergeracional com seus membros e em constante processo de adaptação e readaptação. Segundo Mello (2002) é a família que transmite o modo de ordenar a sexualidade, de transmitir a tradição, o casamento e o parentesco. Por intermédio da socialização é que as relações humanas são organizadas. A família é expressa pela passagem do fato natural da consanguinidade para o fato cultural da afinidade.

É importante destacar também que dentre as muitas funções familiares está o direito ao sobrenome que nos inscreve dentro de uma ordem simbólica e nos situa em relação à nossa linhagem e a um laço, porém interdita os laços incestuosos (PALADINO, 2005). Deste modo, a aquisição do sobrenome implica um simbolismo de linhagem, de ser reconhecido e pertencente a algum grupo familiar específico, como também instaura a interdição.

Outro ponto que merece atenção, diz respeito à família patriarcal rural que era constituída por pessoas de diversos graus de parentesco vivendo próximos uns dos outros, e que participavam de uma mesma atividade produtiva e oferecia a criança e ao adolescente uma rede familiar de proteção, caso os pais viessem a ter dificuldades, oferecendo deste modo maior número de identificação (mais uniforme, coerente, estável e pertencente a uma mesma cultura). Com a mudança das pessoas das zonas rurais para os centros urbanos, surge a família nuclear constituída por um casal e seus filhos, longe do grupo familiar de origem, anônimos, desenraizados de suas culturas. E essa situação viabiliza ao sujeito sentimentos de desamparo e isolamento (OUTEIRAL, 2012).

É exatamente nessa década que crianças e adolescentes passam a chamar de “tios” os adultos em geral e os professores em particular. Esses novos “tios” [...] representam uma tentativa de reconstituição de laços de parentesco revelando uma esperança que permite sustentar pelo menos por algum tempo, o desamparo. Crianças, adolescentes e seus pais em busca de uma família “perdida” (OUTEIRAL, 2012, p. 106).

Muitas vezes, os adolescentes buscando processos identificatórios na sociedade, mais do que na própria família, encontram representantes sociais que não oferecem valores éticos e morais adequados. Esse período de desamparo e de banalização da violência em nossa sociedade revela uma encruzilhada entre civilização e barbárie que atinge as estruturas familiares e trazem patologias da contemporaneidade. “O desamparo nas etapas iniciais do desenvolvimento e dos processos de maturação, a falência da função paterna e as identificações patológicas respondem, dentre outros fatores por essas condições” (OUTEIRAL, 2012, p.108).

Também entra em questão a fratria que inaugura a partir do nascimento do segundo filho e dá origem ao conflito intergeracional. Segundo Goldsmid e Féres-Carneiro (2007, p. 293), não escolhemos os nossos irmãos, eles são impostos por nossos pais, mas com eles compartilhamos a nossa história de vida. “Ser e ter um irmão vai-se constituir numa das três contingências vitalícias, pois assim como não há ex-pais, nem ex-filhos, não existem ex-irmãos”. Ressalta ainda que laço fraterno é definido “pelo partilhar do mesmo laço de filiação”, entretanto, isto não define a “relação fraterna, que poderá ser próxima ou distante, fria ou calorosa, amistosa ou conflituosa” (GOLDSMID; FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 294).

De acordo com Mota e Rocha (2012) a fratria também assume um papel fundamental no desenvolvimento emocional do indivíduo, porque proporciona um ensaio da vida emocional e relacional futura, pelo que os irmãos exercem uma função

constante na aquisição de competência como a negociação, cooperação e competição entre eles.

Com a chegada do irmão, deixa de ser objeto exclusivo e privilegiado da figura materna e assegura a mediação e o intercâmbio entre a realidade psíquica e a realidade grupal em seus componentes familiares, sociais e culturais. Ocorrem as partilhas, julgamentos e negociações. A fratria desloca o primogênito do lugar único e privilegiado que ocupava na relação com seus pais.

O relacionamento fraterno vai contribuir significativamente tanto para a harmonia quanto para a desarmonia familiar, e esse conjunto de vivências funcionará como um laboratório para as relações sociais experimentadas fora da família. Essa relação formada e estabelecida durante a infância apresenta o ápice dos conflitos e das transformações na adolescência e geralmente se reequilibra na idade adulta e na velhice, apresentando uma nova forma de manutenção na relação (GOLDSMID; FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 296).

Os irmãos ao conviverem intimamente por um longo período têm como necessidade e desejo comum obter o amor preferencial dos pais. Essa condição pode gerar a criação de desafetos, podendo vir a transformá-los até mesmo em adversários. A fratria é um lugar de competição, pois enquanto os menores querem igualar e superar os mais velhos, estes querem conservar sua superioridade. Contudo, além da competição que pode existir entre os irmãos também a cumplicidade e a intimidade, pode desempenhar um importante papel como sustentáculo do equilíbrio familiar em situações de crise. Pode facilitar o estabelecimento de relações “suficientemente boas” com os pares na vida adulta (GOLDSMID; FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 302).

Oliveira (2005) ao estudar a dinâmica das relações fraternas no recasamento constatou que no relacionamento entre irmãos, a rivalidade e o ciúme, raramente existem sozinho, geralmente outros sentimentos como carinho, lealdade, sentimentos de obrigação estão interligados e coexistem com a rivalidade. Isto permite compreender porque um irmão pode ser o melhor amigo ou o pior inimigo. Contudo têm-se reconhecido a importância que os irmãos e irmãs podem exercer na base que modela a vida de cada um.

A vivência do divórcio e recasamento dos pais modifica a relação entre irmãos biológicos, “podendo contribuir para o fortalecimento do vínculo ou para o enfraquecimento da relação”. Os irmãos podem atuar como um fator de proteção ao outro, desempenhando um papel positivo e ativo no ajustamento ao divórcio e ao recasamento (OLIVEIRA, 2005, p. 7).

É a adolescência um período extremamente revelador da qualidade da autoridade dos pais e da natureza das relações. Entretanto, a precocidade da puberdade e a liberação dos costumes nos dias atuais promove uma dura prova da autoridade dos pais. Autoridade essa posta pela relação de dependência afetiva inevitável dos filhos para com os pais. (JEAMMET, 2007).

“A diferença de idade coloca o adulto num papel educativo que contribui para organizar a personalidade em formação da criança e do adolescente. Nenhum adulto pode escapar deste impacto educativo, uma vez que esta relação de autoridade se impõe por si mesma” (JEAMMET, 2007, p.76). Partindo dessa premissa, não exercer a autoridade é abandonar a criança a si mesma, à tirania de suas necessidades, sem proporcionar-lhe referências externas para regulá-las e dar-lhes um sentido é extremamente arriscado para a integração de sua personalidade.

Para que a relação entre pais e filhos funcione de modo satisfatório é necessária a confiança recíproca que acontece por meio da aprendizagem dos limites e da capacidade de esperar, que é construída durante toda a infância. Deste modo, é na adolescência que se revelará as relações construídas anteriormente.

A partir disso pode-se então questionar, o que acontece quando a relação entre pais e filhos não são construídas nestas bases? Como se desenvolve e termina a adolescência quando os pais que deveriam proteger e transmitir confiança a seus filhos, não o fazem? Trataremos deste assunto, a seguir.

3.2 O INCESTO E O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

*“Meu coração é de paz, mas não aguenta mais violência,
Basta, minha palavra diz basta, meu corpo inteiro diz não
Não há lugar para mais violência...”
(Cidade Partida – Cidade Negra)*

As palavras, incesto e abuso sexual são temas associados ao contexto familiar tirano e perverso que ao contrário do contexto familiar saudável produz consequências destruturantes na personalidade da criança e do adolescente. Assim iniciamos a análise do tema em questão, reportando-nos à Faiman (2004) que define o incesto como um relacionamento sexual entre parentes, à exceção de cônjuges, e é proibido social e culturalmente. Neste contexto, torna-se difícil pensar que nem sempre a família configura-se em um ambiente seguro e protetor, podendo em alguns casos ser tão destrutiva quanto violenta. A palavra, incesto suscita um sentimento de horror “que se

trata do impronunciável”, (CROMBERG, 2001, p. 21). Neste cenário é possível verificar que a psicanálise sempre esteve envolvida com a questão incestuosa:

a psicanálise nasceu mesmo da questão do incesto, seja na sua primeira elaboração freudiana, enquanto teoria da sedução paterna, que levaria a um trauma recalado e à sintomatologia histérica, seja no seu recalamento posterior, enquanto fantasia, que faz Freud reconhecer e dar toda a importância à existência de uma sexualidade infantil e do aparelho psíquico que dela se incumbia nas regiões daquilo que ele chamou de inconsciente (CROMBERG, 2001, p. 39).

A respeito do incesto Freud (1913, p. 35) escreveu que “somos levados a acreditar que essa rejeição é, antes de tudo, um produto da aversão que os seres humanos sentem pelos seus primitivos desejos incestuosos, hoje dominados pela repressão”. Deste modo, proíbe-se o que é desejado.

Para o antropólogo francês Lévi-Strauss (1976) em sua obra “*As estruturas elementares de parentesco*” a origem das organizações sociais e das noções de parentesco estão relacionadas às bases da interdição do incesto e se referem à passagem do homem natural para o registro da cultura. A proibição do incesto é universal e em função desta interdição foram desenvolvidas leis que regiam os casamentos e que normatizavam a interdição entre diferentes grupos familiares.

O papel primordial da cultura está em garantir a existência do grupo como grupo, e, portanto em substituir, nesse domínio como em todos os outros, a organização ao acaso. A proibição do incesto constitui certa forma – e mesmo formas muito diversas – de intervenção [...] (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.72).

Logo, para Lévi-Strauss (1976), mais do que um desejo inerente ao indivíduo, a proibição do incesto tinha o objetivo de garantir e manter os grupos. Quando um homem e uma mulher davam sua filha em casamento para outro grupo, o objetivo era manter a família, estreitar laços, agora de parentesco.

Neste sentido, cada cultura tem seu código segundo o qual se estabelece o que é lícito e o que é proibido. “Quando o código é internalizado pelo indivíduo, transgredi-lo dá margem a intensos sentimentos de vergonha, humilhação ou culpa” (FAIMAN, 2004, p. 35). Ainda segundo a autora, a internalização da proibição favorece a organização psíquica e social necessária para a vida em comunidade.

O tabu contra o incesto instaura o processo de humanização porque estabelece lugares geracionais diferentes que permitem, em primeiro lugar, um processo de narcisização da criança pelos pais, fundamental à sua sobrevivência e, posteriormente, no movimento de ultrapassar as fantasias sexuais em relação aos seus genitores, um processo de diferenciação e subjetivação (CROMBERG, 2001, p. 75).

Outro ponto a ser levantado, são os casos de sedução no qual dada à complexidade da situação torna-se um abuso, porém sem características de violência. “Na sedução não há uma resistência clara à aproximação sexual; ambas as pessoas envolvidas na relação encontram-se eroticamente estimuladas para o contato”. Ocorre que, em determinadas situações, a erotização do vínculo consiste no próprio abuso (FAIMAN, 2004, p, 28).

O abuso sexual pode ser definido como todo relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas. Nem sempre o abuso sexual é praticado com uso da violência física. De acordo com Faiman (2004), para a configuração de abuso deve existir uma assimetria quanto ao poder no relacionamento entre os envolvidos.

As diferenças entre incesto e abuso sexual podem ser caracterizadas partindo da dinâmica familiar (pai-mãe-filha). As experiências de abuso sexual aprisionam o indivíduo aos excessos impostos por toda situação de paixão. Desta forma, essas experiências são produtos da sedução praticada entre os pais e a criança, permeando as relações e influenciando na constituição do sujeito. “O abuso sexual têm suas raízes na transgressão de uma ordem estabelecida” (GOLDFEDER, 2000, p.17).

O fator determinante entre incesto e abuso sexual está na posição que a criança ocupa com relação às funções materna e paterna e aos desejos de cada um dos pais quanto ao lugar desta criança. Ambas as vivências são impregnadas de violência e traz repercussões psíquicas, no entanto, diferem em natureza e consequências (GOLDFEDER, 2000). Ainda segundo a autora, a relação entre pais e filhos é permeada por desejos inconscientes. A função da mãe é fundamental para a estruturação do sujeito bem como para criar condições para o abuso ou incesto.

Na situação do incesto ocorre uma impossibilidade da criança constituir-se como sujeito independente do desejo da mãe. É na condição de indiscriminação entre o eu e o outro que se propicia a relação incestuosa. Neste caso, “nem o pai nem a mãe conseguem ocupar o lugar da interdição”. Na relação de abuso sexual entre pai e filha, o início se dá nas “relações pré-genitais da criança com a mãe”, responsável pela constituição da experiência erógena do corpo da criança, muitas vezes sendo oferecida pela mãe ao pai, na tentativa de realizar seu próprio desejo edípico (GOLDFEDER, 2000, p.18). Portanto, a criança encontra-se submetida tanto ao pai quanto ao desejo incestuoso da mãe.

“O abuso sexual é desta forma, resultante de uma certa configuração da tríade familiar. A mãe não se encontra ausente nas situações de abuso sexual, [...] mas se faz presente nos bastidores dessa vivência, algumas vezes, [...] caracterizando o conluio perverso com o pai” (GOLDEFEDER, 2000, p.18). Partindo dessa premissa, podemos inferir que a família faz parte dos bastidores da violência e observamos nitidamente casos semelhantes na prática profissional, atendendo crianças, adolescentes e suas famílias em serviço prestado no Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS.

O termo violência pode ser definido como o uso intencional da força física ou poder, que pode resultar em ferimentos, morte, dano psicológico e privação, além de prejudicar o desenvolvimento. A exposição a diferentes formas de violência, ao longo do desenvolvimento, apresentam maiores chances para o surgimento de problemas psicológicos, como baixa estima, comportamento agressivo, ansiedade, depressão entre outros (BRAGA; DELL’AGLIO, 2012). Ainda segundo as autoras, a violência intrafamiliar tem chamado a atenção da mídia, das autoridades e de pesquisadores devido a alta prevalência e repercussão desses problemas. O tipo mais comum de maus tratos contra a criança e adolescente é a violência doméstica. No Brasil, os serviços de saúde enfrentam dificuldades em diagnosticar e registrar casos de violências nas famílias.

Muitos adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento já passaram por diferentes formas de violência em seu contexto familiar. Os meninos são mais expostos à violência extrafamiliar e as meninas como maiores vítimas de violência no âmbito familiar. A maior vitimização das adolescentes do sexo feminino pode ser explicada pela “construção social de gênero que ainda atribui às mulheres papel de desvalorização, passividade, resignação e submissão” (BRAGA; DELL’AGLIO, 2012, p. 417).

Segundo Cantelmo, Cavalcante e Costa (2011) ao abordar casos de incesto e gravidez em adolescentes, esclarecem que o incesto é caracterizado pelo abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita com estimulação sexual intencional por parte de um dos membros do grupo e que possui um vínculo parental pelo qual torna proibido o matrimônio. Vincula-se uma proibição de natureza sociocultural com ação violenta. Nesses casos, o silêncio adotado pela vítima e dos demais membros familiares demonstra o impacto da violência sofrida e os recursos de que possuem para o

enfrentamento da situação. Além do trauma psicológico a ser superado, nos casos de gravidez, há ainda uma criança a ser cuidada.

A gravidez ocorrida fruto do abuso sexual intrafamiliar em contexto socioeconômico de pobreza e exclusão, representa “um acréscimo de despesas que proporciona uma significativa desestabilização material, além da emocional” (CANTELMO; CAVALCANTE; COSTA, 2011, p. 139).

A gravidade das consequências do incesto só pode ser avaliada pelas vivências emocionais em que o tempo da ocorrência do incesto bem como a qualidade do vínculo entre abusador e a criança ou adolescente abusado, são fatores para se avaliar o comprometimento emocional com a experiência da violência.

A ocorrência de abuso incestuoso resulta de diversos fatores da dinâmica familiar. “O período de duração das relações incestuosas e as dificuldades inerentes à denúncia indicam envolvimento e responsabilidade da família como um todo neste tipo de situação” (GOBBETTI, 2000 apud FAIMAN, 2004, p.81).

Em famílias incestuosas há uma espécie de regime fechado a que estão submetidos seus membros. Pode ser expresso por um rígido controle dos relacionamentos extrafamiliares, muitas vezes proibido. Mantendo uma coesão familiar em regime do que podemos chamar de “perversão narcísica”, a família muitas vezes restringe seus contatos externos, sob as mais diversas alegações (FAIMAN, 2004, p. 75).

Outro ponto comum nos casos de incesto ou abuso sexual diz respeito à síndrome do segredo, fenômeno que se configura em uma situação mantenedora de um pacto invisível associado ao silêncio e ao medo da revelação com relações familiares hierarquicamente assimétricas caracterizadas por desigualdade e subordinação como apontam diversos autores (CANTELMO; CAVALCANTE; COSTA, 2011, CARINHANHA; PENNA, 2012, SCHAEFER; ROSSETO; KRISTENSEN, 2012). Ao evitar falar sobre o assunto, acaba por impedir os membros familiares de refletir e sair da própria realidade concreta e simbólica em que vivem.

A esse respeito, Pinheiro (2005, p. 52) comenta que há um “complô do silêncio, no qual os familiares, o agressor e a própria vítima passam a compactuar para a perpetuação das respostas agressivas”. Cria-se um segredo entre a vítima e o agressor. Por meio deste segredo, segue-se uma adaptação patológica na qual a vítima permanece num convívio perverso e inseguro.

“A violência incestuosa, então, passa a estar ligada aquilo que impede a constituição de um si-mesmo separado do outro, intromissão que destrói a possibilidade da constituição de um espaço imaginário próprio, base para a construção de um espaço subjetivo próprio no mundo simbólico das relações com o outro” (CROMBERG, 2001, p. 236).

A trama incestuosa indica que houve uma falha na estrutura mental de todos os participantes, demarcando uma leitura intra e intersubjetiva e relacional para além de um estigma de agressor e uma vítima (BENINI, 2012). A autora aborda o incesto através de uma definição legal e psicológica. Na definição legal, o incesto consiste na relação sexual entre indivíduos com um grau próximo de parentesco. Essa definição restringe o incesto ao ato propriamente de conjunção carnal, o que faz com que pessoas vítimas de abuso sexual de outra ordem como carícias, fotografias e violência física, não se enquadrem no conceito. Já na compreensão psicológica, o “incesto é qualquer contato sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou que acreditem tê-lo”. Nesse caso, outros tipos de relações em que exista confiança especial entre criança e um parente for violada por qualquer ato de exploração sexual, trata-se de incesto (BENINI, 2012, p. 26).

A sexualidade humana, portanto, é vinculada a um processo social e cultural. A aceitação de limites e a passagem do mundo das fantasias para o mundo da realidade, por sua vez, se dão através da passagem do princípio do prazer para o princípio da realidade para o sujeito (COHEN, 1992 apud BENINI, 2012, p.27).

Essa violência, muitas vezes não compreendida pela criança ou pelo adolescente que passou por tal situação, principalmente se cometida por pessoas próximas e que mantém papel de referência, impede a subjetividade e a construção de novas relações afetivas, uma vez que sempre haverá desconfiança na aproximação de outras pessoas. Parece que a vivência constante de violência, desde a infância, transmite à vítima a ideia que esta situação é comum e que deve submeter-se.

Quando a violência sexual cometida a uma adolescente culmina com a gravidez, outros problemas decorrem do episódio e mais complexa fica a situação e cuidados e serviços requeridos. A gravidez na adolescência acontece em todas as classes sociais, porém essa experiência apresenta um significado distinto para quem passa por tantas privações como é o caso de adolescentes institucionalizadas. Segundo Santos (2011, p. 91), não é uma tarefa fácil para quem sofreu tantas violências, contudo, a experiência da maternidade permite a essas adolescentes que “se tornem visíveis ao mundo por meio de

uma nova função”, que é o papel de ser mãe. As diversas formas de violência interferem no processo de subjetivação do ser humano que passa a “viver concretamente, no corpo e nas atitudes, suas angústias, medos, prazeres” (SANTOS, 2011, p. 95).

Para Schaefer, Rosseto e Kristensen (2012), o abuso sexual pode ser definido como qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente que não estão aptos para compreender totalmente ou consentir com aquele ato praticado por alguém em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais avançado. Dentre as consequências do abuso sexual estão a depressão, transtornos que variam de ansiedade, alimentares, dissociativos e outros, além de sintomas como tristeza, ideação suicida, comportamento sexual avançado para a idade, masturbação frequente, enurese, encoprese, tiques, isolamento social, dificuldades de aprendizagem etc.

Conforme Uziel e Berzins (2012), as instituições de acolhimento, encontram dificuldades em saber lidar com adolescentes grávidas e com sua sexualidade, isto pode denotar que:

Apesar de muitas vezes a gravidez [...] evidenciar o início da vida sexual aos doze, treze anos, há nos abrigos, de forma mais ou menos velada, certa exigência ou pedido que a vida sexual ativa deva ser suspensa no período em que a menina está acolhida. Sobretudo, se ela é mãe. Acredita-se que essa maternidade deva dar o norte da vida das meninas. Significa dizer que os educadores se responsabilizam pelos cuidados dos filhos, por exemplo, quando as meninas precisam sair para a escola, trabalho ou estágio. Saídas para diversão, sobretudo que possam incluir namoro e sexo, são entendidas como dispensáveis e sem sentido por parte de educadores e as vezes por membros da equipe técnica (UZIEL; BERZINS, 2012, p. 113).

Segundo Carinhonha e Penna (2012), a gravidez para adolescentes acolhidas em instituições de abrigamento, pode ser entendida como uma agressão ao corpo e à estrutura psicoafetiva, uma vez que não encontram o apoio necessário para o entendimento do funcionamento fisiológico do corpo e de sua sexualidade.

Abordaremos na próxima seção, sobre o conceito de adolescência e os múltiplos significados atribuídos a experiência de ser adolescente, sobretudo vivendo em abrigos.

4. ADOLESCÊNCIA

*“Eu não gosto do bom gosto
Não gosto de bom senso
Não gosto dos bons modos
Não gosto”
(Senhas – Adriana Calcanhoto)*

O termo adolescência, de origem latina, vem do verbo *adolescere*, que significa desenvolver-se, crescer. E é próximo do termo *adulescere*, que significa adoecer (MATHEUS, 2010). Segundo o autor, não é por acaso, que há essa proximidade entre os significados, uma vez que a adolescência representa passagem, mudança, inconformidade frente ao estabelecido e, portanto caracteriza-se por crise.

Diversos autores são unânimes em considerar a adolescência como uma importante fase da vida, marcada por transformações físicas, sociais, cognitivas, psicológicas dentre eles citam-se (ABERASTURY; KNOBEL, 1981; RAPPAPORT, 1993; 1998; DANDREA, 2003). Apesar das peculiaridades e mudanças que ocorrem intimamente e externamente na adolescência, e pelas diferentes correntes teóricas que classificam a adolescência por idades; não há um consenso ou uma rigidez em defini-las por idades específicas uma vez que existem fatores orgânicos, psíquicos e ambientais que podem influenciar para apressar ou retardar este período, tornando-o singular para cada sujeito. Entretanto, os autores concordam que se inicia pelas transformações físicas – nomeada de puberdade.

Para a Psicanálise, a adolescência não é definida por uma faixa etária que transita pela passagem do tempo, culminando conseqüentemente com a idade adulta ou maturidade (RAPPAPORT, 1993). O que interessa para a Psicanálise são as mudanças subjetivas que acontecem nesta experiência singular.

Deste modo, a puberdade é o primeiro indício de que as transformações físicas e orgânicas se iniciaram no corpo e que representam a “maturação dos órgãos reprodutores preparando o indivíduo para a sexualidade adulta” (DANDREA, 2003, p. 89). Ainda segundo o autor, a puberdade no sexo feminino é marcada pela primeira menstruação ou menarca, além de modificações físicas; enquanto que no sexo masculino há um aumento do sistema musculoesquelético e de outras mudanças físicas, também marcada pela primeira ejaculação.

4.1 A ADOLESCÊNCIA COMO CRISE

*“Preso a canções entregue a paixões
Que nunca tiveram fim
Vou me encontrar longe de meu lugar
Eu, caçador de mim”
(Caçador de mim – Sá e Guarabyra)*

Não podemos negar que a sexualidade e as mudanças corporais sejam visíveis e ganham destaque na pubescência, contudo a adolescência é que chama a atenção de diversos psicanalistas descrevendo-a como um período de crise (ERIKSON, 1976; RAPPAPORT, 1993; RASSIAL, 1997; 1999; FIORI, 2003). Crise essa entendida como desequilíbrio, sintoma, trabalho psíquico, luto. “Estas características são devidas as mudanças psicológicas de inserção do jovem na comunidade adulta” (LEVISKY, 1998, p. 26). Por outro lado, “a simples menção à crise adolescente demanda que se leve em conta outras crises e turbulências que então se anunciaram em diferentes planos” (MATHEUS, 2010, p. 19).

A crise da adolescência desponta, desta forma, como um componente do campo simbólico que se inaugurou com a modernidade e que, por sua vez, fundamenta-se na noção de sujeito: “este ser autodeterminado, autônomo e possuidor de uma identidade própria – sendo reproduzida nas práticas institucionais, que favorecem a identificação de diversos sujeitos em torno do significante crise da adolescência” (MATHEUS, 2010, p. 58).

[...] a adolescência veio ao mundo quando a passagem da criança ao adulto tornou-se problemática, em função da perda da eficácia dos dispositivos societários, que agiam de modo a enfrentar aquela problematidade antes que o sujeito por ela se siderasse. Na falta desses dispositivos, o sujeito teve de lidar solitariamente com a questão, não podendo senão adolecer. Adolecer é solicitar uma moratória para poder responder somente após um segundo crescimento ao apelo pubertário e social (RAPPAPORT, 1993, p. 41).

Deste modo, ao nos reportarmos à crise da adolescência é preciso entender que em algumas culturas primitivas, existem os ritos de iniciação com duras provas a serem transpostas para que os sujeitos passem do mundo infantil para o adulto e que na sociedade moderna o que existe é o período de moratória.

A esse respeito, diversos autores (ERIKSON, 1976; JEAMMET, 2007; CALLIGARIS, 2011) definem moratória como um tempo de suspensão, de adiamento e incertezas sobre o modo de vida futuro. Consiste num “período de espera concedido a alguém que não está apto para satisfazer uma obrigação ou imposto a alguém que deveria fixar-se um prazo de tempo” (ERIKSON, 1976, p.153).

A adolescência estaria ligada a novas identificações com a absorção da sociabilidade e da competitividade entre seus pares. O imediatismo e a urgência também fazem parte desta fase. Neste contexto, podemos pensar como os adolescentes lidam com a moratória e como encaram este tempo dado pela sociedade, quando eles se encontram em plena efervescência e atividade? Diante da situação, o resultado é a reação e a rebeldia.

“Um lado exasperante da adolescência é que é difícil encontrar uma escolha adolescente que não seja a realização do sonho dos adultos” (CALLIGARIS, 2011, p. 56). Logo, os jovens acabam por concluir que não há vantagem em desejar se tornar adulto quando os adultos querem ser adolescentes. Contudo, Ruffino (1993, p.30) nos esclarece também que a adolescência “faz parte dos elementos que participam da ordem simbólica desde o momento da história da humanidade em que sua existência surgiu como necessária, sendo constituída, a partir de então, de elemento fundamental da estrutura subjetiva do homem para que este possa se fazer adulto”.

Vale ressaltar que crise não significa necessariamente problema, tumulto e conflitos repetidos, não precisa ser sinônimo de sofrimento inevitável. Significa mudança, processo e muitas vezes, é até acompanhada de um sentimento de liberdade e entusiasmo frente às possibilidades e novos prazeres como amizades e relações amorosas (JEAMMET, 2007). Ou seja, todos devem passar por esta crise que é necessária para o crescimento emocional do sujeito e que o remete à compreensão da privação e castração a que estamos submetidos.

Desta forma, na trajetória do adolescente se prevê uma crise subjetiva a ser vivida como condição para a conquista de um status de sujeito, para a inserção no mundo adulto. Nesse sentido, a crise da adolescência é fruto de uma história e de uma política que se inscrevem e silenciam. A crise, portanto não deixa de ser um sintoma daquilo que resta, para cada um.

Para tentar explicar todo o processo no qual foram desenvolvidas teorias acerca da questão adolescente, Matheus (2010, 2012b) pontua que os diferentes saberes sobre a adolescência estão implicados numa tensão estabelecida entre os vários discursos que compõem a cena social. A adolescência como questão subjetiva diz respeito ao modo como “cada sujeito se posiciona neste lugar idealizado e ambivalente, na cena social contemporânea”, sendo convocado a lidar por sua própria conta, com o antagonismo de suas forças pulsionais (MATHEUS, 2012b, p. 725).

Neste cenário, o estudo historiográfico serve como recurso para pôr em destaque os pontos de tensão entre as várias posições teóricas, pois as próprias teorias são frutos de diferentes embates teórico-clínicos que de maneira explícita ou não, carregam uma história e um posicionamento, sendo que “esse caminhar, desde o início, está longe de ser neutro e mesmo sendo singular, distinto de tantos outros pelas diferenças que possui, obviamente, não é o único possível” (MATHEUS, 2010, p. 21).

Na cultura romana a divisão das idades demarcava as diferentes condições de cada um no contexto da época, a saber, a *pueritia* (infância), *adulescentia* (adolescência), *Juventus* (adulto jovem), *virilitas* (meia idade) e *senectus* (velhice). Já na Idade Média ocidental, a imagem de juventude era heterogênea devido à falta de uniformidade em caracterizar esse período de vida coexistindo concepções distintas acerca das etapas da vida.

Ainda segundo o autor, com o crescimento das cidades, os grupos sociais perdiam sua unidade e constância, e cada ação passava a ser considerada individualmente. As condutas da juventude passaram a ser inadequadas para uma cultura “civilizada” que aos poucos se impunham. As coletividades davam lugar aos indivíduos, e que “a partir do nascimento do Estado moderno, a adolescência e a juventude adquirem gradualmente um status mais discriminado” (MATHEUS, 2010, p.33). Ao longo do século XIX, consolidou-se o processo de periodização das idades da vida, em função da escolarização, da primeira comunhão e do serviço militar, experiências que acompanharam o fortalecimento de instituições como a Escola e o Exército.

A criança e o adolescente passam a ser o foco de atenção do núcleo familiar, demandando cuidados e atenção específicos. Também na mesma época, inauguram-se políticas públicas que marcam uma postura ativa do Estado na assistência ao indivíduo, responsabilizando-se pelos cidadãos e por suas necessidades. A noção de indivíduo serve para mediar às tensões sociais, deslocando o foco dos conflitos para o âmbito familiar e individual.

[...] a ideia de uma crise subjetiva (individual) se mostra como decorrência necessária desse mecanismo – assim como sua circunscrição a um momento específico, a saber, a adolescência. A noção de indivíduo adquire um estatuto de negação da dimensão política e social que a constitui, mas que nem por isso está menos presente, ainda que de modo abafado (MATHEUS, 2010, p.125-126).

Neste cenário, a crise adolescente justifica-se por uma demanda de subjetivação e individuação, no qual o jovem depara-se com a necessidade de diferenciar-se dos

demais e ao mesmo tempo de ter modelos identificatórios, como bem acentua Rappaport (1993).

Conforme Matheus (2012, p. 84), a adolescência na modernidade se impõe com um ritual no qual cada sujeito vive um processo de subjetivação com os recursos que dispõe e que orienta as condutas de cada um. Neste processo é necessário “depreender do véu protetor das figuras parentais” e posicionar-se frente a questões do corpo, da família, das contradições dentre outras.

Podemos considerar que Freud (1893) foi o precursor da questão adolescente uma vez que o tema sempre se manteve presente em toda a sua obra. Contudo o termo adolescência foi muito pouco utilizado, fazendo menção ao termo puberdade que era mais usual para a época. Assim é possível observar na obra “*Estudos sobre a Histeria*” (1893) a alusão ao período da adolescência através do emprego das palavras jovem, adolescente, puberdade e menino. A teoria do desenvolvimento psicosssexual trouxe o entendimento que a puberdade é caracterizada como um momento de definição da vida sexual onde deixa de ser autoerótica e possibilita a escolha objetual fora do próprio corpo. Com isso, a puberdade passou a ser vista como o tempo de definição entre um desenvolvimento normal ou patológico da vida sexual.

De acordo com Matheus (2010, p. 206) “a questão da puberdade assinala uma das polaridades do pensamento de Freud, que se manteve presente em toda a obra variando de peso e ênfase de acordo com a conjuntura teórica e política do momento”. Outro ponto destacado pela psicanálise é que, a adolescência configura-se como o segundo momento da sexualidade que ocorre após um período de latência, amortecimento da experiência sexual, no qual permite a resignificação de lembranças anteriores, marcando a constituição psíquica do sujeito. “É o momento de confronto com os dispositivos sociais – e suas fissuras – inicialmente amortecidos pela instituição familiar, no hiato entre a autoridade parental e as que a substituem no meio social” (MATHEUS, 2010, p.209).

Para os autores Aberastury e Knobel (1981, p.9), todo sujeito passa pela “síndrome normal da adolescência”, processo que consiste no desenvolvimento da identidade e passagem para o mundo adulto. Neste período, o adolescente deve realizar três lutos fundamentais: **o luto pelo corpo infantil** no qual se encontra impotente frente às mudanças que ocorrem em seu próprio organismo; **o luto pelo papel e a identidade infantil** que o coloca frente à renúncia da dependência e das responsabilidades que desconhece; e **o luto pelos pais da infância** que representava o refúgio e a proteção e

que a partir deste momento têm que aceitar o seu envelhecimento e o amadurecimento dos filhos.

O processo do adolescer obriga o sujeito a reformular os conceitos que tem de si mesmo levando a abandonar a autoimagem infantil e fazer planos para o futuro. Outeiral (2008) comenta que o indivíduo na adolescência assiste e sofre passivamente a um turbilhão de transformações, que frente a estas mudanças desejadas e temidas busca refúgio em seu mundo interno.

As contínuas e profundas transformações que o adolescente enfrenta nesta fase, gera intenso sofrimento por residir em um “novo corpo que clama por uma nova identidade” e que marca a sua passagem do âmbito familiar para o social. Perde com isso suas referências uma vez que a nova imagem encontra-se em construção (BIAZUS; RAMIRES, 2012, p. 84). Deste modo, é despertada uma sensação de estranhamento que pode vir acompanhado de ansiedade e depressão. No processo do adolescer a depressão pode ser vista como um componente normal do processo de elaboração das perdas que a constituem.

A adolescência é um período que revela as falhas e fraquezas estabelecidas nos primeiros anos de vida que até então estavam ocultas. Isto vem à tona na adolescência, pois é exigida a separação dos pais e de seus representantes internos, fazendo com que o adolescente tenha que integrar um complexo conjunto de pensamentos sobre seus próprios sentimentos, motivações assim como dos outros (BIAZUS; RAMIRES, 2012, p. 85).

De acordo com Knobel (1981) a síndrome normal da adolescência é composta dos seguintes sintomas: 1) Busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas; 5) deslocação temporal; 6) evolução sexual manifesta; 7) atitude social reivindicatória; 8) contradições das manifestações da conduta; 9) separação progressiva dos pais; 10) constantes flutuações do humor. A seguir, faremos uma breve descrição desses sintomas.

A busca de si mesmo e da identidade consiste num árduo processo de individualização, que leva o adolescente ao mundo dos adultos. Neste sentido, o esquema corporal implica na representação mental que o sujeito tem de seu próprio corpo e das suas experiências. A imagem corporal, o luto pelo corpo infantil e o desenvolvimento do autoconceito possibilitam as impressões sobre si mesmo e de sua identidade. Nesta busca “o adolescente recorre às situações que se apresentam como mais favoráveis no momento. Uma delas é a da uniformidade que proporciona segurança e estima pessoal” (KNOBEL, 1981, p.32).

Durante o processo do adolescer, o sujeito pode adotar diferentes identidades. Dentre elas, destacam-se as transitórias que correspondem, por exemplo, por um período de machismo no rapaz ou da precoce sedutora jovem ou o adolescente muito infantilizado ou muito adulto. Há também as identidades ocasionais que ocorrem frente a novas situações como o primeiro encontro, o primeiro baile etc.; e as identidades circunstanciais que são as que remetem a identificações parciais transitórias nos quais surpreende os adultos, principalmente os pais ao perceberem as mudanças de conduta dos adolescentes em lugares específicos como clube, colégio, e em sua casa.

Estes tipos de identidade adotados pelos adolescentes estão relacionados com o processo de separação das figuras parentais e também podem representar o “manejo das ansiedades persecutórias e das capacidades autodestrutivas que obrigam à fragmentação do ego e dos objetos com os quais este entra em contato, com a consequente projeção ao exterior destas imagens ameaçadoras” (KNOBEL, 1981, p. 34). Ainda segundo o autor, tudo isso acontece com uma intensidade muito marcada, como escreve:

a situação mutável que significa a adolescência obriga a reestruturações permanentes externas e internas que são vividas como intrusões dentro do equilíbrio conquistado na infância e que obrigam o adolescente, no processo de conquistar a sua identidade, a tentar refugiar-se ferreamente em seu passado enquanto tenta também projetar-se intensamente no futuro (KNOBEL, 1981, p. 34).

A integração do ego acontece mediante a elaboração do luto. Um bom mundo interno é constituído de uma relação satisfatória com os pais internalizados e da capacidade criativa proporcionada por eles. A partir daí começa o processo de individuação.

A **tendência grupal** consiste em um intenso processo de identificação grupal no qual a família passa a ser deixada de lado. O grupo constitui a transição necessária para alcançar a individualização adulta. As escolhas adolescentes irão ser influenciadas pelo grupo em relação a condutas, a vestimenta, costumes, formas de se comunicar e preferências de todos os tipos. O *look* na adolescência assinala o pertencimento do sujeito a um grupo. “Ele participa da construção do objeto eu, na diferenciação que ele proporciona, diante do mundo dos adultos, especialmente parentais, e também na identificação com os semelhantes, com os pares” (LESOURD, 2004, p.100).

Além do *look* ser o objeto de exibição e pertencimento no grupo, também desempenha a função de diferenciação, pois neste caso, o *look* pelos seus detalhes da

ornamentação, significa singularidade. Vale ressaltar que esses objetos de exibição são flutuantes na busca de identidade do sujeito.

Além desses aspectos apontados relativos à influência grupal, Matheus (2012a), aponta que a cena social está pautada pelo processo de globalização e quando se “fala em redes sociais e eletrônicas, os significantes inclusão e exclusão” tornam-se referências importantes no imaginário social de diversas culturas. O reconhecimento de que cada sujeito desfruta entre seus pares, ganha peso e medida, provocando pesadelos e fantasias, uma vez que “estar fora das redes é ocupar a posição de estrangeiro e de ser um elemento estranho” (MATHEUS, 2012a, p.85-86).

A coletividade impõe uma identidade compartilhada e uniforme a partir do qual o diferente é discriminado. Contudo a coesão da identidade são impossíveis de alcançar, posto que refere a uma fantasia que busca negar as fissuras do próprio sujeito e de sua realidade social (MATHEUS, 2012a).

A necessidade de intelectualizar e fantasiar corresponde a uma das formas típicas do pensamento adolescente. A realidade externa impõe renúncias ao corpo, ao papel desempenhado e aos pais da infância obrigando o adolescente a recorrer ao pensamento para compensar as perdas que ocorrem dentro de si mesmo e que não pode evitar. Desta forma a fantasia e a intelectualização servem como mecanismos de defesa frente a situações de perda dolorosas. Surgem neste período, em alguns adolescentes o interesse pela filosofia, pelos movimentos políticos, o engajamento social, e o interesse pelas expressões artísticas.

A fantasia é outra característica da adolescência, servindo como uma operação simbólica que ao mesmo tempo permite o amortecimento e a expressão, dos impactos experimentados tanto da sexualidade quanto das questões de poder que a ultrapassam e por outro lado, é um ensaio da realidade experimentada, que oscila entre o delírio e o heroísmo, conforme o reconhecimento do próprio sujeito e o olhar de seus pares sobre seu gesto e sua palavra (MATHEUS, 2010).

As crises religiosas constituem em uma variedade de posicionamentos religiosos e mudanças muito frequentes e extremas. O adolescente pode manifestar-se como um ateu, ou um místico, um católico ou evangélico devoto e passar por todos esses momentos. A preocupação metafísica emerge com intensidade, refletindo as tentativas de soluções da angústia que vive o ego. O adolescente começa a enfrentar a separação definitiva dos pais e da morte dos mesmos. Apegam-se a identificações projetivas que lhe garantam a continuidade da existência de si mesmos e de seus pais. “A figura de

uma divindade, de qualquer religião, pode representar para ele uma saída mágica deste tipo” (KNOBEL, 1981, p. 40).

Lesourd (2004) pontua que os ídolos representam uma divindade no qual os fiéis buscavam conquistar às boas graças. No processo do adolecer, os pais deixam de serem os seus ídolos, com isso, o sujeito sente-se mergulhado em uma solidão que o leva a buscar por outros modelos ideais, outros ídolos com poder e sucesso para identificar-se. Buscam por imagens valorizadas na sociedade. “Esses modelos de ídolos têm cada um sua função psíquica fundamental para o adolescente, que deve sair da referência familiar para construir-se na referência social” (LESOURD, 2004, p. 85).

A deslocalização temporal refere ao momento que o adolescente se encontra no qual experimenta certa deslocalização temporal frente ao manejo do tempo e do espaço. Com isso, suas urgências tornam-se enormes e as postergações irracionais. Essas condutas desconcertam o mundo adulto uma vez que o sujeito lida diferentemente com as noções de tempo e espaço. A noção temporal do adolescente é de característica rítmica ou corporal, entretanto, “à medida que vão se elaborando os lutos típicos da adolescência, a dimensão temporal adquire outras características [...] que implica a noção discriminada de passado, presente e futuro, com a aceitação da morte dos pais e a perda definitiva do seu vínculo com eles, e a própria morte” (KNOBEL, 1981, p.43).

A evolução sexual desde o auto-erotismo até a heterossexualidade aponta para uma oscilação permanente entre as atividades masturbatórias e o início do exercício genital. Nesta fase do desenvolvimento adolescente, o contato genital é mais exploratório do que procriativa. A partir da aceitação de sua genitalidade, o sujeito começa a busca pelo parceiro e iniciam os contatos físicos que se tornam cada vez mais íntimos e preenche a vida sexual do adolescente. Surge o amor apaixonado que apresenta vínculos frágeis e intensos. O primeiro amor costuma ser de grande intensidade e que às vezes não é correspondido como o objeto amado é uma figura idealizada “que tem na realidade as características de um claro substituto parental ao qual o adolescente se vincula com fantasias edípicas” (KNOBEL, 1981, p.45). A relação genital heterossexual completa é um fenômeno frequente, principalmente nos dias atuais e ocorrem em diferentes níveis sociais.

Segundo o autor, as fantasias de penetrar ou de ser penetrado compõem o modelo de vínculo como expressão do modelo masculino e feminino e se manterá por toda a vida do sujeito. Outro aspecto é a questão da curiosidade sexual do adolescente que se expressa pelo interesse em revistas ou qualquer material pornográfico, como também o

exibicionismo e o voyeurismo é manifestado pelas formas de se vestir, do tipo de cabelo, dança, etc.

A atitude social reivindicatória do adolescente torna-se imprescindível na medida em que a sociedade impõe restrições à vida do sujeito. Há um empenho da parte deste em modificar a sociedade que vive em constantes transformações. Às vezes, o adolescente vê como única saída, o crime e a delinquência. Sobre a delinquência, Lesourd (2004) esclarece que em situações de furto, o que importa para o adolescente não é o objeto propriamente, mas fazer do sujeito, um sujeito valorizado. Além disso, a tomada do risco é mais excitante do que o objeto do roubo. Com relação ao objeto tóxico, este tem a “tarefa de garantir o gozo do sujeito, [...] criar um mundo de completude e de gozo corporal, do qual são excluídos os objetos da realidade e os objetos de amor” (LESOURD, 2004, p.105). Vale ressaltar, que o agir ao roubo como também o uso de tóxico, “não são constitutivos, seja de uma delinquência, seja de uma toxicomania, embora as representações sociais façam deles as portas de entrada para o desvio social” (LESOURD, 2004, p.105).

Outra forma encontrada pelos adolescentes para expressarem a sua realidade, é fazer uso dos objetos de criação como é o caso das pichações que cobrem os muros das cidades imprimindo suas marcas e sua passagem. Lesourd (2004, p. 107) afirma que esses rabiscos “se assemelha àquele que os homens pré-históricos deixavam nos muros das cavernas, [...] são expressões da realidade”.

Neste momento de extrema intensidade, parte da frustração dos adolescentes, corresponde ao luto pelos pais da infância e que se projeta no mundo externo. Sente que os outros é que mudaram e que o abandonaram e não ele. Desse modo descarrega o seu ódio e sua inveja e desenvolve atitudes destrutivas (KNOBEL, 1981). A elaboração dos lutos pode levar o adolescente a entrar no mundo dos adultos com ideias modificadoras e reconstrutivas.

As contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta se constituem no modo de expressão típico desta fase. É característica da instabilidade, da “normal anormalidade” em que o adolescente expresse identidades ocasionais, transitórias e circunstanciais com a utilização de defesas na elaboração dos lutos vivenciados (KNOBEL, 1981, p.55-56).

Nos desejos vitais do adolescente estão a “necessidade de se opor, de se confrontar e de ultrapassar por seus próprios meios tais confrontos”. A ética do adolescente consiste na oscilação entre a busca do prazer pelo entretenimento ou a

necessidade constante em poder se opor, confrontar, transigir sem ser rotulado de abusivo ou criminoso (ENDO, 2009, p.83). Esse conflito representa todo o processo de transformações físicas, psíquicas, sociais e culturais pelo qual o sujeito deve enfrentar o que gera o sentimento de impotência e solidão.

A separação progressiva dos pais é uma das tarefas necessárias ao desenvolvimento do sujeito que não sem sofrimento acontece gradativamente. A intensidade da angústia dirigida aos pais e à separação destes depende da fase genital prévia de cada sujeito. Diante deste processo de separação dos pais, estes também se angustiam frente ao crescimento dos filhos, “revivendo suas próprias situações edípicas” (KNOBEL, 1981, p. 57). Ainda segundo o autor, as figuras parentais não estáveis e definidas pode levar o adolescente a uma identificação com personalidades que sejam mais firmes e idealizadas como é o caso dos ídolos. Contudo, a internalização de boas imagens parentais, com papéis bem definidos aliada a uma cena primária amorosa, pode favorecer em um desprendimento e separação dos pais, ingressando-os para à maturidade e para o exercício da genitalidade adulta.

A família representa “essa caixa de ressonância no qual o sujeito se constitui”, desta forma é na família também que acontece o “atravessamento do adolescente rumo ao imperativo de sua própria diferenciação” (ENDO, 2009, p. 83).

As constantes flutuações do humor e do estado de ânimo são típicas no processo do adolescer e correspondem aos mecanismos de projeção e de luto pela perda dos objetos. A depressão e ansiedade aparecem neste momento como resultado do sentimento de fracasso frente à busca de satisfações intensas o que leva a refugiar-se em si mesmo.

Conforme as ideias de Winnicott (2005a), a cura da adolescência vem com o passar do tempo e do gradual amadurecimento até tornar-se adulto. Para o autor, é muito difícil atingir o pleno desenvolvimento na adolescência. A sociedade não aprova a livre experimentação almejada pelos adolescentes. O “bom” na adolescência significa engajar-se irrefletidamente em relacionamentos. O irrefletido refere-se a gestações descuidadas e filhos ilegítimos (WINNICOTT, 2005a, p.65).

Outro aspecto diz respeito à tendência que os adolescentes tem de testar todas as medidas de segurança, as regras e disciplinas. “Carregam consigo um sentido de segurança que é a todo o momento reforçado pelos testes que aplicam aos pais, aos familiares e aos professores e colegas” (WINNICOTT, 2005a, p.47).

Os adolescentes não sabem no que se tornarão. Não sabem onde estão, e estão a esperar. Tudo está em suspenso; isso acarreta o sentimento de irrealidade e a necessidade de tomar atitudes que lhe pareçam reais, e que de fato são, na medida em que afetam a sociedade. Há também esta coisa muito curiosa e intrigante, a mistura de rebeldia e dependência (WINNICOTT, 2005a, p. 123).

Neste cenário, tudo é novo e desconhecido para o adolescente. Ainda segundo o autor, a imaturidade é uma parte preciosa desta fase, pois contém características fascinantes do pensamento criativo, sentimentos novos e desconhecidos e ideias para um modo de vida diferente. Segundo Winnicott (2011), os adultos não devem incentivar que os jovens, ultrapassem etapas do desenvolvimento para adquirir uma falsa responsabilidade que não são deles, ainda que a reivindique.

Em casos de indivíduos sadios, antes do período de latência vivenciaram o complexo de Édipo plenamente e na experiência prévia de cada adolescente, organizaram modos de “combater a tensão ou aceitar e tolerar os conflitos inerentes a tais condições, essencialmente complexas” (WINNICOTT, 2005 a, p.116).

A adolescência é muito mais do que a puberdade física e as mudanças corporais. Implica crescimento e leva-se tempo. Ainda que ocorra crescimento, a responsabilidade é dever das figuras parentais, conforme Winnicott (2011). Portanto, não devemos apressar a fase da vida que preza por liberdade e o agir por impulso, impedindo o desenvolver saudável.

Por fim, “escutar aqueles que se encontram na condição adolescente é o meio de abordar não somente a realidade de um sujeito adolescente em seu percurso singular, mas também de compreender os arranjos e tensões que estruturam cada realidade social” (MATHEUS, 2012 b, p. 727).

Passaremos a analisar os dados obtidos das entrevistas realizadas com as colaboradoras da pesquisa.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Ao longo da pesquisa bibliográfica, os diversos autores que promoveram o reconhecido arcabouço teórico acerca da adolescência deram maior ênfase, e às vezes exclusiva ênfase ao adolescente inserido num contexto familiar clássico, nuclear. Logo, a construção de um arcabouço teórico inovador, contextual que apresente as singularidades da adolescente abrigada, da adolescente inserida nessas novas cartografias familiares contemporâneas, faz-se necessário. Assim, nessa seção de análise de dados apresentamos as adolescentes do sexo feminino, abrigadas e suas nuances subjetivas a fim de poder contribuir com uma contextualização ainda pouco abordada.

5.1 CATEGORIAS TEMÁTICAS¹⁵

As categorias temáticas que nortearam a análise com Bianca foram: 1) Antes do abrigo; 2) A primeira institucionalização; 3) O sentimento de ser preterida pela mãe; 4) A relação com o pai; 5) A rivalidade entre os irmãos; 6) A volta da irmã para casa; 7) Preocupação com o futuro; 8) Aspectos negativos do abrigo; 9) Aspectos positivos do abrigo; 10) A escola; 11) Sonhos; e 12) A saída do abrigo.

Já as categorias temáticas elencadas na análise com Yasmim foram: 1) O abuso sexual praticado pelo pai; 2) Sentimentos em relação ao pai; 3) A privação da mãe; 4) Vivências no primeiro abrigo; 5) O abuso sexual praticado pelo tio; 6) A descoberta da gravidez; 7) Sobre o abrigo atual; 8) Fofocas dentro do abrigo; 9) A sexualidade; 10) Sonhos para o futuro.

As categorias temáticas levantadas a partir das entrevistas com Camila foram: 1) O motivo da institucionalização; 2) Vergonha de morar no abrigo; 3) o abrigo visto como um lugar bom e ruim; 4) A relação com o pai; 5) A relação com a mãe; 6) A descoberta da gravidez; 7) A diretora do abrigo; 8) A relação com os irmãos; 9) Os estudos; 10) Normas do abrigo; 11) O namorado; 12) Sonhos.

¹⁵ Optou-se por escrever de forma literal os relatos das adolescentes participantes da pesquisa e também em alguns deles, de inserir comentário entre parênteses para explicar melhor alguma informação ou descrever reações no momento da entrevista.

5.2 BIANCA

*“Você entrou no trem
 E eu na estação vendo um céu fugir
 Também não dava mais para tentar
 Lhe convencer a não partir
 Agora tudo bem
 Você partiu para ver outras paisagens
 E o meu coração embora finja fazer mil viagens
 Fica batendo parado naquela estação”
 (Naquela Estação – Adriana Calcanhoto)*

A epígrafe acima traduz uma situação de separação que acarreta desamparo e lembranças persistentes e assim apresento Bianca. A primeira vez que a vi, estava com catorze anos e se apresentava comunicativa e vaidosa, tem pele morena, cabelos cacheados cheios de presilhas coloridas, estatura mediana e sorriso largo. A minha visita ao abrigo causou-lhe curiosidade e logo se aproximou para saber o que eu faria na instituição. Ao saber o motivo, demonstrou, prontamente, interesse em participar desta pesquisa e como estava entre as selecionadas previamente, seu interesse veio ao encontro das expectativas.

Bianca tem um irmão de dezoito anos que morava com sua mãe e com seu padrasto, e uma irmã mais nova com doze anos e que também se encontrava abrigada. Elas residiam em outro município, mas devido a constantes conflitos familiares, foram encaminhadas pelo Conselho Tutelar para esse abrigo.

No prontuário da adolescente constava que nesses dois anos de acolhimento institucional, já havia retornado à família duas vezes juntamente com sua irmã. Na primeira institucionalização, sua mãe vinha visitar as filhas esporadicamente, alegando dificuldades financeiras e de locomoção, devido residir em outro município. E também alegava ter problemas de saúde e que por isso fazia as filhas trabalharem no sítio. No entanto, embora visitasse as filhas considerava ser melhor que elas ficassem no abrigo porque lá tinham comida, escola e um futuro melhor.

Segundo relatos da diretora do abrigo, ainda nessa época foram realizados atendimentos entre as filhas, a mãe e a equipe técnica do abrigo no qual ficou acertado que as adolescentes e a mãe, tentariam uma reconciliação, de modo a viverem juntas em família. Contudo, os conflitos familiares continuaram e com aproximadamente um mês, o Conselho Tutelar trouxe as irmãs de volta ao abrigo.

Ainda segundo a diretora do abrigo, novamente houve audiência com a mãe, o padrasto, as técnicas do abrigo, o juiz e o promotor da infância na tentativa de resolução do caso e possibilidade do retorno das adolescentes à família. Porém, na audiência a

mãe mostrou-se irredutível e enfatizou que preferia ser presa a ter suas filhas de volta. Diante da situação, o juiz comunicou as adolescentes que elas viveriam um tempo indeterminado no abrigo.

Bianca e sua irmã não souberam sobre o que foi tratado na audiência, mas mediante conversa com o juiz intuíram que se tratava da recusa da mãe. Deste modo, cada uma tratou de adaptar-se à nova situação e seguir em frente. Para Bianca o retorno à instituição, por tempo indeterminado, sugeria-lhe permanecer até completar dezoito anos. E isto lhe pareceu um fato positivo, uma vez que o abrigo representava para ela um ambiente melhor do que a sua casa. Logo tratou de interagir com as outras crianças e adolescentes abrigados e com as funcionárias também.

Já a irmã de Bianca, uma adolescente com doze anos na época, de descendência indígena e comportamento introvertido, a volta ao abrigo repercutiu negativamente, tornando-se agressiva com todos da instituição, principalmente com Bianca.

Durante a primeira entrevista a adolescente falou que **antes de vir para o abrigo**, tanto ela quanto a sua irmã já moravam com outras pessoas em casas diferentes, por se sentirem exploradas pela mãe e pelo padrasto com serviços pesados no sítio como capinar e cuidar de plantação e também porque o padrasto tentou abusar sexualmente de sua irmã.

“Eu morava na casa de uma mulher e a minha irmã morava em outra casa. Porque meu padrasto tinha tentado estuprá-la... [...] de todos os casamentos que ela (a mãe) arranja, nunca perguntava para a gente e com esse padrasto, ela pediu, mas a gente não tinha bola de cristal... o cara nossa parecia tão legal! Tinha a idade dela, morava no lote... Aí acumulou tudo... eu não queria estudar... o conselho tutelar disse que ia levar a gente para o abrigo” (Bianca).

Neste caso, Bianca comenta que antes de vir morar no abrigo, já morava na casa de outras pessoas, isto demonstra que os vínculos familiares não eram bons. Morar no abrigo não foi uma experiência tão diferente para ela uma vez que já morava na casa de outras pessoas. Nessas casas pelas quais passou, trabalhava fazendo serviços domésticos em troca de comida e de um lugar para dormir. Estas pessoas não eram seus parentes e nem pessoas conhecidas de sua família, o que demonstra também que desde muito cedo, precisavam buscar fora de casa o seu sustento e sobrevivência. Outro ponto que chama a atenção é para o risco que corriam em face de pessoas estranhas e os motivos e intenções que levaram essas pessoas a acolherem em suas casas.

Através dos relatos percebemos que a adolescente desde muito nova vivenciou experiências de desamparo. Podemos supor que não encontrou na figura materna, *uma mãe suficientemente boa* como aponta Winnicott (2005a). A história de vida de Bianca

é marcada pela luta por sobrevivência. Sua mãe embora talvez até tentasse oferecer um suporte, ou nas palavras de Winnicott (2005a), *um holding*, esta não conseguiu oferecer de maneira satisfatória. Além da vida difícil no sítio e a falta de reconhecimento pelo trabalho desempenhado, sua mãe havia recusado a ter as filhas novamente sob sua responsabilidade, admitindo em audiência com juiz que preferia ser presa.

Aparece também nos relatos a tentativa da mãe em encontrar um companheiro, fazendo diversas escolhas amorosas que não deram certo e que segundo Bianca nunca conversava com os filhos para saber o que pensavam a respeito. Disse que uma única vez a mãe chegou a consultar, em vão a opinião dos filhos, e justamente este padrasto não foi uma boa escolha porque tratava mal a todos e ainda havia tentado abusar sexualmente de sua irmã na época com dez anos. Mesmo assim, a mãe continuou com o padrasto.

Em determinado momento das entrevistas, Bianca expôs que no período em que morou na casa de outras pessoas, sua mãe alegava que elas (as filhas) eram exploradas com serviços domésticos, entretanto, para a adolescente era em sua casa que se sentia explorada.

“Na casa da mulher eu limpava a casa, só não fazia comida. Poxa, ela (a mãe) fala isso, mas o que a gente fazia no lote? [...] A gente tinha que carregar madeira pesada... A gente roçava, fazia as coisas, tudo o que a gente fazia eles (a mãe e o padrasto) nunca davam nada. Achava que tinha que trabalhar para pagar o sustento. Eu e minha irmã, a gente acordava quatro horas da manhã para ir à escola e quando a gente não chegava no horário em casa eles nos batiam... Tinha que chegar meio dia, andar doze quilômetros. Lá era muito perigoso, tinha um homem toreiro, e eu quase fui estuprada uma vez... por isso não gosto de lá... Eu tenho trauma...” (Bianca).

A mãe das adolescentes não se importava em saber que as filhas moravam na casa de outras pessoas e que faziam serviços domésticos em troca de hospedagem e comida. Somente a partir da intervenção do Conselho Tutelar, é que a mãe alegou que as filhas estavam sendo exploradas. Através deste relato, Bianca disse que preferia morar com outras pessoas que com sua família, pois o tratamento recebido por outras pessoas era melhor do que o recebido por sua mãe.

Sobre a primeira institucionalização a adolescente comentou que ela e sua irmã permaneceram quinze dias no abrigo, e neste período “*se sentia um lixo, se sentia uma pessoa inútil*”, pensava que só dava trabalho para as pessoas e queria voltar para sua cidade e para sua família. Porém quando voltou para sua casa encontrou tudo do mesmo jeito, segundo suas palavras “*o padrasto mais idiota ainda e minha mãe com mais raiva da gente ainda...*”. Daí percebeu que nada mudaria em sua casa e que os

problemas familiares continuariam e novamente foi encaminhada pelo Conselho Tutelar para o abrigo junto com sua irmã.

Diante dos problemas que enfrentava com a convivência com sua mãe e com o padrasto, Bianca disse que sentia muita raiva e era agressiva com as pessoas, tinha raiva de todo mundo. E que não tinha ninguém para conversar.

“cortava-me por dentro...as piores pessoas que eu odiava, tinha que ficar perto. Quando eu tinha doze anos minha mãe queria que eu casasse com um homem de trinta e cinco anos a força. Depois queria me casar com um drogado... aí foi juntando tudo” (Bianca).

Deste modo, aparece no discurso de Bianca, o empenho de sua mãe em casá-la com qualquer pessoa para se livrar dela. A raiva e a agressividade que a adolescente dizia sentir, principalmente no período em que morava com sua família, era compreensível de acordo com Bowlby (2006a, 2006b) que aponta a raiva como parte de uma reação a perda, logo, a função da raiva parece ser de empenhar-se para reaver a pessoa perdida.

Num outro dia de entrevista, quando cheguei, a adolescente estava ajudando a varrer o pátio e demonstrou contentamento em me ver, dizendo que gostava de conversar. Falou durante muito tempo sobre sua mãe. Neste dia ela aparentava estar um pouco distraída e nostálgica com as lembranças do passado. Expressou o **sentimento de ser preterida pela mãe** e pelos irmãos e ressaltou as diferenças físicas entre ela e os outros membros da família, uma vez que ela tem cabelos cacheados e sua irmã tem traços indígenas e cabelos bem lisos.

“A minha mãe sempre apoiou minha irmã e meu irmão. Eles sempre falavam que eu não era da família, me jogava de escanteio, por eu ser mais escura, por ter cabelo cacheado. Sempre morei na casa dos outros, eu nunca neguei, sempre desde criança minha mãe nunca perguntou como foi meu dia de aula, nunca me chamou de filha, agora ela começou a me chamar de filha não sei por quê... Toda vez que ela (mãe) vem aqui só fala da minha irmã, faz tudo o que ela quer. Eu fico pensando todo mundo que não é nada meu... me tratam melhor que a própria mãe. Dá mais amor que a própria mãe” (Bianca).

Nas palavras de Bianca é possível perceber a falta que sente de ter uma relação afetiva e próxima com sua mãe. O sentimento é de ser preterida e não amada e isto lhe causa grande sofrimento. A esse respeito Winnicott (2005) pontua que os pais tem sentimentos diferentes e agem de forma diferente em relação a cada um dos filhos. A qualidade da relação pode ser influenciada pelo relacionamento dos pais na época da concepção, da gravidez, do nascimento e posteriormente. Contudo para Winnicott (2005) a figura materna é que desempenha importante papel nos primeiros anos do desenvolvimento emocional, exercendo o pai um papel secundário. É através da

identificação do bebê com sua mãe que se desenvolve o *self verdadeiro*. Se o apoio do ego da mãe não existe ou é fraco, o desenvolvimento psíquico fica restrito a sucessões de colapsos ambientais. É o que Bowlby (2006) vai dizer sobre *figuras de ligação* ou uma *base segura*.

Por outro lado, ao enfatizar as diferenças físicas, que nem são tão marcantes como ela descreve, é como se dissesse: “Sou mesmo desta família, sou mesmo filha dela?”. Também racionaliza ao dizer que a preferência de sua mãe por sua irmã, relaciona-se ao fato da mãe ter pensado em abortá-la. Logo Bianca conclui que sua mãe tenta compensar o amor que não deu à sua irmã no início da gravidez.

Mais adiante afirma que sua mãe e o padrasto são evangélicos e que, por isso, ela esperava que eles a tratassem melhor e a seus irmãos. Contou que até os vizinhos ficaram admirados com o tratamento dado a elas. Para a adolescente sua mãe nunca lutou pelos filhos e atualmente sente pena de sua mãe. Justifica esse sentimento porque acredita que sua mãe também sofreu e teve vida difícil quando era adolescente. Pontua que tentando acertar sua mãe errou muito.

Já em **relação ao pai**, Bianca teve muito pouco tempo de convivência. As poucas lembranças são de um pai carinhoso, que a fazia sentir-se amada por ele. Depois dos oito anos, seus pais se separaram e perdeu o contato com ele. Ressente por saber que o pai não a registrou, não lhe deu seu sobrenome, que agiu assim apenas com seu irmão mais velho. Com base no discurso de Bianca podemos pensar que talvez a relação dela com seu pai nem fosse tão próxima assim devido a falta do nome no registro de nascimento, abandono total depois da separação, contudo, comparando com a relação dela com sua mãe, o pai lhe traz saudades. A lembrança positiva de seu pai acalenta seu coração por sentir que um dia foi amada. É o que observamos quando ela fala sobre seu pai:

“Já meu pai... em compensação nunca me deu presentes, mas sempre me tratou bem. Mas eu não consigo ter raiva dele... O pouco tempo que tive com ele me tratava bem. Acho porque eu era mais parecida com ele (pai). Tudo bem que registrou só o meu irmão por ser homem. Mas eu sei que ele gostava de mim... Tive contato com ele (pai) até os oito anos. O meu pai é meu pai e não vai mudar né... Nunca mais tive notícias dele (os olhos dela ficaram lacrimejados)” (Bianca).

Outro dado interessante que se repete é a procura por características (semelhanças) físicas que a identifiquem com seu pai, pois se diz mais parecida com ele. Como se procurasse “uma marca” que comprovasse ser realmente filha dele já que o pai não lhe deu sobrenome. Também fica evidente no discurso da adolescente, a existência

de **rivalidade entre os irmãos**, algo que possivelmente é reforçado pela conduta da mãe em demonstrar preferência pela irmã mais nova de Bianca e por contar à adolescente que seu irmão tentou matá-la quando criança. Deste modo, podemos concluir que ela se sentia preterida pela mãe, pelo padrasto, e rejeitada pelos irmãos. Para Bianca, sua irmã sempre teve tudo e sua mãe sempre apoiou a irmã e o irmão e que ela não teve isso. Sentia que não era da família e jogada de “escanteio”.

“A minha irmã é muito agressiva, ah tia, ela sempre me bateu desde criança, ela não gosta de mim. Ela é invejosa (falou com ênfase). Tudo o que eu tenho ela queria ter, ela não pensa... Quando eu fazia curso de manicure ela (a irmã) quebrou os esmaltes que ganhei. Tudo o que eu tenho ela quer. Minha mãe fica defendendo ela, que eu fico inventando coisa para prejudicar minha irmã... que eu nunca gostei dela. Não é isso... eu quero o bem dela (da irmã), eu quero que todo mundo entenda que as coisas erradas que ela (a irmã) faz tem que pagar, aprender... [...] O problema é que ela só retribui com ignorância... [...] Meu irmão não gosta de mim. Minha mãe disse que quando eu tinha uns seis anos ele (o irmão) tentou me matar, disse que não era pra eu ter nascido...” (Bianca).

Quando Bianca fala sobre seus irmãos, deixa claro que o relacionamento entre eles é distante e o que prevalece é a rivalidade e brigas constantes. Ao dizer que seu irmão tentou matá-la quando pequena, bem como sobre as agressões físicas praticadas por sua irmã é possível perceber o quanto a relação é de destrutividade, agressão e inveja. Winnicott (2011) comenta que a destrutividade existe em todos os indivíduos quando está relacionada à raiva perante a frustração, ódio que experimentamos, ou reação ao medo que sentimos. Contudo, faz referência da destrutividade ligada ao amor primitivo e a destruição do objeto.

Na época das entrevistas, a irmã de Bianca morava no abrigo, porém com o tempo, através da intervenção do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, por meio de visitas esporádicas ao abrigo, contato telefônico com as adolescentes e a mediação entre as adolescentes e a genitora, fez com que a irmã de Bianca decidisse voltar para sua casa, ficando desta forma, apenas Bianca no abrigo.

Contudo, **a volta da irmã para casa** foi vista com bons olhos por Bianca, porque a convivência entre as duas estava insuportável, ocorriam constantes brigas, com violência física e destruição de equipamentos do abrigo.

“Foi assim... a minha irmã me bateu e eu corri. Ela bateu também em outra menina. Ela ia me matar. Eu chamei a tia (funcionária). Tentei ligar e nada (tentou ligar para outras funcionárias do abrigo para socorrê-la). A minha irmã quebrou o vidro... quebrou o telefone... a gente não conseguia ligar, ninguém queria ajudar. Tava sem diretora, foi horrível. Daí a tia (funcionária do abrigo) ligou para o Conselho Tutelar que apareceu. Veio à polícia também e levaram a gente no IML (Instituto Médico Legal)...” (Bianca).

Apesar de Bianca ser mais velha que sua irmã, ela apanhava da mais nova. E justificava alegando que sua irmã era *“um monstro de forte”*, o que de fato se comprovava pela sua estrutura física. O alvo preferido da irmã era a Bianca, porém também batia em outras crianças e adolescentes, quebrava pertences pessoais dos outros, furtava pequenos objetos. Bianca disse que achou muito bom sua irmã ter voltado para casa, que se sentiu bem melhor e que acreditava que foi melhor para ela também.

Em outra entrevista, Bianca comentou que sua mãe estivera visitando-a no dia anterior no abrigo e contou que sua irmã havia voltado a lutar capoeira. Bianca demonstrou seu descontentamento à mãe alegando que não devia tê-la deixado porque *“ela já é um monstro... de forte e quando a gente luta capoeira fica com um ar de superioridade, eu sei disso porque eu lutava capoeira”*.

Bianca sofre por sentir inveja da atenção dada pela mãe à sua irmã. Quando fala sobre a irmã voltar a fazer capoeira, em suas palavras fica implícito o receio de que fique mais forte ainda, com ar de superioridade, vire *“um monstro de forte”* e que não dê conta de sobreviver à destrutividade da irmã. E ainda com o aval (aprovação) de sua mãe.

Neste momento, também expressou seu temor de ter que retornar para casa.

“Aí agora dizem que eu vou também para casa. Eu não sei... ao mesmo tempo em que eu acho bom ir pra casa eu sinto falta de ter uma casa. Também eu acho ruim... por causa da minha família mesmo. A minha irmã é muito agressiva, tenho certeza que meu padrasto vai me botar pra fora quando completar dezoito anos... Eu conheço a minha família... Eu sei que meu padrasto vem aqui e fica falando coisa certa, bonita pra todo mundo, ele consegue fingir muito bem. É só pra enganar todo mundo” (Bianca).

Mais uma vez Bianca demonstra seu receio em voltar para casa e ao mesmo tempo expressa a falta que sente de ter *“uma casa”* que significa uma família, um ambiente acolhedor. De acordo com Albornoz (2006) os traumas contaminam as novas experiências fazendo repetir a lógica das experiências anteriores.

Já sobre a experiência de viver no abrigo ela demonstra gostar, mas ressalta sua **preocupação com seu futuro**, principalmente quando completar dezoito anos, pois terá que sair do abrigo.

“Ah, tem hora que eu acho legal, mas aí... tem hora que eu penso que moro no abrigo... Quando eu completar dezoito anos vou ter que sair daqui. Daí como vai ser de você? Ainda não terminei o ensino médio. Aí você fica preocupada mesmo que as tias (funcionárias da instituição) falam que aqui é sua casa, mas você não sente à vontade... Sempre tem alguém para dizer que você mora no abrigo.” (Bianca).

A preocupação com o futuro é constante, vivendo um momento de espera e incerteza, não sabe se vai ficar no abrigo até completar dezoito anos ou se vai voltar para sua casa e se será expulsa pelo padrasto, se vai conseguir concluir o ensino médio... ou seja, sempre espera que a decisão sobre sua vida seja tomada por outras pessoas e não por ela, indicando total falta de autonomia em conduzir a própria vida.

Posteriormente em outra entrevista realizada com a adolescente, ela falou novamente da preocupação de quando completar dezoito anos e a sensação de desamparo diante da saída do abrigo. *“Acho que o que incomoda mais é que quando completar dezoito anos, você não tem ninguém, é você e você...”*.

Para a adolescente, só o fato de estar no abrigo já lhe causa angústia por lembrar-se dos motivos que a trouxeram para o lugar e também a preocupação quanto a seu futuro. Isto revela o sentimento de abandono e desamparo, quando diz que “não tem ninguém por ela”. Mesmo no abrigo sente-se só. Expressa a insegurança de quando completar os dezoito anos, pois estará sozinha novamente. Mais uma vez o discurso remete ao desamparo teorizado por Winnicott (2005) e da necessidade do indivíduo em reconhecer e poder contar com uma pessoa que é digna de confiança e que está disposta a fornecer uma base segura como preconizado por Bowlby (2006).

Cabe explicitar que esse receio é real uma vez que mesmo com o avanço das leis e estatuto direcionados aos direitos de crianças e adolescentes, o sistema de proteção na modalidade de acolhimento institucional ocorre até a idade de dezoito anos. Neste momento da institucionalização estando com apenas catorze anos demonstra não ter expectativas de reaproximação e retorno à família de origem e nem a inserção em família substituta, acredita desta forma, que ficará no abrigo até completar dezoito anos. Chama a atenção que o sentimento de insegurança provém devido à falta de autonomia, pois os outros é que decidem a sua vida (o juiz, o promotor, a assistente social, a psicóloga, a diretora do abrigo etc.).

Ao falar sobre coisas ruins do abrigo, Bianca se expressa da seguinte maneira:

“Eu já acostumei, é normal. Morar com um monte de gente que às vezes faz coisas erradas... [...] uma coisa ruim é seus colegas não respeitar o seu espaço... Tem o Elton (adolescente do abrigo) que não respeita o espaço de ninguém, mexe com todo mundo, bate”.

Nesta fala podemos observar que o **ponto negativo de viver em um abrigo** é a falta de privacidade, espaços próprios, pois tudo é coletivo e comum. Outro ponto negativo levantado no decorrer das entrevistas com Bianca é o problema das fofocas

que existem dentro da instituição e do tratamento diferenciado dado pela diretora com os abrigados.

“As meninas que são queridinhas da diretora, elas saíam falando que ia para um lugar, como na aula de reforço da escola e ia para outro lugar. Encontrar uns meninos... E dá raiva porque quando eu peço para ir ao treino de handebol ela (a diretora) não deixa e acha que estou mentindo. Dá uma raiva! A minha irmã mesmo e outra adolescente já fugiram do abrigo e dormiram fora daqui. Nunca contou direito aonde que foram. Mas eu sei que foram na casa de um menino [...] A gente não pode dizer que acha um menino bonito na escola, nossa... já começam a falar. Tudo elas (a diretora e as funcionárias) levam pra maldade” (Bianca).

Bianca aponta para a falta de privacidade, de autonomia e de existir tratamento diferenciado a alguns abrigados que ela nomeia como as “queridinhas da diretora”. Mais uma vez aparece a figura da diretora como a mãe que tem filhos preferidos e outros preteridos, como ela.

Quando diz que não pode achar um garoto bonito na escola e logo as funcionárias falam sobre isso, aparece aqui o proibido, algo que não deve ser dito nem incentivado. Achar um garoto bonito parece remeter a todo contexto de sexualidade como abraçar, beijar e ficar e que é proibido. Mesmo sabendo que é absolutamente normal e esperado que esses comportamentos aconteçam na adolescência.

Já em relação **ao ponto positivo de viver em um abrigo**, Bianca relata que é “ter um monte de mãe cuidando de você”. Mas será que sente isso mesmo? Pois afinal “não tem ninguém por ela” ou essa é a concepção de mãe? “Ninguém por ela”?

Ainda sobre algo positivo, Bianca diz que gosta mais da nova diretora, devido ser mais compreensiva com ela e por tratar todo mundo de forma mais igualitária, não julgando ninguém.

“[...] A gente tem obrigações. Ela (a nova diretora) divide bem o tempo da gente para não ficar dando trabalho. Não grita, faz as coisas na hora certa. Não grita. Tenta levar a gente para alguns lugares. Tenta manter a casa em ordem. Espero que ela não saia” (Bianca).

Bianca ao falar que gosta da nova diretora, indica uma vinculação com *figuras substitutas* como aborda Bowlby (2006b), e essas figuras de ligação pode influenciar tanto na infância, como na adolescência e na fase adulta, tanto que mesmo depois de sair do abrigo, ainda procura manter contato com as funcionárias da instituição.

Numa das entrevistas explicou que a sua vinda para o abrigo ocorreu devido ao acúmulo de muitas coisas, como por exemplo, não morar com a família, não querer estudar, inventava que ia para a escola e ia para outros lugares como casa de amigas, ou fazia diária na casa das pessoas, ou se encontrava com algum garoto que gostava.

Para ela **a escola** era “*horrivelmente horrível*”. Contudo, podemos pensar que durante o período que passou por esses problemas, seja compreensível que a escola não tenha sido atrativa. Com sua vinda ao abrigo, a adolescente foi matriculada numa escola próxima e, fez rapidamente amizade com as colegas da escola, tornou-se líder de classe, participava da equipe de handebol e alcançou bom desempenho escolar de forma que recebeu elogios da escola. É como se agora estivesse num ambiente mais acolhedor ou propício para se dedicar ao estudo, aos jogos esportivos e ao curso de manicure. Como era vaidosa, Bianca queria adquirir várias cores de esmaltes diferentes e da moda, também aprendeu pela internet a fazer tranças e fazia nos cabelos das outras meninas do abrigo. Na época das entrevistas, o acesso à internet dentro do abrigo era controlado, o que gerava conflitos, pois todos queriam mais tempo para Orkut e Facebook.

A escola que era “*horrivelmente horrível*” passou a não ser um ambiente tão assustador assim, durante sua permanência no abrigo. Procurou viver e desenvolver-se na escola e na instituição de modo mais *criativo*, algo que pertence a quem está vivo, ativo, participativo, conforme as palavras de Winnicott (2011). Possivelmente neste caso, o abrigo foi para ela um ambiente facilitador para tal processo.

Seus **sonhos** estavam relacionados a terminar o ensino médio, arrumar um emprego, ter uma casa e fazer faculdade. Ela dizia que “queria levar uma vida normal” como das outras pessoas, mas que não era normal para ela até aquele momento.

Retornando ao abrigo em março de 2013, soube pela diretora do abrigo, que no final de 2012, o juiz decidiu que Bianca deveria voltar para casa e assim foi feito. Quando eu entrei em contato com ela já fazia quatro meses que ela havia saído do abrigo e marcamos de nos encontrar novamente para mais uma entrevista, assim que ela viesse para a cidade onde fica o abrigo. No dia combinado, nos reencontramos (março), e ela aparentava uma expressão alegre, bem arrumada, e disse-me que durante as primeiras entrevistas comigo pensava que ficaria no abrigo até completar dezoito anos, e que isso dava mais conforto e segurança, porque lá levava uma vida normal.

No entanto, no final de 2012, foi comunicada pelo juiz que ela voltaria para a casa de sua mãe. Bianca disse que esta notícia deixou-a assustada. A **saída do abrigo** foi carregada de emoção. Chegou à sua cidade e nos primeiros dias na casa de sua mãe foi tudo bem, mas logo tudo voltou a ser como sempre foi. O padrasto e sua mãe tratando-a mal, brigas com sua irmã, seu irmão já estava morando na cidade com uns amigos pois não aguentava mais morar no sítio. Nesse tempo conheceu um rapaz que veio a ser seu companheiro e hoje vivem juntos na casa da sua sogra. Contou-me que

seu companheiro tem vinte anos e trabalha numa carvoaria. No início ela trabalhava num salão de beleza como manicure, mas depois recebeu convite para ser vendedora em uma relojoaria e aceitou. Disse estar feliz, trabalha durante o dia e estuda a noite. Contou que como sua casa fica num bairro afastado da cidade, e as ruas são escuras, seu companheiro a leva e a busca na escola. Ela disse que soube que sua irmã está usando drogas e está bem revoltada, continua morando com sua mãe e com o padrasto.

Bianca disse que quando soube que não ficaria no abrigo até completar os dezoito anos, ficou com medo do que enfrentaria em sua cidade, com sua família. Mas disse que ficou feliz com o que aconteceu depois que conheceu seu companheiro. Falou que se relaciona bem com a sogra e esta a trata muito bem.

Disse que de vez em quando se lembra do abrigo e sente saudade das tias e de algumas meninas que continuam lá e que telefona às vezes para saber notícias, desta forma sempre se mantém informada do que acontece no abrigo. E de forma condensada podemos dizer que “ser de abrigo” para Bianca tem seus aspectos positivos sobretudo quando se é rejeitada por toda a família como foi o caso dela.

5.3 YASMIM

*“Eu sei, que flores existiram
Mas que não resistiram
A vendavais constantes
Eu sei...
Que as cicatrizes falam
Mas as palavras calam
O que eu não me esqueci”
(Fera Ferida – Roberto Carlos)*

A letra da música em epígrafe foi escolhida porque fala de cicatrizes deixadas com o tempo e que a história de vida de Yasmim se assemelha. No primeiro contato com ela, vi em minha frente uma menina-mulher com quinze anos e grávida de seis meses do primeiro filho. Estatura mediana, pele morena clara, magra, cabelo ondulado, jeito meigo e introvertido e falava com tom de voz muito baixo. Aceitou prontamente participar das entrevistas, embora não escondesse certa ansiedade sobre como se daria a situação. A primeira entrevista transcorreu tranquilamente no dia previamente combinado.

Ela estava institucionalizada neste abrigo há seis meses, entretanto já havia passado por outro abrigo do Estado permanecendo lá por um ano. Explicou que o motivo de sua primeira institucionalização foi devido ao abuso sexual praticado por seu

pai contra ela, dos oito aos doze anos. Foi novamente institucionalizada agora neste abrigo, devido ao abuso sexual praticado pelo tio que resultou em sua gravidez.

Disse que tem uma irmã por parte de pai e dois irmãos por parte de mãe. Contou que seus pais se separaram quando ela era muito nova e teve pouco tempo de convivência com sua mãe. Aos seis anos Yasmim foi morar com seu pai. Relatou que o convívio com o pai nos primeiros anos era bom. Seu pai já estava casado novamente, trabalhava numa cerâmica de tijolos quando ocorreu, segundo suas palavras, um “*imprevisto*”.

“desde pequenininha, desde os seis anos de idade eu fui morar com meu pai. Daí meu pai se casou e fomos morar em Pimenta Bueno. Aí lá nós moramos juntos... e aí aconteceu um imprevisto... assim desde pequenininha, quando eu tinha oito anos ele (o pai) abusava de mim. Ele falava que se eu falasse para alguém ele ia me matar, mesmo que ele fosse preso quando saísse da cadeia ia me matar... Aí acabou acontecendo uns probleminhas, eu tava fazendo arte, ele pegou e me levou no Conselho Tutelar e aí eu acabei denunciando”.

Ela se refere ao **abuso sexual praticado por seu pai** como um “imprevisto” indicando um tempo antes e depois. O termo “imprevisto” usado pela adolescente deixa implícito o quanto o abuso sexual foi traumático e que a deixou em “estado de choque”, pois seu pai que era responsável por cuidar e protegê-la agiu de forma tão imprevista!

No caso de Yasmim seu pai que devia protegê-la é que a violentou. A atitude do pai extrapolou e ultrapassou as barreiras que deveriam existir na relação pai e filha, e culminou *no sentimento de vazio* que para Albornoz (2006), é originado pela ausência de figuras continentais.

Este relato de Yasmim nos remete a Faimam (2004) quando explica que no abuso sexual há uma assimetria quanto ao poder e em casos intrafamiliar, essas experiências podem ser produtos de uma sedução praticada entre os pais e a criança. Como ressalta Goldfeder (2000), o abuso sexual é sempre uma transgressão de uma ordem estabelecida, logo podemos entender que há uma intenção em transgredir por parte do adulto ou da pessoa mais velha. Conforme Pinheiro (2005), em se tratando de abuso sexual intrafamiliar dependendo do tempo em que ocorre pode gerar entre a vítima e o agressor, um complô do silêncio e segredo.

O abuso sexual praticado por seu pai durante anos, provavelmente levou Yasmim a sentir-se vinculada com o agressor, com **sentimentos de amor e ódio**. E isto fica evidenciado, quando a adolescente diz que sente dor, mas que não fosse por seu pai, ela teria morrido de fome.

“Ah sei lá... pra mim era muito difícil eu era muito nova e nem sabia o que era isso. Sei lá... o próprio pai fazer isso com a própria filha é muito doído, só que eu não podia fazer nada. Hoje sinto um pouco é de dor... Mas também ele foi meu pai, se não fosse por ele eu teria morrido de fome com minha mãe. Só que é doloroso quando a gente olha para trás assim e lembra o que aconteceu”.(Yasmim)

Mais uma vez percebemos que devido os abusos terem ocorrido durante anos, à situação levou a adolescente a uma vinculação com o agressor.

Outro ponto apontado por Yasmim nas entrevistas, era que **na escola ela fazia “arte”**, como bagunçar e brigar. É o que podemos observar quando diz: *“É tava fazendo arte, brigava na escola, aí meu pai não aguentava de tanta reclamação por causa de briga na escola. Acabei indo pro abrigo, fiquei um ano no abrigo”*. Havia muita reclamação devido ao seu comportamento. O curioso é que a adolescente demonstra ser uma pessoa calma e serena e em seu discurso aparecem questões como briga, provocação de outras pessoas.

Podemos pensar que o fato da adolescente ter sofrido abuso sexual praticado pelo seu pai durante anos, pode ter levado Yasmim a manifestar agressividade como tentativa de chamar atenção das pessoas na escola para si. É como se o seu comportamento fosse um sinal para indicar que ela não estava bem emocionalmente. Pois foi a partir das constantes reclamações da escola que o Conselho Tutelar foi acionado e a adolescente acabou contando sobre o abuso sexual e consequentemente foi encaminhada ao abrigo.

A vivência de traumas na infância repercutiu em todas as áreas de sua vida. Conforme Albornoz (2006), situações de traumas como o abuso sexual pode levar a criança ou adolescente a uma *obstaculização do pensamento*. Em outras palavras, é preferível não pensar para não lembrar. Não pensar funciona como um mecanismo de defesa.

Quando Yasmim falou a respeito de **sua mãe** demonstrou ter pouca convivência. Relatou na primeira entrevista que a vida junto com sua mãe foi marcada por privações de alimento e carinho. A lembrança que tinha da sua mãe era de uma pessoa negligente. Disse que a mãe não ligava muito para nada. Relatou que quando morou com ela, *“passava fome e comia comida do lixo”*. Passou algumas entrevistas sem falar sobre a sua mãe, somente neste ano (2013) quando retornei ao abrigo, ela já estava com sua filha nos braços e me contou mais detalhes sobre a vida que teve ao lado de sua mãe.

“A minha mãe é usuária de drogas, não dá pra morar com ela, mas eu queria ter notícias dela, queria que viesse no abrigo me visitar... Morar com ela não dá porque usa drogas. Naquela época minha mãe já usava drogas... Ela cuidava da gente. Ela podia “dar pra Deus e o mundo” mas não deixava ninguém mexer com a gente. Eu morei com ela até meus seis anos. Quando ela tava boa (sem usar drogas) a casa ficava limpinha, as panelas brilhavam... eu queria ter contato com ela (mãe)”. (Yasmim)

Após as entrevistas com Yasmim foi possível entender as privações pelas quais passou e os motivos. Sua mãe era usuária de drogas desde o tempo em que ela nasceu. Podemos pensar que sua mãe não vivenciou a *preocupação materna primária* e nem pode proporcionar um *holding* para a filha, conforme teorizou Winnicott (2005), justamente numa época em que mais precisou.

Sobre privação na infância, Albornoz (2006) a descreve como a falta de cuidados básicos e necessários, enquanto que para Winnicott (2005), a privação consiste na falta de ter alguém para amar e odiar. De certa forma, as ideias se complementam uma vez que quando falta o cuidado não existe ninguém para amar e odiar, simplesmente inexistente.

É interessante notar os diferentes discursos produzidos por Yasmim a respeito de sua mãe. No primeiro momento, a lembrança que tem de sua mãe é de uma pessoa negligente, que a deixa passar fome, e no segundo momento, informa que a mãe era usuária de drogas e que fazia programas sexuais para pagar o vício. Por outro lado, afirma que quando sua mãe não fazia uso da droga, cuidava bem dela e mantinha a casa limpa. Parece haver uma divisão entre a mãe boa que cuida da filha e deixa a casa limpa e a mãe má que não cuida da filha e deixa a casa suja.

Observamos um movimento de acusar a mãe como negligente na primeira entrevista e posteriormente de resgatá-la como algo bom. Conforme Bowlby (2005) quando a criança pequena é retirada da figura materna sofre um luto pela separação e uma das características que se manifesta é o protesto, o desespero e o desligamento. As privações pelas quais passou no período em que esteve com sua mãe, deixaram marcas de tristeza e raiva, mas que agora, tinha outro olhar.

Isto é possível observar quando a adolescente diz que sua mãe fazia programas sexuais para pagar o vício da droga, mas não permitia que ninguém “mexesse” com ela. Diante dos inúmeros abusos sofridos a partir de seus oito anos de idade, recorda-se que ao menos enquanto morava com a mãe nada de sexual aconteceu com ela. Disse que a maternidade mexeu com ela, e por isso procura compreender melhor sua mãe.

“Eu fui numa igreja esses dias, e uma mulher me viu e disse que conhece minha família, que conhece minha mãe. Disse que minha mãe tava doente em Porto Velho, que tinha feito uma cirurgia. Eu pedi pra essa mulher dar notícias da minha mãe, vir no abrigo me visitar e avisar minha mãe que eu to no abrigo porque imagino que ela nem sabe”. (Yasmim)

Aqui aparece o desejo de ter contato e reaproximação de sua mãe, bem como agora traz em seu discurso uma mãe frágil, doente, que também precisa de ajuda, e que nem deve saber que a filha e a neta estejam em um abrigo.

Também chama a atenção para a procura por igreja e pela fé como uma tentativa de buscar esperança em algo superior, em algo sagrado. Knobel (1981) ao tratar sobre a *síndrome da adolescência normal* resalta a vivência de crises religiosas pelos adolescentes, no qual a busca pelo divino, pela religião pode representar uma saída mágica. Ou no caso de Yasmim, a busca de uma solução mágica para sua vida, e seus problemas. É como se esperasse apenas por algo divino, transcendental para aliviá-la de seus traumas e conduzi-la para uma vida mais serena, ao menos na igreja um homem (Deus) que não abusasse dela.

Quando falou sobre sua **vivência no primeiro abrigo**, demonstrou que foi triste e difícil acostumar-se com a situação, uma vez que viveu em um lugar com muitas pessoas e que ao invés de encontrar acolhimento, encontrou pessoas briguentas que a machucaram.

“As tias (funcionárias) eram legais lá... só as meninas adolescentes que eram rebeldes que fugiam direto e caçavam briga. Lá eu me acostumei, as tias tratavam a gente bem”. (Yasmim)

Contudo, em outras entrevistas ela explicou melhor porque foi tão difícil ficar no primeiro abrigo. E revelou o tratamento dado pelas funcionárias às abrigadas.

“Lá as regras eram muito rígidas, você fazia alguma coisa de errado, o castigo era muito duro. Eles trancavam a gente no quarto e não podia sair, deixavam sem comida e sem água. As meninas batiam na gente. Se você respondesse as funcionárias, se fizesse alguma coisa na escola, se brigasse, discutisse, qualquer coisinha irregular que é errado, era assim, por isso tive medo de voltar...” (Yasmim)

Em outras palavras, Yasmim quer dizer que sofreu antes de ir para o abrigo e também dentro da instituição as privações com mulheres que negam comida e cuidados. Percebe-se a ambivalência em sua fala quando diz que as tias (funcionárias) eram legais e depois relata que elas trancavam-na, deixavam de castigo, sem comida e nem água. E além dos maus tratos sofridos, ainda tinha que lidar com outras adolescentes que no seu dizer eram “rebeldes” e implicavam com ela.

Quase no fim de um ano em que ela estava institucionalizada no primeiro abrigo, a equipe técnica localizou a tia materna que reside em outra cidade. Então ela passou a morar na casa desses tios. Disse que ficou contente quando saiu do abrigo e achou que “*teria uma casa, um lar*” mas não foi isso que encontrou. O casal era evangélico e não tinha filho. Sua tia trabalhava num restaurante e passava muito tempo fora de casa devido ao emprego e o tio cuidava de uma horta no quintal de sua casa e de lá que tirava o seu sustento. Desta forma, o tio passava a maior parte do tempo em sua residência. Yasmim estudava no período da tarde, de modo que ficava pela manhã e à noite sozinha com o tio. Foi quando **seu tio começou a abusar sexualmente dela quando tinha treze anos**, nos horários em que a tia não estava na casa e ameaçava de morte caso revelasse a situação a alguma pessoa.

“Depois eu fui morar com minha tia, no começo tava tudo bem, daí ele (o tio) começou a abusar de mim. Aí esses tempinhos atrás denunciaram que meu tio tava abusando de mim. Quando achei que tava grávida ele me fez tomar remédio para abortar o bebê. Ele (o tio) dizia que se eu contasse para alguém eu ia me lascar, me ferrar, ia acabar voltando para o abrigo. No abrigo era meio difícil, eu não gostava muito, ele pegava no meu ponto fraco, meu medo era voltar pro abrigo”. (Yasmim)

Na trajetória de vida da Yasmim, as violências se repetiram em suas formas e ameaças. Tanto o pai quanto o tio faziam ameaças à adolescente. A pior delas, ao que parece em seu discurso, seria voltar ao abrigo. Segundo a adolescente até havia pensado em contar para a tia sobre o abuso, mas o tio era violento embora não demonstrasse. Ela já havia presenciado brigas do casal quando ele ficava bêbado e quase bateu em sua tia.

É possível perceber reedições de violências. Além da separação e indiferença da mãe, do abuso do pai e do tio, enfrentava também a ameaça de voltar para o abrigo. Todas essas situações ocasionaram conforme Albornoz (2006), um *senso de antecipação e de medo*.

Yasmim contou ainda que seu pai tinha bom relacionamento com esses tios e frequentemente vinha visitá-los. O pai sempre negou o abuso praticado contra sua filha e as pessoas acreditaram nele e pensavam que era mentira dela. Nas visitas que fazia, o pai cumprimentava a filha e jantava com os tios. Disse que apesar de tudo que ocorreu no passado, sentia falta de seu pai. Mais uma vez observamos os sentimentos de ambivalência em relação ao pai com a presença simultânea de sentimentos opostos como o amor e o ódio.

Quando a adolescente desconfiou que estava grávida contou ao tio que imediatamente deu-lhe remédio para abortar.

“Daí ele comprou buchinha paulista e deu para eu tomar. Passou três dias e perguntou se a menstruação tinha descido. Eu disse que não. Daí ele comprou um remédio com louro e canela e me obrigou a tomar. Daí a vizinha que tava lavando roupa... ouviu nossa conversa, que ele tava me obrigando a tomar remédio para abortar dizendo que eu não poderia estar grávida e que a minha tia iria separar dele” (Yasmim)

Yasmim acredita que a vizinha que fez a denúncia para o conselho tutelar. Então quando chegou à escola o conselho já a aguardava. Ela disse que sentiu muito medo e negou a denúncia, até que a conselheira disse que não adiantava mentir. Levaram-na para fazer exame no IML e acabou admitindo o que estava acontecendo. Foram ao hospital para fazer ultrassom e viram que estava tudo bem com o bebê daí a trouxeram para este abrigo.

Com a **confirmação da gravidez**, Yasmim sentiu que seus sonhos se modificaram. Percebeu que algumas mudanças ocorreriam e teria que se adaptar tudo a deixava muito ansiosa, mas foi dando tempo ao tempo.

“No momento eu não esperava (estar grávida), até porque eu tenho um sonho né... de ser bióloga, fazer faculdade de biologia. Mexer com animais. Não posso ter um filho agora... como vai ficar meus estudos?... sei lá. Daí quando eu cheguei ao abrigo eu ficava muito preocupada... um pouco fiquei feliz, vou ter um filho adoro criança e preocupada porque em outubro vou ter que parar os estudos né... Por outro lado me doeu um pouco... E daí vou continuar de novo, começar tudo de novo... Mas também tem uma coisa crescendo dentro de você que vai nascer e vai precisar de amor... bastante amor. Um filho merece todo amor do mundo. A gente vai se acostumando. Aqui tem a Camila também que tá grávida...” (Yasmim)

Aparece no discurso a pergunta: “e agora?” indicando um processo de assimilação da situação e ansiedade pelo futuro. Quando diz que tem uma coisa crescendo dentro dela, remete ao filho ainda não personificado. Fala ainda que o filho vai precisar de amor, assim como ela vai precisar “ter amor” para dá-lo, uma vez que a gravidez não foi fruto de um amor.

Ao saber que no abrigo atual havia outra adolescente grávida, ficou mais tranquila pois sentiu que não era a única e que a instituição de alguma forma cuidaria para que a gestação transcorresse normalmente.

Segundo a adolescente a reação da tia diante da gravidez foi horrível, uma vez que ela foi ao abrigo visitá-la e fez pressão psicológica para negar o abuso praticado pelo tio.

“Ela (a tia) gritou, passou mal, ela veio aqui e conversou comigo e falou vem assim: Você tá grávida né? Você gosta da tia mesmo? Então quando for a audiência... você fala para o juiz que você dormiu com seu tio porque você quis, que não foi forçada para ele não ser preso. Daí quando o neném nascer você faz o DNA. Quem sabe não é dele mesmo. Pensa bastante no que vai

dizer... Se ele tiver preso como vai pagar pensão... Pensa bem no que vai falar pro juiz... Nem o sobrenome dele (tio) eu vou por no meu filho” (Yasmim).

Ao falar sobre sua família em algum momento comentou sobre seus irmãos e disse que sua irmã tem vinte quatro anos e é casada e morava na Bolívia, mas que atualmente eles voltaram a residir na mesma cidade que Yasmim. Contudo, disse que não há possibilidade de morar com sua irmã, isto porque ela passa por dificuldades financeiras. Mas disse que de vez em quando vai visitá-la nos fins de semana. Sobre outros dois irmãos por parte de mãe, comentou que não tem contato nem notícias porque não conviveram juntos. Num outro dia de entrevista, Yasmim revelou uma descoberta que fez ao visitar sua irmã.

“Um dia eu tava na casa da minha irmã e ela me tratou mal, foi grossa comigo, eu fui pra varanda e comecei a chorar, daí uma amiga nossa chegou perto de mim e contou que meu pai também abusou da minha irmã e não teve coragem de denunciar... meu pai nega de pé junto que nunca fez nada com a gente e também ameaçava de matar se contasse. Acho que é por isso que minha irmã nunca contou pra ninguém” (Yasmim).

Desta forma para a surpresa de Yasmim, não foi somente ela que sofreu abuso praticado por seu pai e essa descoberta, segundo suas palavras, a deixou com mais raiva dele. Ao que parece, cada uma sofreu em silêncio os abusos praticados pelo pai sem compartilhar isso com outras pessoas da família. Apenas Yasmim teve coragem diante de muita pressão de denunciar seu pai, mas sua irmã mais velha também sofria calada e a forma com que conseguiu ver-se livre do abuso foi amasiando-se com um homem e indo morar na Bolívia.

Sobre o abrigo atual disse que todos a tratam bem, reclamou de um adolescente que provoca briga com todo mundo inclusive com ela.

O adolescente que vive neste abrigo, ele é terrível, apronta com as tias... ele é agressivo... Tem uma coisa que eu não sei se posso contar... um menino de nove anos tava tomando banho com esse adolescente, os dois juntos pelados. A tia (funcionária) pegou os dois juntos no flagra. Eles tavam transando. Ela (a funcionária) os mandou pararem com aquilo. Daí eles pararam...” (Yasmim).

Em sua fala fica evidente a ausência de um lugar seguro para Yasmim e que este abrigo não proporcionou. Ao falar sobre os meninos que foram descobertos pela funcionária fazendo sexo no banheiro, possivelmente estes tenham vivenciado abusos anteriores ou experiências sexuais precoces que levaram a um comportamento sexualizado. É o que nos diz Albornoz (2006) sobre as experiências enfrentadas em instituição de acolhimento institucional.

Para a adolescente o abrigo é um lugar de violência, e em seu discurso aparece que no primeiro abrigo, outras meninas implicavam com ela sem nenhum motivo

aparente e que as monitoras a privavam de água e comida. E no abrigo atual, fala de um adolescente que é agressivo e que implica com todos, inclusive com as funcionárias. Outro ponto levantado por Yasmim foi, em relação a fofocas dentro do abrigo.

“Fofocas, aqui também acontece. Num fim de semana, faz pouco tempo que aconteceu, uma adolescente que tem um bebê e divide o mesmo quarto foi para casa da irmã dela e daí as meninas daqui (do abrigo) contaram coisas absurdas para mim... Disse que a adolescente falava mal de mim pras tias, pra diretora, falava que eu não cuido da minha filha¹⁶, que eu não gosto dela, que eu maltrato. Eu chorei muito. Não acreditei no que tava ouvindo... Logo a que eu considero uma amiga...”.

Chama a atenção que diversos autores como Knobel (1981), Lesourd (2004) e Matheus (2010), ao retratarem a adolescência apontam para a tendência grupal como característica desta fase de vida. Entretanto, conforme os relatos de Yasmim, no contexto institucional pesquisado, a identificação com o grupo de pares não é percebido, ao contrário, rivalizam-se e procuram desmoralizar uns aos outros.

O que observamos é que **fofocas** ocorrem o tempo todo no abrigo, principalmente entre os abrigados. Parece que devido à carência afetiva, ao estigma de carregam de serem de abrigo, procuram preservar sua identidade ao máximo tanto para si mesmos quanto em relação às outras pessoas. Qualquer atitude, comentário feito por outro adolescente também em situação semelhante de abrigamento, tem enorme repercussão.

Falar mal uns dos outros para as funcionárias e principalmente para a diretora do abrigo é algo muito comum. É como se as pessoas acreditassem em tudo o que é dito pelos outros. O medo de perder a atenção e carinho da diretora é imenso. A diretora é a figura de autoridade, que por vezes acaba por representar as figuras parentais. Deste modo, não querem de modo algum decepcionar a diretora. E como todas as crianças e adolescentes estão em mesma situação e com histórias parecidas há um movimento de menosprezar o outro, fazer fofoca e falar mal.

Diante deste contexto, poucas são as amizades verdadeiras dentro de um abrigo, e isto é observado pelos relatos das adolescentes que não conseguem vincular-se intimamente com ninguém. O abrigo é para ser transitório, passageiro, mas nem sempre o é, no entanto, o medo de vincular-se afetivamente e depois sofrer uma ruptura é demasiado forte para tentarem.

¹⁶ Vale ressaltar que nas primeiras entrevistas com Yasmim ela estava grávida, e posteriormente ao nascimento de sua filha, tivemos mais entrevistas.

Posteriormente em outras entrevistas, Yasmim falou também das suas dificuldades em **lidar com sua sexualidade** dentro da instituição.

“Depois de tudo o que aconteceu comigo, eu ser abusada por duas pessoas (meu pai e meu tio), antes eu nunca tinha deitado com homem nenhum, nenhum moleque, daqui nunca mesmo. Daí quando eu morava na casa da minha tia, fica complicado eu muito nova, o tio fazendo aquilo comigo... (sexo) e aí pega o vício, sente vontade, desejo, a gente olha para um rapaz e já deseja, de querer fazer de novo... Pra mim é difícil, eu já falei com a diretora que é difícil... ela conversou comigo... ela disse pra eu esperar... segurar a vontade, falou sobre colocar DIU¹⁷, pois se acontecer alguma coisa (transar com alguém) estará protegida da gravidez. Eu falei que quero por o DIU. Tem um garoto daqui do abrigo que eu to gostando dele. Só que é difícil tem as regras não pode namorar. É difícil olhar para o garoto que você gosta dele e tem vontade de ficar com ele. Ele fica olhando pra mim, já tentou me beijar mas não deixei... Aqui não tem privacidade, espaço. Eu não tenho coragem de ficar com ele aqui e a diretora descobrir. Só se eu sair.” (Yasmim).

É interessante observar que na primeira entrevista, ao falar sobre sexualidade, Yasmim comentou sobre outras pessoas, mas não falou dela mesma e de suas dificuldades enfrentadas. Mais adiante, com a realização de outras entrevistas, Yasmim sentiu-se mais a vontade para expor seus sentimentos. Comentou que os abusos sexuais sofridos afloraram o desejo para o sexo, mas não encontra liberdade, espaço e privacidade. Falou em vício de sexo, e repete inúmeras vezes a palavra difícil para descrever a situação em que se encontra. Disse sentir-se atraída por um garoto do abrigo mas não tem lugar para uma intimidade com ele, como também não quer decepcionar a diretora com seu comportamento. Buscando conselho com a diretora ouviu que deve tentar controlar a vontade, esperar, e recomendou-se a colocação de DIU para evitar gravidez uma vez que ela já tem uma filha.

Parece ser difícil tanto para as adolescentes viverem a sexualidade plenamente com liberdade, privacidade e sem culpa quanto para as funcionárias da instituição lidarem com estas questões. Podemos pensar que a falta de diálogo sobre sexo, sexualidade, a rotina rígida e a falta de atividades físicas, esportivas e artísticas colaboram para esse estado de tensão. Além disso, muitos abrigados já vivenciaram situações de violência, principalmente sexual, o que torna muito complexo abordar a temática da sexualidade. A manifestação da agressividade e da sexualidade parecem ser as maneiras encontradas de obter alívio das tensões. Desta forma, é como se todos tivessem no limiar do controle das pulsões e qualquer coisa pode levá-los à descarga da tensão.

¹⁷ Dispositivo intra uterino.

Em relação a **sonhos para o futuro**, Yasmim nas primeiras entrevistas estava mais voltada para a gravidez e o nascimento da criança. *“Fazer minha faculdade de biologia, cuidar do meu filho... ter minha casa, meu marido. Esse meu filho não era pra ele... (não achava a palavra para dizer – planejado), mas mesmo assim eu vou dar carinho, vou fazer de tudo”*.

Após o nascimento da filha de Yasmim, tivemos outra entrevista em que ela voltou a falar de sonhos, porém ressaltando a realidade de ser mãe e sua responsabilidade.

“Agora é um pouco mais fácil e um pouco mais difícil, tenho mais responsabilidades, tenho que cuidar da minha filha. Agora eu voltei a estudar... o resto tá tudo bem... Meu sonho é seguir em frente, passar de ano na escola, trabalhar, ganhar pensão pra neném... ter meu dinheiro e fazer faculdade de biologia”. (Yasmim)

Deste modo podemos concluir através das falas de Yasmim, que a imagem que tem sobre os homens, é de que são todos abusadores (o pai, o tio, o adolescente do abrigo) e as mulheres são privadoras (a mãe, e as funcionárias do abrigo). E “ser de abrigo” para ela representa ser uma pessoa que passou por traumas e está num lugar onde também há violência.

5.4 CAMILA

*“De manhã cedo já tá pintada
Só vive suspirando, sonhando acordada
O pai leva ao doto, a filha adoentada
Não come, não estuda
Não dorme, não quer nada”
(O xote das meninas – Luiz Gonzaga)*

Quando a entrevistei parecia uma adolescente que não estava muito preocupada com sua vida, com os estudos, com responsabilidades. Basicamente, sua preocupação era com a aparência física e em “ficar” com alguns garotos que conhecia na escola ou no curso que fazia no SENAI.

Apresenta estatura baixa, magra com cabelos lisos e longos, pele morena clara e olhos castanhos. Sempre dava um jeito de personalizar suas roupas, mudar alguma coisa até mesmo no uniforme escolar. Gostava de usar short curto e às vezes era repreendida pelas funcionárias.

Ao ser convidada para participar da pesquisa primeiro demonstrou receio, disse que não sabia, que achava que não tinha nada importante a dizer. Mas depois, aceitou e

mostrou-se disponível, porém com limites. Ou seja, embora sorridente, brincalhona, era reservada quando se tratava de falar de si mesma.

Eu soubera pela diretora do abrigo da época que Camila e seus irmãos eram as pessoas que há mais tempo estavam na instituição e que por isso, recusavam-se a conversar com psicóloga, assistente social ou qualquer outra pessoa. Segundo a diretora, Camila considerava que não precisava de terapia, nem de psicólogo.

No momento da entrevista Camila encontrava-se com quinze anos. Morava no abrigo há oito anos, logo, chegou à instituição quando tinha sete anos de idade. Seus irmãos em número de cinco tinham as idades de (18), (17), (13), (12) e (9) anos. Destes, o irmão mais velho fugiu do abrigo porque não se adaptou e foi morar com um tio em outra cidade, porém o tio nunca requereu a guarda dele. Atualmente o irmão mais velho trabalha em uma fábrica de móveis em Porto Velho e reside na casa do patrão. O irmão de treze anos também não se adaptou ao abrigo, teve idas e vindas, até que foi morar com outro tio em outra cidade. A irmã de dezessete anos morava no abrigo até pouco tempo, quando ficou grávida e com autorização do juiz e da direção do abrigo, foi morar com o namorado. A irmã de doze anos viveu muitos anos no abrigo, depois foi adotada, mas não deu certo e foi devolvida para o abrigo. Atualmente, essa irmã de doze anos reside com uma tia. O irmão caçula foi adotado por uma família de outro município. Porém os pais adotivos evitavam que ele tivesse contato com os irmãos.

Embora todos os irmãos de Camila e inclusive ela estivessem na lista nacional de adoção, não esperavam que fossem adotados. Deste modo as duas adoções mobilizaram emocionalmente os irmãos mais velhos que reagiram com rebeldia, protesto e exigência de que pudessem manter contato com os irmãos adotados. No entanto, não foi o que ocorreu. As famílias que adotaram impediram qualquer aproximação dos outros irmãos com receio de que pudessem prejudicar a adaptação na nova família.

Conforme Bowlby (1985) o comportamento de apego leva aos laços afetivos e inicia entre a criança e seus pais ampliando-se gradativamente para outras figuras de apego, como os irmãos. A ameaça da perda de uma pessoa querida provoca ansiedade e quando a perda é real surge à tristeza. Desta forma como a irmã de Camila foi devolvida para o abrigo devido ao insucesso na adoção e o irmão caçula continuou com a família adotiva, Camila diz que houve sentimentos de revolta entre os irmãos que permaneceram no abrigo.

No momento da primeira entrevista Camila encontrava-se grávida do namorado e aguardava para saber como ficaria sua situação. Diferentemente de outras adolescentes

que chegam grávida ao abrigo, Camila chegou muito nova com sete anos e foi crescendo dentro de abrigo. Passou a adolescência ali e ficou grávida morando no abrigo. Quanto a seu namorado ela o conheceu na escola, ele tinha dezenove anos e morava com seus pais, próximo do abrigo. Estudava o ensino médio e trabalhava.

Os pais de Camila perderam o poder familiar¹⁸ logo nos primeiros anos em que os filhos estavam no abrigo, pois o pai era alcoólatra e a mãe apresentava sérios transtornos mentais. No prontuário de Camila, constava que o pai trabalhava na área de marcenaria, contudo a bebida alcoólica prejudicou-o sobre vários aspectos, tornando-o agressivo com a esposa e filhos. Tinha casa própria, mas vendeu-a por preço muito abaixo do valor de mercado e assim perdeu seu único bem. A família por parte dos pais de Camila era bastante numerosa, contudo somente dois tios se dispuseram a acolher uns irmãos de Camila, porém sem a guarda legal.

Na primeira entrevista com Camila, procurou explicar **os motivos** de sua institucionalização.

“Porque meu pai é alcoólatra e minha mãe toma remédio controlado... Eu to aqui vai fazer oito anos. Eu quero sair logo... Primeiro veio minha irmã mais velha e depois veio à gente (os cinco irmãos). Com o passar do tempo meu irmão mais velhos não quis ficar aqui e fugiu. Aí os dois mais novos foram adotados. Mas não deu certo a adoção da minha irmã e ela voltou. Aí ficou só eu e a mais velha. O irmão do meio foi para a casa da minha tia. Tudo mundo voltou menos o mais velho e o mais novo. É muito ruim ficar aqui. Parece que foi por causa do meu pai que a gente veio para cá. Às vezes quando eu estou mal, eu culpo eles (os pais)”. (Camila)

Das três adolescentes da pesquisa, está é a que mais tempo esteve no abrigo (oito anos). Logo, talvez para ela fosse necessário explicar o porquê de estar ali. Esta explicação inicial encontra sentido tanto para ela mesma, ou seja, para entender o motivo do seu abrigamento, quanto para às outras pessoas; uma vez que fica implícito no discurso dos abrigados a ideia de que tenham problemas com suas famílias pois do contrário não estariam no abrigo.

Winnicott (2005) em sua obra *“A família e o desenvolvimento individual”* aborda as consequências da família afetada por patologias psiquiátricas para o desenvolvimento emocional dos filhos. No caso de Camila sua mãe sofre de transtorno mental e de vez em quando apresenta crises por conta de não seguir adequadamente o tratamento proposto pelo CAPS. Já o pai sempre teve problemas com o álcool não conseguindo

¹⁸ Poder familiar é um termo que veio substituir a destituição do pátrio poder. Refere-se à sentença judicial no qual retira os poderes dos pais sobre os filhos (PAIVA, 2004).

livrar-se deste problema. Deste modo, os pais dotados desses problemas tendem a fracassar no cuidado de seus filhos.

Destaca-se também que viver em abrigo representava forte estigma social no sentido de carregarem experiências traumáticas. Além disso, ser adolescente e passar por uma instituição de abrigo causava **vergonha de sua condição**. É o que podemos perceber em algumas falas de Camila.

“Queria ter uma família estruturada com pai e mãe como todo mundo tem. Quando saio daqui todo mundo na escola fica espantado de saber que eu moro em abrigo, pensam que aqui é coisa de outro mundo, dá raiva [...] apesar de morar em um abrigo não quero isso para ele (o filho que vai nascer). Eu acho até que vou ter vergonha de dizer para ele (filho) que morei no abrigo”.

Deste modo aparece nas palavras de Camila “o peso que carrega por viver em um abrigo”. A adolescente disse que evita dizer as pessoas onde mora, mas acaba sendo inevitável porque em alguns lugares ela sai com funcionárias ou outros abrigados e deste modo, logo é reconhecida como “do abrigo”.

Uma forma encontrada por Camila para lidar com o estigma social de ser uma adolescente abrigada e com o próprio preconceito, é a evitação. Evita falar com os outros de fora do abrigo sobre sua casa, sua situação. Porém, mesmo evitando sente que é como se tivesse uma “marca” que a define como alguém institucionalizada. O problema não é simplesmente ser reconhecida como uma abrigada, mas a repercussão e os sentidos que isto traz como alguém que não teve uma família “estruturada” e suficientemente boa.

Ainda sobre o abrigo, disse que quando chegou não imaginava que ficaria tanto tempo. Achou que ia ser passageiro e que depois voltaria para sua casa. No início seus pais vinham visitá-los. Segundo a diretora do abrigo, nas visitas o pai frequentemente, chegava bêbado. A mãe, às vezes parecia “lúcida” e outras vezes, falava coisas desconexas.

Com a institucionalização dos filhos, os pais se separaram e as visitas tornaram-se escassas.

“meus pais vinham sempre visitar... mas depois de uma época eles deixaram de visitar e a gente começou a se acostumar. Aqui é a nossa casa agora né tia? (referindo-se à pesquisadora). Não me vejo em outro lugar. Começamos a se acostumar. Quando eu sair daqui vai ser difícil... ninguém merece morar aqui (sorri a adolescente). Aqui é bom de certa forma... é bom... eu queria sair daqui com certeza”. (Camila)

Para Camila os anos no abrigo trazem sentimentos ambivalentes e contraditórios. Fala que é ruim, ao mesmo tempo fala que não se vê em outro lugar. Outra característica

observada no discurso de Camila é que diante de assuntos difíceis de falar, manejar, ela sorri, tentando disfarçar o incômodo.

Podemos compreender esta ambivalência sob a ótica da própria experiência do abrigo como um lugar bom e ruim, assim como os pais e funcionários. Também de acordo com Knobel (1981), o processo de luto do adolecer instaura reestruturações permanentes externas e internas vividas com muita intensidade.

Ao mesmo tempo reconhece que no abrigo recebeu cuidados, aprendeu coisas e recebeu carinho da diretora e da psicóloga.

“No abrigo pelo menos eu não to na rua, melhor que na casa do meu pai. Não ia saber tudo o que sei. Eu ia estar jogada. Aqui pelo menos eu recebi o carinho da diretora e da psicóloga. Agora o lado ruim... é chato, não é uma casa normal, não tem família, pai, mãe e irmãos...”. (Camila)

Reconhece no abrigo um lugar no qual teve suas necessidades básicas supridas e que aprendeu coisas novas e diferentes e pode também vincular-se com pessoas como a diretora do abrigo e com a psicóloga.

Mais uma vez é possível perceber a ambivalência e a divisão entre o bom e o mau. Chama a atenção que as únicas pessoas do abrigo a quem Camila vinculou-se afetivamente foram a diretora e a psicóloga. De acordo com Winnicott (2005a), quando a adolescente consegue afastar-se dos vínculos parentais e caminhar rumo a um círculo social mais amplo, como a diretora e a psicóloga, ocorre um movimento em busca de uma integração da personalidade.

Por outro lado, para Bowlby (1984) na ausência dos pais como figuras de apego, a tendência é buscar figuras substitutas estáveis e autoconfiantes e assim desenvolver a capacidade de ampliar o comportamento de apego para outros grupos e pessoas.

Podemos observar a ausência dos pais quando Camila fala sobre **seu pai**, pois demonstra que sempre houve um distanciamento afetivo entre eles e enfatiza a agressividade do pai.

“Meu pai sempre foi agressivo. Muito agressivo com todo mundo. Batia na minha mãe, na gente... Mas nunca desrespeitou a gente (querendo dizer que o pai nunca abusou dos filhos). Ele bebia não era de dar carinho. Esses dias ele (o pai) quis me abraçar, eu estranhei... Quando chega perto de mim eu penso que vai me bater [...] Eu sentia raiva dele. Não respondia por que tinha medo, eu nunca respondia... Mas ficava com raiva. Todos meus irmãos não se dão com meu pai, é melhor com minha mãe...”. (Camila)

Camila relatou que a lembrança que tem de seu pai é de um homem agressivo. Entretanto, ressalta que o pai nunca desrespeitou os filhos, fazendo alusão a abuso sexual. Este reconhecimento aconteceu depois de algumas entrevistas quando a

adolescente voltou a falar do pai. Provavelmente o olhar de Camila tenha modificado após a convivência com tantas crianças e adolescentes que foram ao abrigo justamente por terem sido abusadas pelo próprio pai ou padrasto.

Já em relação à **sua mãe**, Camila comenta com carinho, demonstrando maior proximidade afetiva.

“Ah, tia, a minha mãe... ah eu acho ela uma boa pessoa... porque não é dela ser assim (referindo-se ao transtorno mental). Se dependesse dela (da mãe) a gente ficaria com ela, mas não pode, nunca foi mal com a gente, nunca foi agressiva”. (Camila)

Camila demonstrou que procura compreendê-la por esta ter transtorno mental. Acredita que o transtorno seja o motivo de impedimento de sua mãe ficar com os filhos. Em outras palavras, a mãe é uma pessoa afetuosa. Mais uma vez salienta uma grande virtude da mãe: nunca foi agressiva ao contrário de seu pai.

Apesar de sua mãe ter sido ausente na infância de Camila, devido a crises que sofria ou por efeitos de medicação, de alguma forma recebeu afeto. Conforme Bowlby (2006), os efeitos prejudiciais da privação dependem da idade da criança, do tempo em que fica privada dos cuidados e do grau em que eles lhe faltaram. Camila foi institucionalizada aos sete anos, logo recebeu cuidados maternos até essa idade.

Quando comenta sobre **a gravidez**, disse que sua mãe sugeriu que fizesse aborto. Neste momento, a adolescente conta sorrindo para disfarçar as emoções contidas diante da proposta do aborto. Isto porque mais adiante fala que aborto é pecado e que ela e o namorado nunca pensaram nisso. Disse que na gravidez de sua irmã, sua mãe não falou sobre aborto porque acreditava que ia dar certo o relacionamento deles. Achava que o namorado da irmã tinha mais condições financeiras, pois tinha uma casa, uma moto e trabalhava com carteira assinada. Enquanto que sobre a sua gravidez, Camila disse que sua mãe a considera muito nova para ter um filho. Já quando seu pai soube não disse nada e segundo Camila “não teria nada para dizer mesmo”.

Ainda sobre a gravidez, Camila disse que levou um susto quando soube e ficou muito preocupada como ficaria sua situação.

“Quando eu soube da gravidez, eu chorei muito. Eu não acreditava, queria fazer outro exame para comprovar. Aí meu namorado disse que era pra ficar calma. Nós não pensamos em aborto. Não é porque a situação financeira tá difícil que vamos abortar. É um pecado... Ele disse que ia pensar e depois conversaria com os pais dele. Às vezes eu penso: nossa estou ferrada... mas já tinha acontecido né? depois penso no ladinho bom... vai ter solução. Tudo se resolve... Agora o lado ruim tem tantos! Condição financeira, condição nenhuma, ele (namorado) ganha um salário e tem que pagar nosso terreno, a moto e um tanto de coisa... vai fazer um financiamento no banco para construir

a casa [...] fora que tava bem nesse ano com planos de estudar, trabalhar para ajudar a construir a casa...”. (Camila)

Segundo Camila a gravidez não foi planejada e durante a descoberta sofreu muito, pois não sabia o que lhe aconteceria. Conta que depois da descoberta da gravidez seu namorado ficou mais carinhoso com ela. Ela comentou que não sabia qual seria a reação da diretora do abrigo. Uma funcionária que já sabia da gravidez contou para a diretora e para a assistente social. Disse que a diretora chamou o namorado e a mãe dele para conversar e perguntou se ele a amava de verdade. A mãe do namorado queria saber se o abrigo ajudaria de alguma maneira.

Frente ao relato de Camila que ficou atordoada pela notícia, podemos pensar nas palavras de Outeiral (2008) quando pontua que na adolescência o sujeito assiste a um turbilhão de transformações que ocorrem em seu corpo e em sua personalidade. Frente à mudança ora desejada ora temida, refugia-se em seu mundo interno.

Como também podemos pensar nas ideias defendidas por Knobel (1981) quando afirma que em termos da sexualidade ocorre uma mudança do autoerotismo no qual o prazer era obtido em si mesmo, até a uma relação heterossexual completa. Contudo, ressalta que a fantasia de onipotência ou mágica de que nada pode acontecer acarreta os descuidos quanto à prevenção da gravidez.

Entretanto, apesar de Camila dizer que a gravidez não foi planejada, após sua irmã mais velha engravidar do namorado e sair do abrigo, logo ocorreu a descoberta da sua gravidez. Ao que parece, a única forma da adolescente sair do abrigo seria desta forma, pois do contrário ficaria lá até completar dezoito anos.

Em relação **ao filho que vai nascer**, ela diz que vai dar muito amor e carinho e quer o melhor para ele. Neste discurso aparece a ideia de que dará ao filho que vai nascer o que dela foi privado, que é o amor de seus pais. Nas entrevistas Camila não falava muito sobre a criança que ia nascer demonstrando que para ela tudo era muito novo e ainda não havia elaborado a situação.

Sobre sua relação com as funcionárias disse que apenas uma funcionária lhe ajudou acompanhando-a no posto de saúde para fazer o pré-natal, mas de forma geral não conta com a ajuda de nenhuma funcionária. Até acredita que as funcionárias **não veem a hora de Camila sair do abrigo**. Explica que quando uma adolescente completou dezoito anos as funcionárias não viam a hora de ela ir embora e depois aconteceu o mesmo com sua irmã, quando saiu grávida.

Aparece aqui o sentimento de que ser adolescente e ser abrigada é duas situações difíceis para as funcionárias lidarem. A exceção para Camila estava apenas no forte vínculo que tinha com **a diretora**.

“Não sei... ela é legal, ao mesmo tempo é uma mãe, ao mesmo tempo parece uma adolescente, parece querer disputar, não tem nada para disputar... Nossa a diretora fala demais! Vixe... eu já passei tanta vergonha com a diretora... na escola, ela me puxar pela braço, dar bronca na frente dos outros... Eu acho que ela fazia mais do que o trabalho de uma diretora de abrigo. Ela se intrometia. Eu acho que era pro meu bem que ela se intrometia, mas na época eu não entendia” (Camila)

Através das entrevistas com Camila ficou evidente que apenas a diretora é que representava uma figura substituta significativa. Ela desempenhou a função materna e com isso pode ajudar Camila na transição e desenvolvimento com novas figuras. Era evidente que a adolescente tinha dificuldade em vincular com outras pessoas, sempre desconfiava das intenções. E isso perdurou por muito tempo, porém com a diretora sentiu que tinha alguém que realmente se importava com ela. Contudo vale ressaltar que esta percepção, Camila só adquiriu com o tempo e principalmente com o amadurecimento emocional e com a saída da diretora do abrigo.

Com respeito aos **irmãos**, a adolescente comenta que nunca foram próximos, afetuosos uns com os outros. Contou que se preocupam com o bem estar do outro, mas não são íntimos.

“Ninguém foi próximo um do outro. A gente se ama, lógico, porque somos irmãos... Mas mesmo quando morava com meus pais, não éramos próximos...”.
(Camila)

A trajetória de vida de Camila também contribuiu para este distanciamento com os irmãos uma vez que além de ser em número de seis, cada um teve vivências diferentes com os pais, uns mais próximos e outros mais distantes e houve separações bruscas entre eles, como exemplo, quando o irmão mais velho fugiu e quando o irmão caçula, a irmã mais nova e o irmão do meio e foram morar por um tempo na casa de uma tia e depois retornaram para o abrigo. Dois irmãos menores foram adotados, porém apenas o caçula permaneceu com a família substituta. A irmã mais nova retornou ao abrigo. A irmã mais próxima segundo a adolescente é, a de dezessete anos.

Sobre **os estudos**, Camila contou que reprovou dois anos consecutivos e que estava com planos de voltar a estudar no ano de 2012. Entretanto a gravidez prejudicou seus planos porque ia para a escola, mas passava muito mal, até que parou de estudar.

“Fora que tava bem nesse ano com planos de estudar... aí fiquei grávida [...] não to estudando tia, porque esse ano estava com muito enjoo, saindo da sala toda a hora. No ano passado reprovei no oitavo ano. Reprovei tá, mas não consegui estudar esse ano... eu não queria... desanimei... mas depois quero continuar, tenho medo de não conseguir terminar (os estudos)... [...] apesar de odiar estudar, eu quero terminar os estudos para arrumar um bom emprego”.
(Camila)

Camila nas primeiras entrevistas mostrava-se mais reticente e defendida para expor sobre suas vivências. Reclamava do abrigo, mas não dizia o que fazia para as funcionárias reclamarem dela. Com a mudança de diretora, Camila sentiu-se só, pois sua irmã mais velha já tinha saído do abrigo por conta da gravidez e a irmã mais nova foi morar na casa da tia. Com os anos vivendo no abrigo, Camila sentia que ela tinha mais vantagens por ser mais antiga na casa. Descumpria as normas e não fazia questão de fazer amizade com as crianças e adolescentes novatos do abrigo. Na escola ia mal nos estudos, contudo sempre tinha uma aula de reforço para assistir, um trabalho para fazer na casa de alguma colega, algum curso fora do abrigo para ela ir. Fazia de tudo para ficar menor tempo possível lá dentro.

Mais uma vez é possível perceber as dificuldades escolares e a falta de motivação nos estudos como uma consequência das privações que passou.

Segundo relatos da diretora, Camila “ficava” com alguns garotos, e sabia disso porque adolescentes do abrigo lhe contava. Camila era a mais rebelde dos irmãos. Certa vez, a psicóloga levou Camila e sua irmã mais velha num parque de exposição da cidade e viu Camila bebendo uísque.

Este comportamento de ingerir bebida alcoólica pode nos indicar características da adolescência normal descrita por Knobel (1981) quando diz que o jovem tende a apresentar *atitude social reivindicatória* no qual tanto a delinquência como o uso de substância tóxica, serve como vias de expressão para o desvio social. Também ocorrem *contradições nas manifestações de conduta* com a necessidade de oposição e transigência conforme nos esclarece Endo (2009).

Contudo, não podemos deixar de considerar que o pai de Camila sendo alcoólatra também pode ter influenciado de forma inconsciente a buscar por vias de expressão por meio do uso do álcool.

Ao retornar em abril de 2013 ao abrigo, Camila já não morava lá, contudo consegui entrar em contato com ela. Marcamos um dia para outra entrevista. Ela demonstrou estar mais tranquila, mais madura, seu filho já se encontrava com nove

meses de idade e ela continuava morando com o marido e os sogros. Disse que sua casa está sendo construída em um bairro novo e está muito feliz.

Disse que seu marido está trabalhando como frentista em um posto de combustível e concluiu o ensino médio. Segundo Camila, o marido pretende fazer concurso para polícia militar. Ela não voltou a estudar porque cuida do filho e também não trabalha fora. Mas pretende trabalhar futuramente.

Camila disse que visita de vez em quando a ex-diretora do abrigo que está com câncer e faz tratamento em Barretos. Diz que sente muita saudade dela. Falou que às vezes visita o abrigo, mas prefere viver fora dele.

Lembrou como foi que conheceu seu marido e de como fazia para conversar com ele todos os dias.

“Uma adolescente que vivia no abrigo que me apresentou o meu namorado. Eles estudavam juntos na mesma sala. Ela trabalhava na Caixa Econômica e comprou um celular para nós usarmos escondido no abrigo. Aí eu falava com meu namorado todo o dia pelo celular. Só que sempre tem umas meninas fofoqueiras (no abrigo) e que querem fazer intrigas da gente para a diretora, daí foram e contaram sobre o celular, eu fiquei morrendo de raiva... A tia tomou o celular da gente”.(Camila)

Além da questão do uso escondido do celular, Camila levanta a questão das **fofocas** e intrigas de outras meninas para a diretora do abrigo. O que podemos perceber é que como a Camila morava no abrigo há oito anos, este lugar deixou de ser uma “casa de passagem” para ser a sua casa. Devido aos anos de abrigamento, a relação dela e de outras adolescentes com mais tempo na instituição é diferente dos que estão há pouco tempo. Logo ela não se relaciona com estes. Seu vínculo é apenas com uma adolescente e suas duas irmãs.

De acordo com Bowlby (1984) a existência de pessoas significativas para a criança provém das experiências repetidas e gratas que proporciona a autoconfiança, a autoestima e a capacidade de confiar nos outros. Ao que parece Camila por toda a sua história de vida desenvolveu dificuldades em confiar nas outras pessoas. Tanto que a diretora do abrigo foi à única pessoa mais próxima.

“Ah tia (falando para a pesquisadora), eu sei que já aprontei muito aqui... (ri). Mas também tudo não pode. Ficam regulando a nossa saída, não podia nem falar de namorado (ri), agora pode né... Você acha que eu ia pedir pra sair com meu namorado? Lógico que não... (ri). As tias (funcionárias) implicavam até da gente ficar na frente do abrigo conversando com nossos amigos... [...] agora eu sei que alguns (meninos e meninas) que moram aqui no abrigo, fazem coisas aqui dentro mesmo, tipo ficar se agarrando escondido, beijar... mas eu não to nem aí... Eu não me meto”. (Camila)

Camila mais uma vez relatou que desobedecia às **normas do abrigo**, e justificou suas atitudes devido às regras rígidas. Sentia-se controlada. Também apontou para “contravenções” que são realizadas dentro do próprio abrigo, mas não se importa e nem conta para nenhuma funcionária. Provavelmente esse discurso de não se importar valesse até que alguém falasse dela também, pois os abrigados estão sob as mesmas regras.

A respeito do namorado, durante as primeiras entrevistas, Camila disse que é um menino bom e não como as funcionárias dizem. Contou que ela se sente amada por ele.

“Ele gosta de mim. Eu acho que ele gosta mais de mim do que eu gosto dele. É atencioso. Se preocupa se estou bem. Ele fala direto no bebê. A mãe dele pega muito no pé dele, toda hora, isso eu não gosto dela, mas ela é uma boa pessoa. De cinco em cinco minutos ela liga para saber onde ele está. O pai dele é quietão [...] Ai tia (ri) Não sei... ao mesmo tempo em que sinto que eu amo ele, eu acho que gosto. Faz um ano e quatro meses que estamos juntos, foi meu primeiro namorado... a gente passou por tanta coisa... ele achava que ia ser preso porque eu era nova. A diretora falava que ele ia ser preso porque no início do namoro eu tinha treze e ele dezessete anos. Ele foi duas vezes conversar com o juiz...” (Camila)

Podemos observar que a dificuldade de vínculo afetivo aparece até mesmo com o namorado, pois comentou que ele a ama, e ela não sabe muito bem o que sente por ele. Contudo, na última entrevista, Camila, disse que seu amor pelo namorado só aumentou. Contou que está feliz casada com ele e que seus sogros lhe tratam muito bem e ajudam a cuidar do seu filho. Disse que agora sente que tem uma família de verdade. Disse ainda que mantém o contato com os irmãos e vê os pais esporadicamente.

Ao falar sobre seus **sonhos**, Camila comentou na primeira entrevista (quando ainda estava grávida) que nem pensava no futuro. Expressou que odiava estudar, mas mesmo assim, pretendia terminar seus estudos para conseguir um bom emprego. Disse que achava que seria difícil morar na casa dos pais do namorado porque não simpatizou com a mãe dele. Achava-a muito implicante. Acreditava que a mãe dele preferia que o filho namorasse a sua irmã mais velha ao invés dela. Contudo, ao revê-la agora em 2013, já casada, com seu filho, Camila mudou completamente seu discurso, dizendo que está muito feliz e que seu sogro e sogra a tratam muito bem. Deixam-na a vontade, e ajudam a cuidar do neto. Respeitam sua decisão quanto a esperar um pouco mais para arrumar um emprego e voltar a estudar.

Segundo Camila seu pai vai visitá-la esporadicamente, chega bêbado e fica o dia inteiro lá. A mãe casou novamente e está bem, mas quando tem crises é encaminhada para Porto Velho. Sua irmã mais velha separou-se do marido, está trabalhando numa imobiliária e paga uma babá para cuidar do seu filho.

O que podemos apreender sobre o discurso de Camila sobre “ser de abrigo”, é que esta condição lhe causava vergonha. Parecia que “ser de abrigo” impunha um rótulo de alguém que tinha problemas familiares e não se enquadrava nos moldes familiares clássicos. Também os sentimentos em relação ao abrigo eram bastante contraditórios, pois ao mesmo tempo em que via como “sua casa”, não o era.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“E o futuro é uma astronave que tentamos pilotar
 Não tem tempo, nem piedade
 Não tem hora de voltar
 Sem pedir licença muda nossa vida e depois convida a rir ou chorar
 Nesta estrada não nos cabe conhecer ou ver o que virá
 E o fim dela ninguém sabe bem ao certo onde vai dar”*
 (Aquarela – Toquinho)

Com este trabalho, não pretendi esgotar o assunto sobre subjetividade, adolescência e acolhimento institucional visto que esta temática é complexa e abrangente e contempla múltiplos olhares. Procurei olhar para a singularidade de adolescentes do sexo feminino que vivenciaram o período do adolescer dentro de um abrigo. Tudo isto tem muito a dizer e refletir. Busquei através das contribuições da psicologia, com autores psicanalíticos compreender este fenômeno tão peculiar.

A adolescência por si só, enseja um momento único na vida do sujeito com transformações infindáveis e intensas. O viver em abrigo por sua vez, implica que foram violados direitos de crianças e adolescentes. Nas palavras de Glens (2010, p. 205), “o abrigamento consiste no cálculo das violências”. Dito de outra forma, a violência está presente no antes, no depois e durante a aplicação da medida protetiva. Está presente mesmo em graus e formas diferentes.

Por outro lado, através dos relatos das adolescentes pude observar que o abrigo pode acarretar sentimentos ambivalentes, mas também pode significar para alguns, um lugar de refúgio mais saudável em meio a contextos familiares precários e doentes em que viviam. Também chamou a atenção a rotina e a disciplina estabelecida dentro do abrigo quanto aos horários (de levantar, das refeições, dos banhos, das tarefas) assemelhando-se com as *instituições totais*. Na maior parte do tempo, os abrigados ficam assistindo televisão, conversando ou fazendo tarefas escolares apesar de o abrigo pesquisado possuir espaços amplos, salas e quadra de esporte e parquinho. Isto se deve ao pouco número de funcionários e pela rotina diária de serviços domésticos que estes devem cumprir, inexistindo atividades lúdicas ou educativas. Outro dado interessante é que somente as funcionárias da instituição é que tem acesso ao “molho de chaves” que possibilita abrir salas e espaços dentro do abrigo, indicando também, certa forma de poder. As “chaves” dão acesso a lugares e atividades, mas estão sempre restritas as funcionárias decidir se podem ou não podem usufruir de tal espaço ou atividade.

Outro aspecto diz respeito aos cuidados que recebem como moradia, alimentação, frequência à escola, acompanhamento médico, odontológico, psicológico e

farmacêutico de acordo com as necessidades de cada criança e adolescente abrigado. Recebem roupas, calçados e brinquedos e material escolar que são doadas por empresas ou comprados no início de cada ano ou quando surge a necessidade. Contudo, vale ressaltar que como o abrigo vive de doações, existem períodos mais comuns de receberem doações como em datas comemorativas (Páscoa, Dia das Crianças, Natal), de modo que são enfatizados aos moradores do abrigo que cuidem de seus pertences pessoais devido aos poucos recursos financeiros. No entanto, não há espaço para o individual, para a privacidade e a guarda dos pertences, pois tudo é compartilhado e acessível a todos.

Quanto aos familiares dos abrigados, estes podem visitá-los quando quiserem durante o dia, sempre com a presença de funcionários. Entretanto, em alguns casos são proibidas por decisão judicial, em situações que a presença do familiar traz de alguma forma mais sofrimento ao abrigado, especialmente nos casos de abuso sexual intrafamiliar no qual o visitante pressiona-os para negarem o abuso sofrido. Há familiares que realizam visitas esporádicas e há os que nunca visitam. Os vínculos familiares já fragilizados tornam-se escassos e por vezes cristalizam-se em frieza e distanciamento. Até que deixam de ter contato e receber visita de seus familiares.

Das crianças e adolescentes que passaram pelo abrigo, alguns retornaram à família de origem ou para a família extensa¹⁹, outros foram para a família substituta e ainda há os que se encontravam à espera da adoção ou aguardavam determinação da justiça quanto a seu futuro. Os que aguardavam pela adoção, na maioria eram adolescentes com irmãos, o que dificultava o interesse de casais em adotá-los, em virtude de no Brasil, imperar o costume de adoções de bebês ou crianças pequenas, brancas, sem irmãos e do sexo masculino.

Deste modo, as crianças que chegam ao abrigo em tenra idade, vão crescendo e vivendo o impasse do futuro, sempre na expectativa do que virá a acontecer. Crescem e vivenciam a adolescência com todas as mudanças impostas, num lugar que ora não é a casa deles e ao mesmo tempo o é. Assim, o abrigo é visto e sentido como um lugar de ambivalência e contradição, porque ao mesmo tempo em que protege crianças e adolescentes, os excluem da comunidade e da família.

Adolescer num espaço como o abrigo, dá à experiência de ser adolescente uma dimensão ainda mais complexa. Tudo é demais, às normas são sempre vistas como

¹⁹ Família Extensa: que se estende para além da unidade de pais e filhos ou casal, estando ou não dentro do mesmo domicílio irmãos, meio-irmãos, avós, tios e primos de diversos graus.

exageradas para o adolescente. Sentem-se presos embora tenham livre acesso para saírem quando desejarem.

Neste contexto, foi possível constatar sentimentos de desamparo e abandono marcantes nos discursos das participantes. As situações vivenciadas em tenra idade, por cada adolescente deixaram marcas que se refletem no modo singular de ver o mesmo abrigo e estabelecer as relações com outras pessoas. A falta de perspectiva quanto ao futuro, à sensação de incerteza, a falta de autonomia, a obstaculização do pensamento, a busca por figuras substitutas são alguns dos pontos observados mais comuns entre elas.

Em Bianca, ficou evidente a rejeição da mãe para com ela e o movimento de buscar em características físicas alguma semelhança com seu pai. Também o ressentimento por não carregar o sobrenome do pai. A rivalidade entre os irmãos marcada com extrema agressividade. O desamparo e a busca por figuras substitutas que lhe fossem confiáveis. A insegurança quanto ao futuro vivendo cada minuto num expectativa interminável. Mesmo com todos estes aspectos, aparecia no discurso de Bianca que o abrigo ainda era melhor do que a sua casa.

Em Yasmim, pude notar o quanto as privações desencadeiam reações e efeitos danosos no emocional do indivíduo. As privações pelas quais passou, acarretaram a submissão à violência gerada de todos os sentidos. A impressão que ficou é que a adolescente não tinha forças para lutar e em busca da sobrevivência aceitou tudo o que lhe foi imposto como os abusos do pai e do tio. Os anos de violência sofrida geraram sentimentos de amor e ódio e ainda deixaram-na vinculada de alguma forma com os agressores. Para Yasmim, lidar com a sexualidade dentro do abrigo tornava-se muito difícil.

Através dos relatos de Camila ficou marcante o estigma social que carregam e sofrem ao serem reconhecidos como pessoas que vivem há anos no abrigo. Mesmo depois que a adolescente saiu da instituição a ambivalência de sentimentos em relação à experiência do abrigamento eram evidentes. Das três adolescentes que participaram da pesquisa, Camila foi a que mais tempo viveu dentro da instituição (oito anos) e vivenciou os efeitos decorrentes da perda do poder familiar, separação dos irmãos, adoção de alguns, gravidez da irmã mais velha e a sua própria gravidez, visto como um recurso para sair do abrigo, embora não dito racionalmente.

Chamou a atenção para a dificuldade das adolescentes em se vincularem afetivamente com as outras pessoas, as relações se dão superficialmente e com desconfiança. A diretora do abrigo representava a figura máxima de autoridade, era a

pessoa que na maioria das vezes era vista como uma substituta da figura materna, e as adolescentes pesquisadas buscavam aprovação e carinho desta. Para este empenho, recorriam inconscientemente a todo tipo de manobra que impedisse o outro de ser “amado” por ela. Faziam intrigas e fofocas entre os pares para prejudicarem a imagem do outro. É interessante como o sentimento fraterno era de intriga e pouca solidariedade entre as adolescentes abrigadas e entre os próprios irmãos legítimos. Apesar de diversos teóricos abordarem a adolescência como fase de tendência grupal, no abrigo isto dificilmente acontece.

Outro aspecto que pude constatar é que as dificuldades escolares são comuns e até mesmo a rejeição à escola. Parece que a escola não é um lugar que consegue acolhê-los eficazmente em suas peculiaridades. O discurso de que almejam estudar, fazer faculdade e arrumar um bom emprego, parece ser algo mais “aprendido” no meio em que estão inseridos do que seja propriamente uma necessidade individual.

Por fim, a assistência a crianças e adolescentes em acolhimento institucional caracteriza-se por avanços jurídicos, porém com algumas práticas do passado como a culpabilização da família pelos casos de abrigamento.

Entende-se que a família desempenha importante função na estruturação psíquica do indivíduo, na medida em que influencia as inscrições subjetivas quanto à forma de encarar as relações vinculares, os objetivos de vida e a autoconfiança. Ressalta-se porém, que as políticas públicas na área da assistência social prevê intervenção de famílias em situação de vulnerabilidade social visando o empoderamento destas, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares. Questionamos: será que é possível alcançar esses objetivos, nesses casos em que os laços afetivos nunca existiram ou sempre foram muito tênues?

O que se conclui é que marcas ficaram em cada adolescente de um modo, relativo às vinculações familiares. A experiência do abrigo significou para umas lembranças positivas, para outras lembranças negativas e ainda sentimentos ambivalentes. Contudo vale ressaltar, que mesmo com as histórias de vida marcadas por abandono, desamparo e violências, as adolescentes da pesquisa encontraram cada uma do seu jeito, uma forma de seguir em frente.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ALBORNOZ, A. C. G. **Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia Ciência e Profissão**, 21 (3), 70-75, 2003.

ARRUDA, I. C. **O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes**: uma simplicidade complexa. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIAZUS, C. B.; RAMIRES, V. R. R. Depressão na adolescência: uma problemática dos vínculos. **Psicologia em Estudo**, Maringá. v. 17, n.1, p.83-91, jan.-mar. 2012.

BRAGA, L. L; DELL'AGLIO, D. D. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. **Estudos em Psicologia**. 17 (3), setembro-dezembro, p. 413-420, 2012.

BRASIL. Decreto nº 17.943 - **Código de Menores**. 12 de outubro de 1927.

_____. Lei Federal nº 6.697. **Código de Menores**. 10 de Outubro de 1979.

_____. Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília: Senado, 1990.

_____. **Orientações Técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: CONANDA, 2009.

_____. Lei Federal nº 12.010 de 03 de agosto de 2009. **Lei Nacional de Adoção**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2009.

BRAZELTON, T. B; CRAMER, B. G. **As primeiras relações**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Psicologia e Pedagogia).

BENINI, M. C. M. **Categorias das atuações incestuosas: funcionamento familiar e psicanálise**. Dissertação de Mestrado em Medicina. Universidade de São Paulo, 2012.

BENETTI, D. S. **Adolescentes em situação de acolhimento institucional prolongado: análise do processo de desligamento**. Dissertação de Mestrado em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, 2012.

BLEGER, J. **Temas de Psicologia: entrevistas e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORGES, M. L. S. F. **Função materna e função paterna: suas vivências na atualidade**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Uberlândia. 2005.

BOWLBY, J. **Apego: apego e perda**. 2 ed. v.1 São Paulo: Martins Fontes, 1990. (Psicologia e Pedagogia).

_____. **Separação: angústia e raiva**. 1 ed. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Perda: tristeza e depressão**. 1 ed. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006a (coleção Psicologia e Pedagogia).

_____. **Cuidados maternos e saúde mental**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Folha Explica)

CANTELMO, C. A; CAVALCANTE, T. P; COSTA, L. F. A menina mãe: incesto e maternidade. **Fractal: Revista de Psicologia**. v.23, n.1, p. 137-154, jan.-abr. 2011.

CARLOS, et al. Acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática? **Rev. Latino-Am.Enfermagem** [Internet]. mar.-abr. 2013 (acesso em 10 jul.2013); 21 (2) [07telas]. Disponível em www.eerp.usp.br/rlae

CARINHANHA, J. I; PENNA, L. H. G. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigo. **Texto Contexto de Enfermagem**. Florianópolis, v.21, n.1, p. 68-76, jan.-mar. 2012.

CARETA, D. S. **Quando o ambiente é o abrigo:** cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CROMBERG, R. U. **Cena incestuosa:** abuso e violência sexual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001 (Coleção Clínica Psicanalítica).

CAVALCANTE, L. I. C; CORREA, L. S. Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. **Cadernos de Pesquisa**. v. 42, n.146, p.494-517 maio-ago. 2012.

COSTA, L. F.; PENSO M. A.; ALMEIDA, T. M. C. Famílias com abuso sexual infantil: o dilema entre a mudança e a cristalização de influências transgeracionais. IN CERVENY, M. O. (org.). **Família em movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CHRISPI, L. L. S. **Um lugar para chamar de meu... O Direito à Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

DANDREA, F. F. **Desenvolvimento da personalidade:** enfoque psicodinâmico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DALBEM, J. X. **Características da representação do apego em adolescentes institucionalizadas e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

DALBEM, J. X; DELL'AGLIO, D. D. Apego em adolescentes institucionalizados: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. **Psico**. Porto Alegre, PUCRS, v.39, n.1, p.33-40, jan-mar. 2008.

DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30 (num.esp.), p.202-219, 2010.

ENDO, P. C. O adolescente: ilustre figura do contemporâneo. *Estilos da Clínica*, v.XIV, n.27, 82-91, 2009.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FAIMAN, C. J. S. **Abuso sexual em família**: a violência do incesto à luz da Psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FERRERI, M. A. **Psicologia e Direitos da Infância**: esboço para uma história recente da profissão no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. (Coleção Histórias da Psicologia no Brasil).

FERREIRA, E. O. **Sentidos e perspectivas atribuídos por crianças à sua condição de estar para adoção**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010

FIORI, W. R. Desenvolvimento emocional do adolescente. In RAPPAPORT, C. R; FIORI, W. R; DAVIS, C. **Psicologia do Desenvolvimento**: a idade escolar e a adolescência. São Paulo: EPU, 2003.

FREUD, S. (1893). Estudos sobre a Histeria. In Edição **Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1914). Totem e tabu. In Edição **Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GLENS, M. **Órfãos de pais vivos: uma análise da política pública de abrigamento no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

GOLDFEDER, M. F. F. A relação esquecida: a mãe nos bastidores do abuso sexual entre pai e filha. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XIII, n.138, 16-23, 2000.

GOLDSMID, R; FÉRES-CARNEIRO, T. A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.13, n.2, p.293-308, dez. 2007.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

JANCZURA, R. **Abrigos e Políticas Públicas**: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

JEAMMET, P. **Respostas a 100 questões sobre a adolescência**. Petrópolis: Vozes, 2007.

KNOBEL, M. A síndrome normal da adolescência. In ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

LESOURD, S. **A construção adolescente no laço social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEVISKY, D. L. **Adolescência**: reflexões psicanalíticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares de parentesco**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1976.

LIMA, I. C. **Discursos e práticas de proteção à infância e adolescência**: o abrigo em questão. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2008.

LOPES, E. **A institucionalização de crianças e adolescentes à luz do Direito Fundamental à convivência familiar e comunitária**: uma análise sociojurídica da implementação do acolhimento institucional no município de Fortaleza-CE. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Fortaleza, 2012.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARZOL, R. M. **Um estudo sobre os cuidadores das instituições de abrigo e o papel de proteção das suas interações com crianças e adolescentes institucionalizados.** Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental. Universidade Federal de Rio Grande, 2009.

MATHEUS, T. C. **Adolescência:** história e política do conceito na psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. (Coleção Clínica Psicanalítica).

_____, T. C. O sujeito adolescente e a ameaça de exclusão na contemporaneidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** São Paulo, v.15, n.1, p.82-93, março, 2012 a.

_____, T. C. Diálogos sobre a adolescência e a ameaça de exclusão dos privilegiados. **Psicologia USP.** São Paulo, v.23, n.4, p.721-735, 2012b.

MELLO, S. L. Família, uma incógnita familiar. In AGOSTINHO, M. L; SANCHEZ, T. M. (orgs.). **Família:** conflitos, reflexões e intervenções. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOTA, C. P; ROCHA, M. Adolescência e jovem adultícia: crescimento pessoal, separação-indivuação e o jogo das relações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** v.28, n.3, p.357-366, jul.-set. 2012.

NASCIMENTO, M. L. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade.** v.24, n.3, p. 437-444, jul-set. 2012.

OLIVEIRA, E. S. **Escolarização de adolescentes em conflito com a lei:** um estudo em Rondônia. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho. 2011.

OLIVEIRA, S. V. **Devolução de crianças, uma configuração:** entre a fantasia da adoção e a vinculação fraturada. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Uberlândia. 2010.

OLIVEIRA, J. P. M. **Do ser menina ao ser-mulher: experiências e sentidos do “adolescer”** em contexto de acolhimento institucional feminino. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2012.

OLIVEIRA, A. L. **Irmãos, meio irmãos e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento.** Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.

OUTEIRAL, J. **Atendimento psicanalítico de adolescentes.** São Paulo: Zed, 2012.

_____. **Adolescer.** 3 ed. São Paulo: Revinter, 2008.

PAIVA, L. D. **Adoção: significados e possibilidades.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PALADINO, E. **O adolescente e o conflito de gerações na sociedade contemporânea.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PINEDA, D. **Acolhimento Institucional: modos de subjetivação.** Dissertação de Mestrado em Psicologia Escola e Desenvolvimento Humano. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

PINHEIRO, S. M. A. Crianças e adolescentes vitimizados: rotina dos atendimentos. In SHINE, S. (org.) **Avaliação Psicológica e Lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005 (coleção psicologia jurídica).

RAPPAPORT, C. R. (coord.) **Adolescência: abordagem psicanalítica.** São Paulo: EPU, 1993.

RASSIAL, J. J. **A Passagem adolescente: da família ao laço social.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

_____, J. J. **O adolescente e o psicanalista.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

RIZZINI, I. (coord.) **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio, 2007.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil** – 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSA, E. M. et al. O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estudos em Psicologia**. V.17, n.3, p.361-368, set.-dez, 2012.

ROSSETI-FERREIRA, M. C. et al. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.25. n.2, p. 390-399, 2012.

ROMAN, M. D. **Psicologia e Adolescência Encarcerada: embates de uma atuação em meio à barbárie**. São Paulo: Editora UNIFESP, 2009.

RUFFINO, R. Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In RAPPAPORT, C. R. (coord.). **Adolescência: abordagem psicanalítica**. São Paulo, EPU, 1993.

SANTOS, C. P. **A escuta de sujeitos adolescentes que vivenciaram o abrigo: contribuições psicanalíticas**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SANTOS, K. D. **Um estudo psicanalítico sobre a maternidade na adolescência: histórias de abandono, violência e esperança na trajetória de três jovens mães**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade de São Paulo, 2011.

SALINAS-BRANDÃO A.; WILLIAMS, L. C. A. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Rio Grande do Sul, ano 22, n.03, 334-343, 2008.

SCHAEFER, L. S; ROSSETO, S; KRISTENSEN, C. H. Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v.28, n.2, p. 227-234, abr.-jun. 2012.

SILVA, E. R. A. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In IPEA/DISOC. **Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC**. Brasília, 2003.

SIQUEIRA, A. C. A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. **Estudos em Psicologia**. Campinas, v. 29, n.3, p.437-444, jul-set. 2012.

SIQUEIRA, A. C; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**. v.18 , n.1, p.71-80, jan-abr. 2006.

SOUSA, K. K. **Expectativas e frustrações no processo de apadrinhamento de crianças em situação de acolhimento institucional**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

SOUSA, K.K; PARAVIDINI, J. L. Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v.31, n.3, p.536-553, 2011.

UZIEL, A. P; BERZINS, F. A. J. Adolescências, autonomia e direitos sexuais: fragmentos de histórias de meninas abrigadas. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p.105-115, 2012.

VECTORE, C, TOMÁS, D. N. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v.32, n.3, p.576-587, 2012.

ZIMERMAM, D. **Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

_____. D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 a.

_____. D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

_____. D. W. **Tudo começa em casa**. 5 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ANEXOS

**ANEXO A -
Fundação Universidade
Federal de Rondônia - UNIR**

Comitê de Ética em Pesquisa do Núcleo de Saúde - CEP/NUSAU

Porto Velho, 09 de março de 2012 Carta

00112012/CEP/NUSAU

Da: Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa Para:

Keila Renata de Brito Frederichi

Assunto: Parecer Ético

FR: 489612

CAAE: 0030.0.047.000-12

Projeto de pesquisa aprovado em 09/03/2012

APÊNDICES

APÊNDICE A - Carta de Apresentação

Excelentíssimo Juiz da Vara da Infância e Juventude
Dr.

Meu nome é Keila Renata de Brito Frederichi, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na modalidade Mestrado Acadêmico da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Venho por meio desta, solicitar a Vossa Excelência a colaboração necessária para a realização da pesquisa intitulada: “Aspectos subjetivos de adolescentes do sexo feminino que vivem em um abrigo de Rondônia” sob a orientação da Professora Doutora Melissa Andréa Vieira de Medeiros.

O objetivo da pesquisa é analisar a subjetividade de adolescentes institucionalizadas em um abrigo de Rondônia.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista individual, gravada em áudio, com três adolescentes que vivem em um abrigo, em uma data e horário previamente agendado na própria instituição.

A escolha das adolescentes se dará pelo maior tempo de permanência na instituição.

A participação das adolescentes será voluntária mediante autorização por escrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cuja cópia se encontra em anexo para o seu conhecimento.

Na oportunidade assumo o compromisso de preservar o nome das adolescentes, bem como da instituição, em publicações ou apresentações de trabalho científico, bem como me comprometo a encaminhar os resultados da pesquisa à Vara da Infância e Juventude, se assim desejar. Desse modo coloco-me à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

Keila Renata de Brito Frederichi
Psicóloga CRP 9541/RO Mestranda em Psicologia
Universidade Federal de Rondônia

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ Juiz da Vara da Infância e Juventude, autorizo a realização da pesquisa, conforme os termos mencionados acima.

_____/_____/2011.

APÊNDICE B - Carta de Apresentação

Ilma. Sra.
Diretora do Abrigo

Meu nome é Keila Renata de Brito Frederichi, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na modalidade Mestrado Acadêmico da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Venho por meio desta, solicitar a Vossa Senhoria a colaboração necessária para a realização da pesquisa intitulada: “Aspectos subjetivos de adolescentes do sexo feminino que vivem em um abrigo de Rondônia” sob a orientação da Professora Doutora Melissa Andréa Vieira de Medeiros.

O objetivo da pesquisa é analisar a subjetividade de adolescentes institucionalizadas em um abrigo de Rondônia.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista individual, gravada em áudio, com três adolescentes que vivem em um abrigo, em uma data e horário previamente agendado na própria instituição.

A escolha das adolescentes se dará pelo maior tempo de permanência na instituição.

A participação das adolescentes será voluntária mediante autorização por escrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cuja cópia se encontra em anexo para o seu conhecimento.

Na oportunidade assumo o compromisso de preservar o nome das adolescentes, bem como da instituição, em publicações ou apresentações de trabalho científico, bem como me comprometo a encaminhar os resultados da pesquisa ao Abrigo, se assim desejar. Desse modo coloco-me à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

Keila Renata de Brito Frederichi
Psicóloga CRP 9541/RO Mestranda em Psicologia
Universidade Federal de Rondônia

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ Diretora do Abrigo,
autorizo a realização da pesquisa, conforme os termos mencionados acima.

_____/_____/2011

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar por minha livre e espontânea vontade, da pesquisa sobre a experiência de adolescentes que vivem em abrigos, tendo como pesquisadora, a mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia, KEILA RENATA DE BRITO FREDERICH, sob a orientação da Professora Doutora Melissa Andréa Vieira de Medeiros.

A pesquisa consistirá em entrevista individual, a ser realizada no próprio abrigo em dia e hora, combinados previamente com a participante. A entrevista será gravada em áudio e posteriormente apagada. Tudo o que eu disser será mantido sob sigilo, ou seja, não será divulgada nenhuma informação que possa levar a minha identificação e do abrigo.

Concordo que as informações dadas por mim, preservada minha identificação poderá ser utilizada para publicação de trabalhos científicos ou apresentação em encontros de natureza científica.

Fui esclarecida do objetivo da pesquisa que se refere a compreender melhor a experiência de adolescentes que vivem em abrigos e suas percepções sobre esta vivência.

Reconheço que os resultados da pesquisa poderão contribuir para um melhor entendimento da experiência de viver em abrigos.

Estou ciente que durante a pesquisa se tiver dúvidas serei esclarecida pela pesquisadora, como terei liberdade de recusar a participação ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem que isso implique em qualquer prejuízo. Também fui esclarecida que não receberei nenhum dinheiro por participar e nem terei pagar por nada. Atenciosamente

Keila Renata de Brito Frederichi
Psicóloga CRP 9541/RO Mestranda em Psicologia
Universidade Federal de Rondônia
Telefone: 9989 5008

Eu _____, RG _____ após ter lido e discutido com a pesquisadora sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que concordo participar voluntariamente da pesquisa. Afirmando não ter recebido nenhuma forma de pressão para tanto. Declaro, também ter recebido uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____ Assinatura da Participante

_____/_____/ de 2012.

APÊNDICE D- MODELO DA ENTREVISTA INDIVIDUAL ABERTA

Nome Fictício:

Idade:

Tempo de acolhimento institucional:

Fale-me um pouco sobre a sua experiência em morar no abrigo.